

SOUSA GALITO, Maria (2006). Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho. CI-CPRI, AGL, N.º 1, Outubro, pp. 1-97.

AGL: Artigo sobre Geoeconomia da Língua

CI-CPRI



Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho

Índice

I. Introdução	1
II. Importância da Língua de Trabalho	2
II.1 O Poder das Línguas	2
II.2 O Valor das Línguas do Ponto de Vista Económico	6
II.3 Exemplo Internacional: Francofonia	15
II.4 Exemplo Internacional: Hispanofonia	17
III. Português – Língua de Trabalho	22
III.1 O Poder da Língua Portuguesa	22
III.2 Medidas de Promoção do Português no Estrangeiro	25
III.3 A Língua Portuguesa nas Universidades e nas Empresas	38
III.4 A Língua Portuguesa e a Investigação Científica. Tecnologias da Informação	42
IV. Distribuição Mundial da Língua Portuguesa	49
IV.1 CPLP e IILP	49
IV.2 Estatísticas da Língua	60
V. Conclusão	64
VI. Bibliografia	68
VII. Anexos	75

I. Introdução

Este trabalho de investigação, propõe uma análise do impacto económico da Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho. Procura discutir a hipotética relevância de se usar (escolher usar) um determinado idioma em contexto profissional; entrando, depois, no âmbito específico do Português. Foram incluídos cálculos aproximados sobre o número de falantes da Língua de Camões à escala mundial, bem como um avaliação sumária sobre duas organizações talvez incontornáveis quando se abordam estes temas, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que procuram, em princípio, defender e projectar o Português à escala global – também enquanto Língua de Trabalho.

Quanto à Metodologia adoptada e em relação às fontes bibliográficas, na parte teórica (II – Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho), optou-se pela consulta de monografias em Língua Portuguesa ou estrangeira, mas também de publicações periódicas como jornais e revistas científicas, artigos da especialidade disponíveis na Internet que pudessem contribuir para um trabalho objectivo e bem estruturado.

II. Importância da Língua de Trabalho

II.1. O Poder das Línguas

É plausível que vivamos num mundo de tendências globalizantes baseadas na força dos mercados, contrapostas com reivindicações identitárias muito próprias, que possam irmanar indivíduos ou comunidades de indivíduos em torno de uma cultura local, regional ou de carisma *universalizante* desde que não perca, em sua consequência, a sua especificidade/diferenciação relativamente às demais realidades locais, regionais ou de carisma ecuménico (pelo que não partilhada por todos, ou tenderia a banalizar-se e, portanto, a ser subestimada e a apelar menos ao apelo que se deseja eminente na multidão).

A língua é talvez um dos elementos culturais mais fortemente relacionados com uma determinada identidade colectiva. Parece contribuir para a interacção das partes que a reconhecem e gerem a vida sob a sua influência. Uma língua pode ser partilhada por uma ou mais culturas. A união entre as *suas gentes* pode formar uma *comunidade alargada*. Uma comunidade que, unida em torno de um elo comum, pode empenhar-se na salvaguarda do legado que partilham. De forma talvez mais directa, através do dinamismo da sua sociedade civil ou das organizações por esta fundadas – os chamados agentes não estaduais. Ou indirectamente, através do poder representativo dos seus Estados – os agentes estaduais – em relações bilaterais, em fóruns internacionais multilaterais ou em blocos regionais).

«A matéria dos estudos sociais está incompleta sem um entendimento sobre o papel da língua no comportamento humano, político e económico, e o estudo da língua está incompleto sem a compreensão do enquadramento social da língua.»¹

A língua pode traduzir/manifestar uma forma de poder? Com potencialidades de integração (ou exclusão) de determinados indivíduos/comunidades na sociedade?²

«A forma estandardizada da língua num dado país não resultou de artes mágicas, mas do favorecimento de certas variantes ou mesmo de certas línguas em relação a outros dialectos ou línguas, e do reforço dessa escolha em instituições como escolas e jornais: uma língua estandardizada é uma expressão e uma consequência do poder institucional.»³

Levando em consideração a possibilidade de ser um “poder”, recordam-se as palavras de Tonkin (2003-2004):

¹ TONKIN, Humphrey (2003-2004), “Language and Society”, *American Forum for Global Education*, Occasional Papers, N.º 178, pp. 1, <http://www.globaled.org/issues/178F.pdf>

² «A língua é usada como uma forma de incluir (quando o falante de uma língua minoritária aprende a língua oficial na escola, isto é parte de um processo para incorporar esse indivíduo na comunidade imaginária da Nação) ou excluir (quando as minorias linguísticas são obrigadas a comunicar num idioma que não é a sua língua nativa, estão a ser colocados numa situação de desvantagem ou marginalizados de todo). Examinar este processo de inclusão e exclusão (e, às vezes, os dois ocorrem simultaneamente) é uma forma de observar o exercício do poder económico e político da comunidade.» [TONKIN, Humphrey (2003-2004), “Language and Society”, *Op. Cit.*, pp. 3, <http://www.globaled.org/issues/178F.pdf>]

³ TONKIN, Humphrey (2003-2004), “Language and Society”, *Op. Cit.*, pp. 4, <http://www.globaled.org/issues/178F.pdf>

«(...) a língua é um dialecto com um exército.»⁴

O que talvez ajude a reforçar a ideia de que um idioma muito utilizado, inclusivamente em foros internacionais, tem mais *influência* e cria *mercado*. Conferindo, nessa medida, poder aos seus falantes. Mas uma autoridade porventura tão poderosa quanto a de um exército?

Pelo menos, um poder reforçado. Afinal, aproximadamente 70% da população mundial expressa-se dos dez idiomas mais falados, reduzindo a cerca de 30% o espaço de manobra das outras línguas que, ainda na ordem dos milhares, atestam a diversidade étnico-cultural do planeta (mais informações sobre a diversidade linguística no Anexo V, pp. vii-viii).

Ao verificar-se uma vontade de *comunicar* pode também resultar uma intenção de *negociar*. Para que uma língua possa almejar a factor diferenciador no xadrez mundial, deve talvez afirmar-se qual *mais-valia* capaz de ajudar a fortalecer mercados que possam ser levados em consideração pelas partes participantes nesse esforço conjugado e por terceiros; ou seja, pela sociedade civil, pelos Estados e Organizações Internacionais, outros agentes não governamentais como as ONGs e as multinacionais.

Como as próprias línguas parecem possuir “direitos”⁵, que ajudem a manter essa diversidade cultural, algumas organizações não governamentais (ONGs) e instituições sem fins lucrativos, esforçam-se a favor da preservação dos idiomas e da diversidade linguística, fundamentos da diversidade cultural⁶. Mas neste processo de globalização, é possível que nem línguas supostamente “universais” como o Português, o Inglês, o Francês e o Espanhol (Castelhano) tenham uma sobrevivência garantida à partida⁷:

«Pode argumentar-se que todas as línguas do planeta Terra estão em perigo, até o Inglês e o Chinês, uma vez que são faladas apenas num grão de pó dum universo que parece não ter fim. Por outro lado, pequenas populações em diferentes partes do mundo são, em

⁴ TONKIN, Humphrey (2003-2004), “Language and Society”, *Op. Cit.*, pp. 4, <http://www.globaled.org/issues/178F.pdf>

⁵ Os Direitos Linguísticos constam da Declaração Universal de Direitos Linguísticos visa salvaguardar o princípio de que todas as comunidades linguísticas são iguais em direitos e garantias. [UNIÃO LATINA (2001), “Declaração Universal de Direitos Linguísticos”, *Terminometro*, N.º 40, Linguística e Línguas, Versão Portuguesa, Publicações da União Latina, Janeiro, Paris, http://www.terminometro.info/ancien/b40/pt/duidl_pt.htm].

⁶ Podemos talvez invocar como exemplos axiomáticos: 1) a UNESCO (dinamizadora de vários projectos como o “*Linguapax*”, lançado em 1986, que visa proteger a diversidade linguística e promover a educação plurilingue, enquanto tenta relacionar a aprendizagem das línguas com a necessidade de promover a paz), <http://www.unesco.org>; 2) a ONG *Terralingua*, criada em 1996, em defesa da preservação do património da humanidade – natural e imaterial – incluindo a defesa das línguas e da pluralidade linguística, sob o lema: “quando desaparece uma língua, desaparece para sempre” <http://cougar.ucdavis.edu/nas/terralin/>; 3) a ONG FIPLV – Federação dos Professores de Línguas Vivas, fundada em 1931, almeja contribuir para uma comunicação (compreensão, cooperação, amizade) mais salutar entre pessoas que falam idiomas diferentes, através do ensino e da aprendizagem das línguas); 4) SIL – Instituto de Linguística de Verão, que publica documentação em várias línguas menos faladas no mundo, <http://www.sil.org>; 5) o *Observatório de Línguas* (organização de investigação transnacional, sem fins lucrativos, que lançou em Fevereiro de 2000 a primeira edição do Relatório mundial das línguas e comunidades linguísticas), <http://www.linguasphere.org>

⁷ A UNESCO promove anualmente o dia internacional da língua materna a 21 de Fevereiro. Consultar o portal: <http://webworld.unesco.org/imld>

regra, incrivelmente robustas na luta pela sobrevivência da sua língua ancestral apercebida em perigo.»⁸

Segundo a citação anterior, as comunidades mais pequenas, fortemente acoçadas pelo exterior, parecem mais fiéis à manutenção das suas tradições linguísticas. Quiçá por uma questão de *necessidade* aguçada (a perda de convicções mais acerbadas, pode implicar a perda irremediável dessa cultura?) que outras comunidades não sentem, por se darem ao luxo de considerarem mais fortes, por serem globalmente mais expressivas em número de falantes.

Neste contexto, faz talvez sentido referir a teoria do linguista Louis-Jean Calvet (1999)⁹, que se serve de um modelo gravitacional para estabelecer um padrão de comparação entre as línguas do planeta. O autor parece propor uma analogia entre ecologia e linguística. Como a ecologia estuda as interações entre os (grupos de) seres vivos e estes com o meio ambiente, também (os grupos de) línguas se podem relacionar entre si e estas com o meio ambiente.

Ou seja, Calvet (1999) constrói um modelo gravitacional que se baseia na ecologia, enquanto ciência do habitat. Em princípio, as línguas são estudadas como em ecologia se estudam os organismos – dos unicelulares aos pluricelulares que tendem a constituir-se em colónias, e depois em comunidades biológicas. Mas como parece haver diferentes graus de apreciação desta “metáfora linguística”, o escolhido é um “nível superior” que possa ser útil no estudo das línguas.

Como as línguas se distribuem geograficamente e algumas são faladas em vários continentes, o autor aplica-lhes um sistema em que o pivot é, porventura, o *Inglês* – que se admite “hipercentral”:

«(...) esta mundialização possui uma vertente linguística, simbolizada pelo domínio mundial do inglês que é, por um lado, uma realidade mensurável e o objecto de discursos críticos ou abonatórios.»¹⁰

Em torno da Língua Inglesa gravitam supostamente uma dezena de línguas consideradas “supercentrais” (entre as quais o *Português*). Segundo o autor, os falantes de um idioma “supercentral” propendem a aprender a “língua pivot” e outra língua “supercentral”, mais do que a aprender idiomas “centrais” (cem a duzentas línguas, entre as quais o italiano e o holandês).

Ainda com base no raciocínio do autor, os idiomas “centrais” são, por sua vez, pivots de quatro a cinco mil línguas “periféricas” (de acordo com o mesmo princípio, tendencialmente as menos estudadas pelos falantes de idiomas “hipercentrais” ou “supercentrais”).

⁸ THE LINGUASPHERE OBSERVATORY (2004), “What languages are in danger?”, *The Linguasphere Observatory Articles*, <http://www.linguasphere.org/language.html>

⁹ Professor de Sociolinguística na Universidade de Sorbonne (Paris). Cfr. CALVET, Louis-Jean (1999), *Pour une Écologie des Langues du Monde*, Plon, Paris, pp. 18.

¹⁰ CALVET, Louis-Jean (2002), “ ‘Mondialisation, Langues et Politiques Linguistiques’. Le Versant Linguistique de la Mondialisation”, Université Senghor – Opérateur Direct de La Francophonie, Organisation Internationale de La Francophonie, <http://www.usenghor-francophonie.org/international/conf/2002/calvet.pdf>

Calvet (1999) tenta explicar que, se o predomínio do Inglês parece verificar-se no curto e no médio prazo, não significa necessariamente que a situação perdure. Podemos, talvez aqui, lembrar que a História Linguística nos legou – com o Latim a difundir-se e a dispersar-se geograficamente, cedendo lugar à supremacia de outras línguas. Porque a História não se detém no presente e a natural evolução do número de falantes de cada língua pode levar a que línguas “periféricas” venham a tornar-se centrais, ou que uma língua “supercentral” substitua a língua que actualmente ocupa o lugar de “pivot do sistema” gravitacional do autor.

Neste contexto, e para efeitos de construção do modelo, considera-se a hipótese das línguas interagirem entre elas através da população (ou do sistema) bilingue. A cada nível (língua hipercentral, línguas centrais, línguas periféricas), o autor conclui que diariamente podem constatar-se duas tendências: para a aprendizagem de uma língua mais central que a maternal (bilinguismo vertical) ou que pertence ao mesmo nível gravitacional da nossa (bilinguismo horizontal).

O pragmatismo da teoria de Calvet (2002) supõe, inclusivamente, que as línguas são uma prática social ao serviço das populações e não o contrário, pelo que as políticas linguísticas devem implicar uma gestão em função da utilidade (“funções práticas e simbólicas”) do idioma. Declarações politicamente correctas a favor da igualdade real entre todas as línguas, não parecem convencer o autor, que as reduz a “falsas evidências”¹¹. (em valor, funções e nas representações). Todas são línguas, mas “profundamente diferentes” em valor, funções e nas suas representações.

Por outro lado, o aspecto linguístico da globalização parece gerar diferentes níveis de comunicação (do familiar ao global), que se traduzem num modelo médio tendencialmente trifuncional. Pois a cada cidadão corresponde, em princípio, três tipos de língua: uma internacional (ou mais global), cujo estatuto parece resultar do processo de globalização; uma estadual (ou estandardizada) que pode ser supercentral ou central; e uma gregária, que pode ser escrita/oral, uma forma local do idioma estadual ou não.

Calvet (2002), parece sugerir que o segundo nível atrás invocado (o da língua estadual) pode ser, dos três, o mais vulnerável perante as forças de um processo de globalização que talvez lide dificilmente com a excepção cultural (por ex.: o cinema francês e italiano “resistem” à pressão de Hollywood). E difunde culturas de massa enquanto consagra micro culturas em exposições e museus; sendo, que ao fazê-lo, aumenta o carácter dominante da língua hipercentral na mesma medida com que um idioma oficial sobrevive, se não vê aumentado o seu poder, ao unir um país com muitas línguas regionais (como acontece em África).

Mas como o futuro das línguas pode ser indeterminado e um número considerável corre o risco de desaparecimento – total ou parcial (da via oral e/ou escrita, talvez mantendo-se em dicionários ou documentos bilingues) – passou a haver uma grande disposição para protegê-las. Uma preocupação, aliás, que parece estender-se tanto a línguas periféricas e centrais, como a supercentrais e ao inglês – o próprio autor propõe uma analogia entre línguas e as espécies ameaçadas (como as focas bebés).

¹¹ CALVET, Loius-Jean (2002), “ ‘Mondialisation, Langues et Politiques Linguistiques’ . Le Versant Linguistique de la Mondialisation”, *Op. Cit.*, <http://www.usenghor-francophonie.org/international/conf/2002/calvet.pdf>

Se bem que Calvet (2002) acrescenta que as políticas linguísticas não devem talvez ser planeadas à revelia da vontade dos povos. Uma vez que, a haver guerras linguísticas, estas não resultam da competição directa entre idiomas mas da competição entre seres humanos. Ou seja, segundo o autor não se deve temer o factor mudança, nem desconfiar de políticas linguísticas desde que, para serem bem sucedidas, estas se adaptem às necessidades das pessoas – das comunidades de falantes.

Posto isto, há talvez que avaliar duas questões prioritárias. Primeiro, qual a importância (o poder) de uma língua de trabalho (não entendida estritamente, portanto, como elemento linguístico e legado cultural, mas com potencial comercial e geopolítico). Quais as razões que podem fundamentar uma escolha, e se esta faz sentido no mercado de trabalho, enquanto mais valia que acarreta vantagens líquidas para os seus utilizadores.

Segundo, analisar o *poder específico* do *Português* enquanto língua de trabalho. O que pode incluir uma avaliação transversal – porque a natureza e os prazos de entrega deste trabalho, não permitem estudos mais profundos nesta matéria – do tem sido feito no âmbito da política externa portuguesa, mormente, no que concerne a uma diplomacia da língua ou, pelo menos, a esforços conjugados no sentido de salvaguardar e difundir a *utilidade e credibilidade negocial* do idioma em questão.

II.2 Valor das Línguas do Ponto de Vista Económico

Compete-nos talvez discutir a questão do valor das línguas do ponto de vista económico. Começemos talvez por invocar uma primeira analogia:

«A língua é um instrumento de trocas, de ideias, na mesma medida em que a moeda o é, para as mercadorias.»¹²

Se a língua permite realmente a troca de ideias, para autores como Amaral Jr (2003), essa troca pode gerar rendimentos – ter talvez um impacto económico para a comunidade dos ses falantes – e, nessa medida, dinamizar um *mercado*:

«Quando se destacam manifestações que encerram parâmetros de qualidade para se afirmarem como produto cultural e económico sujeito como tal às leis da concorrência mercantil, está-se a reconhecer nelas talento e sentido de evolução social (...) E uma cultura inteligente e rendosa ajuda a impulsionar a economia! (...)»¹³

Neste sentido, a *cultura pode talvez arrebatara a economia*, mormente se a identidade e a diferença qualitativa de uma parte (*lusofonia, anglofonia, hispanofonia, francofonia, ...*) souber crescer em relevância perante o todo (o mundo). O que não deixa de ser uma forma de *poder* que se manifesta, talvez de forma diferente, consoante as fases da História:

¹²B., M. (1994), “Enjeux Économiques de la Valorisation de la Langue Française et du pluri-linguisme”, *Langue-Francaise.Org*, Dossiers, Articles, Mars, http://www.langue-francaise.org/Articles_Dossiers/Enjeux_economique.php

¹³ AMARAL Jr, José M. (2003), “África: Inserir a Cultura Popular na Economia”, *África Hoje*, Novembro, pp. 62.

«Numas épocas predominou a vocação para o comércio, e outras para o isolamento. Do jogo de ambas foram surgindo as circunstâncias concretas, com línguas, passo o paradoxo, universalmente locais ou localmente universais, o que tanto dá, porque, em cada momento histórico, a parte do planeta em que desenrolavam as suas vidas era, para os seus respectivos habitantes, o Universo.»¹⁴

Portanto, proteger uma língua que pertence a uma “comunidade alargada”, implica talvez o estímulo de um *mercado* que pode gerar sinergias políticas e económicas. Apostar numa língua, pode também adjuvar à promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, entre povos que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas. Neste sentido também parece seguir o raciocínio de autores como Dalmazzone (1999);

«Contrariamente a outros tipos de competência, o conhecimento de línguas confere tanto mais benefícios a um indivíduo, quanto maior o número de pessoas que o partilhem [esse conhecimento]. Saber uma língua muito falada permite ao indivíduo comunicar com um grande número de pessoas e impulsiona o cabaz de possíveis interações (possibilidades de emprego, investimento e comércio, troca de informação, actividades culturais, etc.) à sua disposição. Neste sentido, aprender uma língua significa tornar-se parte de uma *rede* – uma comunidade de elementos complementares em que, cada novo membro, para além de ter acesso às vantagens de um certo tipo de serviços, também acrescenta aos potenciais benefícios dos outros membros (isto é, gera externalidades positivas).»¹⁵

Independentemente da filologia, “contrariamente a outros tipos de competência”, auferir mais benefícios individuais à medida que a comunidade de falantes se multiplica e solidifica – conforme parece defender Dalmazzone (1999) – recorda-se a plausibilidade de uma língua, muito falada à escala global, conferir *relevância* ou mesmo *influência acrescida*, aos agentes que nela se expressam.

Talvez centrando a sua investigação no âmbito das externalidades verificáveis no mercado linguístico, a mesma autora, parece alertar para a relevância de uma escolha linguística.

«Claramente, ao aplicar uma perspectiva económica ao entendimento de assuntos sociais como os relacionados com a linguagem, a análise não pode descurar importância de factores culturais, éticos e ideológicos. Ao investigar as implicações no bem-estar de distribuições linguísticas alternativas ou de políticas, será necessário levar em conta, por exemplo, o efeito das preferências individuais variarem em línguas diferentes, e consoante o tamanho da sua comunidade linguística.»¹⁶

Neste contexto, as escolhas são porventura complexas, nos seus objectivos (aprender uma determinada língua para satisfazer necessidades de mercado e assim obter um emprego, por exemplo) mas também nas causas e nos efeitos correlacionados com o ensino/ aprendizagem/uso de uma determinada língua.

¹⁴ BUENO, Eloy Y. (2002), “Presencia del idioma español en los organismos y en las conferencias internacionales”, Congreso Internacional sobre Lenguas Neolatinas en la Comunicación Especializada, El Colegio de México, 28/29 Noviembre, *DTIL – Dirección Terminología e Industrias da Lengua*, http://www.dtil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_pt/ybanez_bueno.htm#a

¹⁵ DALMAZZONE, Silvana (1999), “Economics of Language: A Network Externalities Approach” in BRETON, Albert, *New Canadian Perspectives – Exploring the Economics of Language*, Department of Canadian Heritage, Canada, http://www.pch.gc.ca/progs/lo-ol/perspectives/english/explorer/page_03.html

¹⁶ DALMAZZONE, Silvana (1999), “Economics of Language: A Network Externalities Approach”, *Op. Cit.*, http://www.pch.gc.ca/progs/lo-ol/perspectives/english/explorer/page_03.html

«(...) relações entre economia e língua: língua enquanto instituição que gera hábitos, tipificações e objectivações linguísticas entre os seus falantes, a economia política do mercado linguístico estruturalmente vinculado ao poder económico e político, e a política económica dos agentes que promovem determinado tipo de práticas e intercâmbios linguísticos entre os actores sociais.»¹⁷

Mas se estamos a fortalecer um *mercado*, trabalhamos com a língua como se esta fosse um *bem transaccionável*? Com base em Baudrillard (1970)¹⁸ e Tejerina (2005), na actual sociedade de consumo, podemos talvez fazer uma analogia entre o idioma – enquanto língua de trabalho e, nesse sentido, objecto de traduções e de ensino, de interesse empresarial e de troca em vários mercados – e outro objecto de troca/consumo. Atribuindo-lhe, portanto, um valor de uso, um valor de troca, um valor simbólico e um certo prestígio social.

O *uso* da língua alude à capacidade de um indivíduo ou grupo de pessoas se expressar numa determinada língua e de a dominar. O *valor de uso* pode proceder entre outros factores, da sua utilidade, da relativa facilidade da sua aprendizagem; de ser uma língua falada em vários continentes ou de ser uma língua pouco falada, rara ou circunscrita a um número limitado de pessoas que ainda a transmitem oralmente – pelo que o seu uso, nesse sentido, também depende da sociedade e do contexto temporal em análise.

O *valor de troca* pode ter a ver com as razões pelas quais os indivíduos comunicam numa determinada língua. E os motivos pelos quais se usa (ou se aprende a utilizar) uma língua, podem ser os mais variados: subjectivos ou objectivos, afectivos ou pragmáticos, culturais ou profissionais.

O *valor simbólico*, de uma forma talvez simplista, pode envolver uma interpretação subjectiva, emblemática ou conjectural da língua, na intenção consciente ou inconsciente de procurar um sentido de pertença e uma identidade relativos a grupos que partilhem essa forma de comunicar; e, talvez em sua consequência, comunguem uma cultura ou uma forma de interpretar o mundo que lhes seja mais próxima e lhes permita compreender/ interpretar (melhor) o que os rodeia.

Ainda de acordo com Baudrillard (1970), o uso de uma língua deve o seu valor social à capacidade desses usos se constituírem num sistema de diferenciais – que reproduz simbolicamente especificidades relativas a um ou mais grupos – que se demarca de outros sistemas. Sobressaindo pela diferença, a língua pode ser encarada pelos próprios ou por terceiros com indiferença (é considerado banal ou ignorado), de forma negativa (língua inútil, degradante, insignificante perante o todo) ou de forma positiva (algo prestigiante).

O *prestígio social* de uma língua pode resultar da conjugação de vários factores, entre os quais, o facto de ser um meio de comunicação aceite entre as partes; por ser uma língua materna ou língua oficial; por ser uma língua de adopção ou de trabalho – entendendo com isto que há grupos que sentem necessidade de dominar várias línguas

¹⁷ TEJERINA, Benjamin (2005), “Lengua y Economía. Mercado de Intercambio de Simbólicos y Consumo de Productos Lingüísticos en Euskera”, *Noves SL. Revista de Sociolingüística*, Inverno, pp. 7, <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/hm05hivern/docs/tejerina.pdf>

¹⁸ BAUDRILLARD, Jean (1991), *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa.

para mais facilmente se inserirem – de forma temporária ou permanente – no seio de outros grupos sociais; seja por razões afectivas ou profissionais. Essa língua torna-se assim numa referência social, num modelo a adoptar por (cada vez) mais pessoas, que beneficiam de vantagens por nela se saberem expressar (mais talvez que os que a não dominam ou desconhecem por inteiro). Aqui temos, pois, porque é que uma língua “muito falada” pode traduzir-se em poder social acrescido para o seu grupo de falantes. Se esse *poder* se traduzir depois em mais mercado, o “valor económico da língua aumenta” .

O valor económico de uma língua (língua enquanto recurso económico), pode resultar, entre outros factores, da sua posição no mercado linguístico, do seu prestígio no seio académico e no meio social circundante. Neste sentido parece seguir o raciocínio de autores como Tejerina (2005):

«Nas nossas sociedades, o valor de troca condiciona tanto o valor de uso como o prestígio social, e o valor de troca é determinado pelo mercado das trocas económicas, do qual os intercâmbios linguísticos e culturais fazem parte. (...) Não sei se se pode chegar a afirmar que o poder de uma língua como recurso económico depende do poder e da influência económicos da comunidade dos seus falantes, mas o que é certo é que o valor económico de uma língua é determinado pelo mercado dos intercâmbios linguísticos.»¹⁹

Autores anteriores como Bourdieu (1999), já explicavam o quanto o sistema linguístico parece funcionar como um mercado:

«Toda a situação linguística funciona, portanto, como um mercado em que o locutor coloca os seus produtos; e o produto que produza para este mercado dependerá de como antecipe os preços que vão recebendo os seus produtos. Ao mercado escolar, quer o queiramos quer não, chegamos com uma antecipação dos benefícios e das sanções que receberemos (...) aprender uma língua é aprender ao mesmo tempo que esta língua será vantajosa nesta e naquela situação (...) funciona como um mercado em que se trocam coisas. (...) a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação económica onde se joga o valor do que fala.»²⁰

E o que se troca? Pode ser, por exemplo, uma nota do aluno ou o desempenho de um professor que, respectivamente, potencia um emprego (melhor) para quem for aprovado (com distinção) dominando a oralidade e a expressão escrita de uma ou mais línguas e confere um salário (e uma possibilidade de manter o emprego) a quem lecciona.

Segundo Tejerina (2005), para medir a importância relativa de uma língua no mercado mundial, podemos talvez ter em consideração as práticas linguísticas no momento da sua produção (no âmbito familiar, comunitário e empresarial). Mas é preciso considerar também os produtos da indústria linguístico-cultural e o nível do seu subsequente consumo, como a contratação de pessoal especializado e qualificado para evitar ignorância linguística funcional (os alunos devem acabar o curso a saber falar e escrever correctamente; material didáctico de qualidade); a proliferação de empresas de tradução, informatização e de ensino da língua portuguesa; a edição de jornais e revistas em português; a realização de programas de rádio e de televisão em Português, que

¹⁹ TEJERINA, Benjamín (2005), “Lengua y Economía. Mercado de Intercambio de Simbólicos y Consumo de Productos Lingüísticos en Euskera”, *Op. Cit.* pp. 9, <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/hm05hivern/docs/tejerina.pdf>

²⁰ BOURDIEU, Pierre (2004), “Lo que significa hablar?”, *Artigos IPN – Instituto Pedagógico Nacional, Colombia-Sur América*, pp. 3, http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/42_06ens.pdf

proporcionem fóruns para debate de ideias, entretenimento e informação, que fomentem um maior entrosamento dos lusófonos com a sua língua e suas culturas com traços comuns; e outras actividades culturais em português como exposições, teatro, cinema. Tudo isto confere talvez emprego às pessoas que trabalham neste ramo. É todo um sector económico e que pode ser (ou é mesmo) muito lucrativo.

Parece haver autores para os quais este sector económico se divide talvez em dois tipos de indústria que jogam um papel específico na promoção de um determinado idioma: as “indústrias da língua” e as “indústrias da comunicação”:

«As primeiras, baptizadas de indústrias da língua, recuperam “o conjunto de actividades que visam a manipular, interpretar ou gerar por máquinas a língua natural escrita e falada pelos humanos”, ou seja, o conjunto de técnicas que permitem ou não a uma língua de sobreviver aos anos que ai vêm. As segundas, as indústrias da comunicação, permitem, apoiando-se nas primeiras, a assegurar a difusão de “produtos culturais” ou de informação.»²¹

Outros autores parecem ter tentado relacionar os *conhecimentos de línguas* e as suas potenciais vantagens económicas num contexto profissional, como: Carliner (1980) nos EUA²²; e Vaillancourt e Lefebvre (1996) no Quebec²³.

Por seu lado, Connell (2002) concentrou-se talvez na realidade do Reino Unido, ao tentar estudar a relação entre o conhecimento de línguas e a oferta do mercado de trabalho – sobre a questão das carreiras.

Segundo Connell (2002), o número de escolas estrangeiras num país ou de disciplinas das Universidades relacionadas com línguas e culturas estrangeiras podem estar a contribuir para o aumento de bilingues e políglotas. E o número de empresas dedicadas ao ensino de línguas, serviços de tradução e de interpretação parece ter aumentado significativamente, em resposta aos apelos do mercado.

Parte dos que se esforçam por aprender várias línguas visam, pelo menos um dia, ocupar um cargo que lhes permita interagir com pessoas de idioma diferente do seu. Alguns planeiam participar em intercâmbios, como os financiados pela União Europeia: o Erasmus (para estudantes, que vão frequentar disciplinas numa Universidade de outro Estado-Membro) ou o Leonardo da Vinci (profissionalizante, pois proporciona um emprego temporário noutra Estado-Membro). Estes programas podem estar a despertar o interesse dos estudantes pelas línguas e a motivá-los a aprender sobre o que lhes é estrangeiro. Outros aproveitam o estudo das línguas para emigrar – fazendo parte da chamada “fuga de cérebros” do país²⁴ (ver Anexo IX, pp. xiv-xv).

²¹ B., M. (1994), “Enjeux Économiques de la Valorisation de la Langue Française et du pluri-linguisme”, *Op. Cit.*, http://www.langue-francaise.org/Articles_Dossiers/Enjeux_economique.php

²² Mais informações em CARLINER, G. (1980), “Wages, earnings and fours of first, second and third generation American males”, *Economic Inquiry*, pp. 87-112.

²³ Consultar VAILLANCOURT, F. e LEFEBVRE, L. (1981), “Antécédents familiaux et revenu de travail des hommes québécois”, *L’actualité Économique*, pp. 24-38.

²⁴ Propõem-se duas fontes de consulta: 1) OCDE (2002), “International Mobility of the Highly Skilled”, OCDE Publishing, Paris http://www.oecd.org/document/2/0,2340,fr_2649_201185_29034626_1_1_1_1,00.html; 2) DUMONT, Jean-C. e LEMAÎTRE, Georges (2005), “Counting Immigrants and Expatriates in OECD Countries”, OECD Social Employment and Migration Working Papers, N.º 25, Junho, <http://hermia.sourceoecd.org/vl=3021368/cl=40/nw=1/rpsvcgi-bin/wppdf?file=5lgmz8v68bvc.pdf>

As empresas tendem a apreciar currículos que incluam experiências de intercâmbio estudantil, sobretudo multinacionais e empresas que visam internacionalizar-se. Segundo as conclusões de Cornell (2002):

«(...) passaram um ano fora. (...) Podem enfatizar a habilidade de serem independentes, de se adaptar e trabalhar num ambiente novo, o que soma alguns pontos. (...) A Associação de Serviços de Aconselhamento de Carreiras para Graduados sugere que os empregadores “querem pessoas que saibam comunicar eficientemente; trabalhar de forma independente e em grupo; e apliquem uma abordagem lógica e analítica na resolução de problemas”. Experiência internacional é uma mais-valia para muitos empregos, como o senso de humor e uma “personalidade sociável”.»²⁵

Em Portugal, até recentemente, línguas estrangeiras como o Inglês, o Francês e o Alemão constavam das tabelas de idiomas mais procurados pelos alunos. Mas é possível que a gama de oferta (também motivada pela procura) esteja a diversificar-se, com os alunos a despertarem interesse por línguas como o Espanhol, o Chinês e o Russo.

Se no Reino Unido a idade mínima para aprender línguas estrangeiras dificilmente diminuiu abaixo dos catorze anos nos últimos anos – muito embora haja experiências diferentes nalgumas escolas do país – em Portugal essa questão parece estar ultrapassada, em especial depois das últimas reformas no ensino, protagonizadas pelo Governo português. Para além de, em Portugal, haver famílias que investem em cursos de línguas para os seus filhos – nas mais variadas idades – fora do regular funcionamento das escolas.

A aposta nos conhecimentos filológicos parece acompanhar o ensejo dos alunos se adaptarem, desde cedo, às novas tecnologias. Os softwares para computador, por exemplo, ainda surgem maioritariamente em Inglês no mercado, mas a tendência pode estar a inverter-se, com o surgimento de outras línguas de peso no âmbito informático, como o Espanhol e o Chinês.

No que concerne à Internet, embora ainda pareça uma plataforma mormente anglófona²⁶ – também se admitirmos que reúne um maior número de sítios (sites) em Língua Inglesa²⁷ – mas é possível que esse domínio possa estar a ser posto em causa pelo crescimento do número de páginas escritas em idiomas alternativos, também instigado por iniciativas públicas e privadas a favor da protecção das identidades culturais (talvez mais estritamente ligadas às respectivas línguas). Até porque, segundo Pimenta (1998):

²⁵ CONNELL, Tim J. (2002), “Languages & Employability – A Question of Careers”, The National Centre for Languages – CILT Papers, June 5th, version 1 H, pp. 3, <http://www.cilt.org.uk/research/statistics/labourmarket/cornell2002.pdf>

²⁶ «(...) a Internet, como meio, passou a ser uma ferramenta de primeira ordem para a globalização económica (...) um espaço em que a informação pode circular livremente e onde a cooperação e a solidariedade importam acima de tudo, transformou-se num lugar de predilecção do comércio global. (...) parecia que a História da Internet fosse exclusivamente estado-unidense, uma vez que se trata de tecnologia que nasceu no Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Mas esta é uma visão parcial da realidade (...)» [PIMIENTA, Daniel (1998), “Hay lugar en la Internet para otras lenguas y otras culturas que no sean la estadounidense? El caso del mundo latino”, *Funredes*, Fundación Redes y Desarrollo, http://funredes.org/funredes/html/castellano_publicaciones/infoethics98.html]

²⁷ «No que concerne a línguas, pode talvez estimar-se globalmente que entre 60% e 80% dos recursos da Internet na Rede se encontram em Inglês, e entre 3% e 4% em Francês.» [PIMIENTA, Daniel (1998), “Hay lugar en la Internet para otras lenguas y otras culturas que no sean la estadounidense? El caso del mundo latino”, *Op. Cit.*, http://funredes.org/funredes/html/castellano_publicaciones/infoethics98.html]

«As comunidades de falantes das cinco principais línguas latinas (espanhol, francês, italiano, português e romeno) representam um grupo humano, cujo peso supera a comunidade de língua inglesa (...) As identidades culturais merecem ser divulgadas pela Internet para favorecer a sua influência mútua e a mestiçagem. Os excessos da globalização económica podem representar uma ameaça real às identidades culturais. As diferenças marginais da capacidade de venda global entre regiões mostra a organização de forças e os movimentos de dominação cultural, tal como ocorre com a deslocação de massas de ar entre os centros de alta e baixa pressão num mapa meteorológico.»²⁸

Mas se os excessos da globalização económica podem estar a ameaçar as identidades culturais – e, nesse sentido, a ameaçar a sobrevivência de alguns idiomas – é possível que a Internet esteja a conseguir conectar um número cada vez maior de pessoas que, pelos vistos, preferem aceder a sítios (sites) escritos na sua língua materna.

Conforme as leis de mercado ditam, se há procura, a oferta tende a satisfazê-la. Ou seja, mais procura de línguas alternativas ao Inglês pode traduzir-se, na prática, numa oferta mais ampla de sítios (sites) nas línguas pretendidas pelos consumidores²⁹. Mas analisemos cuidadosamente a informação contida no quadro 1:

Quadro 1: As Dez Línguas mais Usadas na Internet

Número de Pessoas que navegam na Internet, por Língua				
As 10 Principais Línguas na Internet	Utilizadores da Internet, por Língua	Navegação Média na Internet	População mundial estimada por língua	Língua como % do total de utilizadores de Internet
Inglês	291,821,168	26.3 %	1,109,729,839	32.8 %
Chinês (Mandarim)	113,414,713	8.6 %	1,316,007,412	12.8 %
Japonês	67,677,947	52.8 %	128,137,485	7.6 %
Espanhol	56,844,480	14.6 %	389,587,559	6.4 %
Alemão	54,244,805	55.4 %	96,141,368	6.1 %
Francês	37,502,485	10.0 %	375,066,442	4.2 %
Coreano	31,600,000	42.0 %	75,189,128	3.6 %
Italiano	28,610,000	48.8 %	58,608,565	3.2 %
PORTUGUÊS	21,691,837	9.5 %	227,621,437	2.4 %
Holandês	14,655,328	60.5 %	24,218,157	1.6 %
Top 10 Línguas	718,062,762	18.9 %	3,800,307,391	80.8 %
Outras Línguas	170,618,369	6.5 %	2,611,759,794	19.2 %
Total Mundial	888,681,131	13.9 %	6,412,067,185	100.0 %

Fonte: INTERNET WORLD STATS (2005), “Internet Users by Language”, IWS – Usage and Population Statistics, The Internet Coaching Library, <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

²⁸ PIMIENTA, Daniel (1998), “Hay lugar en la Internet para otras lenguas y otras culturas que no sean la estadounidense? El caso del mundo latino”, *Op. Cit.*, <http://funredes.org/funredes/html/castellano/publicaciones/infoethics98.html>

²⁹ «É fácil para os executivos pensar que o Inglês é uma língua global. (...) Mas dar conversa a empregadas de mesa é uma coisa; vender além fronteiras é outra. Com a economia global a atravessar maus momentos, as empresas estão à procura de formas de custo-eficiente de crescer os rendimentos onde possam. Para chegar aos consumidores em partes remotas do mundo têm de investir em traduções de tudo, desde programas de software de computador a relatórios de stocks. (...) A probabilidade dos consumidores comprarem um produto na Internet é quatro vezes superior se o site estiver na sua língua favorita (...).» [FONDA, Daren (2001), “Selling in Tongues – Translation services are booming because global consumers want to buy in their native language”, *Time.com*, 26 de Novembro, <http://www.time.com/time/global/november/cover.html>]

Segundo a Internet World Statistics (2005), é possível verificar que o *Inglês* continua a ser a língua mais escolhida pelos utilizadores de Internet: 219 821 168 utilizadores, por uma navegação média de 26,3%; correspondente, em princípio a uma população anglo-saxónica estimada em 1 109 729 839, equivalendo a 32,8% do total de utilizadores de Internet.

Mas outros idiomas parecem seguir no seu encaço, em termos de preferências. Como parece ser o caso do *Chinês (Mandarim)*: 113 414 713 utilizadores de Internet, correspondente a 8,6% de navegação média (o que não deixa de ser significativamente menos do que qualquer das outras línguas incluídas na mesma lista); para uma população média estimada de 1 316 007 412, equivalente a 12,8% do total de utilizadores da Internet.

No ano de 2005, conforme os dados disponíveis pela Internet World Statistics (2005), surge um grupo de três línguas, uma asiática e duas europeias: o *Japonês*, o *Espanhol* e o *Alemão* correspondentes, respectivamente, a um total de utilizadores (e navegação média na Internet) na casa dos 67 677 947 (52,8%), 56 844 480 (14,6%) e 54 244 805 (55,4%).

O Português surge nesta lista em nono lugar (correspondente a 21 691 837 utilizadores de Internet, para uma navegação média de 9,5%; para uma população mundial estimada em 227 621 437 pessoas, equivalente a 2,4% do total de utilizadores de Internet), precedido por duas línguas europeias e uma asiática; ou seja, pelo Francês, pelo Coreano e pelo Italiano.

Mas regressando ao estudo de Connell (2002). Este menciona que os currículos vitae tendem a fazer alusão aos conhecimentos de uma ou mais línguas – para além do idioma materno. Ao que parece, as referências podem ser uma constante por serem (cada vez mais) um requisito pedido pelas empresas em fase de recrutamento.

Saber línguas, chega a ser um elemento (específico) de procura nas páginas da Internet especialmente vocacionadas para quem procura emprego. E a tendência parece estar para continuar:

«Considera-se que mais comércio externo, relações europeias mais estritas, os efeitos da globalização e até a guerra ao terrorismo, vão aumentar e impulsionar a procura de linguistas qualificados para um rol crescente de línguas.»³⁰

Segundo Connell (2002), o sector público pode estar a recrutar cada vez mais quadros qualificados em línguas. A ideia talvez não surpreenda quando os funcionários dos serviços do Estado – inclusivamente os dos ministérios – precisam talvez de saber interagir com delegações de países terceiros, ou de participar em delegações ao estrangeiro.

Alguns exemplos. O Ministério dos Negócios Estrangeiros pode precisar de contratar ou formar quadros em línguas; para saber colmatar barreiras culturais ou institucionais e representar o país à mais alta instância; interagir eficientemente com os locais,

³⁰ CONNELL, Tim J. (2002), “Languages & Employability – A Question of Careers”, *Op. Cit.*, pp. 3, <http://www.cilt.org.uk/research/statistics/labourmarket/connell2002.pdf>

sobretudo se estes não se expressam em língua portuguesa; e saber conduzir negociações no âmbito da diplomacia económica. As línguas pedidas podem ser as mais variadas, se entendermos que, por princípio e tanto quanto possível, se deve ser fluente nas línguas dos países de destino.

Outros exemplos. No Ministério da Saúde pode desejar contratar médicos que saibam as línguas dos países a quem enviam assistência, no âmbito de possíveis acordos bilaterais ou multilaterais. O Ministério da Economia pode precisar de tradutores, advogados ou negociadores capazes de compreender os termos técnicos escritos noutras línguas, a fim de salvaguardar os interesses nacionais nos acordos com multinacionais, na tentativa de atrair investimento directo estrangeiro (IDE) ou impedir deslocalizações com efeitos económico-sociais significativamente perniciosos para o país.

No âmbito da segurança, o Governo também pode ainda precisar de qualificados em línguas para as missões de paz, para as negociações de carácter geo-estratégico, para departamentos ligados aos Serviços Secretos.

Em princípio, outros empregos são propensos a contratar qualificados em línguas. Cornell (2002) recorda alguns, baseados nos estudos efectuados para o Reino Unido: *Business Services*, Indústria, Banca & Serviços, tradução e ensino. Até porque o ambiente de trabalho tende a ser progressivamente mais multicultural e multilinguístico, pelas pressões da globalização e das massas emigratórias, da internacionalização e interdependência dos mercados.

De acordo com o autor, o sector do turismo é talvez um dos que mais contrata políglotas, para saber satisfazer as necessidades dos clientes – para assim melhor os atrair ao mercado nacional, entender os seus pedidos e salvaguardar o seu apazimento sem ferir susceptibilidades que possam advir de diferenças socio-culturais. No estudo de Connell (2002) consta que, no Reino Unido, se tem apurado um aumento de emprego nos aeroportos para qualificados em línguas; sendo que os postos de trabalho também crescem em função da variedade de línguas (pois pode pedir-se alguém que saiba falar árabe e francês, e outro que saiba falar inglês e hindu).

Mas se no Reino Unido os inquiridos parecem ter evidenciado alguma frustração por não aplicarem muito as suas possíveis qualificações – muito embora reconhecidas – em várias línguas, é de admitir que essa não seja uma realidade tão evidente em países como Portugal, atendendo ao perfil do país, à mentalidade dominante do seu povo supostamente mais flexível e propenso a comunicar na língua do turista ou do empresário que conosco negocia. Uma elasticidade que pode ter o reverso da medalha, se um tal procedimento se traduzir numa menor instigação à partilha da nossa cultura; se os estrangeiros que nos visitam não se sentirem na necessidade de aprender a Língua Portuguesa e de conhecer os costumes nacionais para poderem interagir. Posta a questão nestes termos, o mercado da Língua Portuguesa pode sair prejudicado da situação criada pelos próprios falantes de Português, que não utilizam o idioma quando podem.

Outra possibilidade, é a dos clientes preferirem comunicar com pessoas que saibam a sua língua. Neste contexto, os indivíduos procedem talvez assim por o idioma comum lhes conferir um elo de potencial confiança acrescida. Subentende-se que possam pensar que os indivíduos com quem interagem lhes entendem melhor as necessidades e/ou as

queixas em relação a determinado bem ou serviço. Podem admitir que o risco de ser enganado por um compatriota, será menor.

Connell (2002) refere ainda uma série de estudos empresariais, cuja maioria de respostas obtidas apontam as barreiras linguísticas como um dos principais obstáculos à exportação. Para melhor explicar o raciocínio do autor, podemos propor um exemplo: se uma multinacional deseja investir no Brasil, procura contratar pessoal qualificado que, entre outros requisitos, saiba falar português e possua conhecimentos específicos sobre a cultura e o mercado brasileiros; o que, em princípio, facilita a realização de prospecções de mercado (inclusivamente antes de tentar entrar naquele mercado). Também para melhor interagir com a comunidade local e, assim, conhecer as pessoas certas e melhor negociar os contractos.

Talvez por isso, ser *fluente* em línguas pode não bastar para se obter um contrato numa empresa, pois o empregador pode exigir o *domínio* de uma ou mais idiomas, a fim de garantir uma *real satisfação* das necessidades – de fornecedores, clientes, associados; ou dos objectivos da empresa (produtividade, competitividade, salvaguarda dos objectivos, lucros. E se houver uma recessão no mercado e a empresa se obrigar a fazer cortes orçamentais que levem a despedimentos, é possível que um bom trabalhador fluente em línguas seja menos propenso à demissão, sobretudo se essa qualidade profissional for essencial para os objectivos da empresa.

Mas se há multinacionais que chegam a premiar (a dar remunerações mais elevadas) aos seus trabalhadores políglotas; outras multinacionais implantam políticas e estratégias internas com o objectivo de obrigar os seus trabalhadores a efectuar as suas actividades num ambiente monolinguístico (nesse caso, se o trabalhador é russo e a multinacional americana, aquele que desejar manter o seu emprego e, conseqüentemente, o seu salário ao fim do mês, sente-se na obrigação de se tornar fluente em Inglês).

Mesmo no seio de cada país, os emigrantes estrangeiros e seus descendentes, confrontam-se com a necessidade de se adaptar às exigências do país de acolhimento. O Governo nacional pode tomar medidas que incentivem, na medida do possível, os estrangeiros a aprender a língua do país de destino. Mas os próprios também procuram frequentar cursos públicos ou privados, que possam ajudá-los a ser fluentes no novo idioma, como forma de obter (mais rapidamente) um emprego (desejado). Até porque há empregos para os quais não poderiam candidatar-se se não compreendessem completamente a nova língua, por tal ser um requisito essencial para o bom sucesso das tarefas a este associadas (por exemplo, no âmbito do Direito).

II.3 Exemplo Internacional: Francofonia

A *Francofonia* pode ser uma tendência – inclusivamente política – a favor da língua francesa, para inverter a perda de terreno que esta já registava perante a língua inglesa, e que terá começado na década de 70 do século XX.

Para líderes como Abdou Diouf, Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia (IOF), a língua francesa enfrenta desafios mas ainda não perdeu o seu lugar cimeiro entre as mais faladas, e enumera as iniciativas supostamente bem sucedidas em resultados, tomadas pela IOF nos últimos anos:

«Para a nossa organização, a IOF, o uso do Francês como língua mundial é um objectivo estratégico. Os nossos programas prioritários incluem, por exemplo, o apoio e a promoção do uso do Francês em organizações internacionais como a União Europeia e no Comité Olímpico Internacional. Também menciono todo o trabalho que fazemos no âmbito das tecnologias de informação ou no contexto das parcerias entre universidades francófonas, que têm sido encorajadas a trabalhar em conjunto em sectores legais e científicos. De facto, a determinação de alargar a influência do Francês, de actualizá-la e lhe atribuir maior credibilidade, é que é o coração da maior parte dos nossos programas. (...) A única resposta é lutar pela promoção da diversidade cultural e linguística. O futuro da língua francesa depende do resultado desta campanha.»³¹

Supostamente, Abdou Diouf defende ainda que «o terceiro milénio será o milénio de África», pois muito embora as suas dificuldades na manutenção de Estados democráticos, e de fomentar a igualdade, o combate à pobreza e às pandemias, é um continente com «vastas fontes de riqueza», pelos vistos, com potenciais de futuro ainda descoradas pelo presente.

Mas será que o Francês, muito embora alvo de políticas a que, talvez, possamos chamar de “proteccionistas da Língua”, está a conseguir vencer a suposta hegemonia e força gravitacional da Língua Inglesa no mundo? As opiniões dividem-se.

No âmbito do mercado, onde as línguas são preferencialmente escolhidas em função da sua utilidade, o pragmatismo dos agentes económicos não parece dar tréguas a proteccionismos, ou discursos emocionais a favor de um certo idioma, ou impedir a concorrência linguística. Mas perante as leis do mercado, e o suposto equilíbrio da oferta e da procura, é o Inglês que põe as cartas na mesa?

Jorge Leitão Ramos (2006), habituado ao circuito de festivais internacionais de cinema, conhece talvez bem os meandros da indústria cinematográfica podendo, nessa qualidade, considerar-se um testemunho fiável no sector, é o próprio quem confessa:

«Até os franceses em França falam inglês, que é a língua veicular em todos estes fóruns. Neste domínio não vejo nenhuma evolução positiva das outras línguas.»³²

Como quem parece recordar-nos o quanto os franceses parecerem ser um povo muito arreigado à sua língua, esforçando-se por a defender com “unhas e dentes”. Muito embora essa presença de espírito, não parecem estar a conseguir fazer face à força gravitacional do Inglês.

³¹ Abdou Diouf *apud* CHANDA, Tirthankar (2005), “There is a need for French in French-speaking countries”, Label France, n.º 57, I quarter, http://www.diplomatie.gouv.fr/label_france/57/gb/20.html

³² RAMOS, Jorge L. (2006), “Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa”, *Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 933, ano XXVI, <http://www.instituto-camões.pt/encarte/encarte101a.htm>

II.4 Exemplo Internacional: Hispanofonia

«“O nosso petróleo” (...)»³³

Avalia-se o exemplo do *Espanhol* (embora nos reportemos especificamente ao *castelhano*), no contexto da importância de uma *diplomacia da língua* e da concertação de esforços conjuntos de vários países (a começar talvez pelos hispânicos) no xadrez internacional (sobretudo em organizações internacionais, com fóruns multilaterais) a favor de um *idioma de trabalho* que lhes é provavelmente comum e útil.

Estudamos a Língua Espanhola do ponto de vista dos mercados. A questão prende-se com a escolha de falar e/ou escrever em Espanhol. Será ser resta uma opção a considerar, atendendo a que o Inglês parece ser a língua franca na cena internacional? Que argumentos poderão fundamentar a escolha?

Admite-se que haja uma *atitude* no seio hispânico (ou entre os *hispanógrafos*, se considerarmos o neologismo), que não se compara à prevalecente na generalidade do universo lusófono. Mas Otero (2005) vai provavelmente ainda mais longe ao declarar:

«A língua espanhola é um poderoso argumento.»³⁴

É possível que a Espanha e os demais países hispânicos defendam a sua língua comum de uma forma mais concertada e evidente, talvez investindo mais recursos económicos nesse processo conjunto.

Entre as elites – inclusivamente entre académicos e cientistas – a ideia dominante parece ser a de empregar a língua castelhana sempre que possível; a de salvaguardar e difundir o idioma que partilham fomentando-se, assim, uma visão prospectiva de futuro virada para a obtenção de resultados favoráveis e concretos. Segundo Bueno (2002):

«Esforço [dos hispanófonos, a favor da língua espanhola] que não tem um objectivo puramente narcisista (...) deve ter muito em conta as implicações que, para o futuro desenvolvimento dos países que partilham o espanhol como seu, teria a substituição do actual regime de multilinguismo limitado por outro de monoliguismo em inglês, como alguns pretendem.»³⁵

Falamos de resultados. Por exemplo, no II Congresso de Valladolid (16/19 de Outubro de 2001)³⁶, organizado pelo Instituto Cervantes e a Real Academia Espanhola, os debates de ideias e os trabalhos apresentados concentraram-se em torno do papel da língua espanhola na Sociedade da Informação. Delineou-se um plano de actividades em torno de *quatro áreas estratégicas* em que o Espanhol podia talvez ter vantagens

³³ Assim foi qualificada a língua castelhana no II Congresso Internacional da Língua (2002), em Valladolid. Ver OTERO, Jaime (2005), “Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)”, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos (ARI), Análisis N.º 42/2005, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>

³⁴ *Id. Ibid.*

³⁵ BUENO, Eloy Y. (2002), “Presencia del idioma español en los organismos y en las conferencias internacionales”, *Op. Cit.*, http://www.dtil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_pt/ybanez_bueno.htm#a

³⁶ CENTRO VIRTUAL CERVANTES (2001), “Congreso de Valladolid”, Publicaciones del Instituto Cervantes, <http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/>

competitivas e uma “sólida base económica”: a indústria do dito idioma como língua estrangeira; a publicidade, a edição e a música em espanhol.

«(...) um idioma comum é uma vantagem competitiva (...) Conhecendo a impermeabilidade dos espanhóis a línguas estrangeiras, pode ser que o idioma e a cultura tivessem sido, mais do que incentivos para investir na América Hispânica, factores dissuasores noutros cenários, que tenham empurrado os espanhóis a concentrar a sua actividade exterior ali onde podiam fazer-se entender com menor esforço. Pode ser também que a América que fala espanhol, pelos seus denominadores comuns (idioma, cultura, instituições, contiguidade geográfica) constituam um “mercado natural”, pelo que a informação, “recurso chave para o êxito de uma empresa, flui melhor e por isso o risco e o custo da expansão internacional diminui”.»³⁷

Mas, no seu todo, o Instituto Cervantes tem protagonizado uma série de medidas, com vista à preservação e proliferação do Espanhol no mundo. Parece ainda dinamizar uma rede de cientistas que investigam sobre a questão linguística – inclusivamente no âmbito do seu impacto económico³⁸. Um esforço que encontra paralelo em Portugal, no seio do Instituto Camões.

A política do Instituto Cervantes, também parece ser a de difundir o Espanhol à escala global como *língua de negócios*. Paralelamente, universidades e várias empresas privadas ensinam um *Español de Negocios*, com currículos especificamente vocacionados para ensinar aos seus alunos conhecimentos práticos e plausíveis instrumentos de trabalho, capazes de despertar para desafios quotidianos concretos – fomentar o trabalho de grupo interdisciplinar e multicultural, a comunicação entre colegas; necessidades de internacionalização das empresas, vontade de exportar.

Ver exemplo no Quadro 2, que descreve o programa da Universidade Pablo de Olavide (2004) de “Español de Negocios”, para alunos não hispânicos:

Quadro 2: de “Español de Negocios”, para discentes de castelhano Língua Estrangeira, Universidade Pablo de Olavide, semestre de Outono (2004)

Programação	Planeamento: Sumário das aulas.
Unidade 0	Introdução ao curso. Prova de compreensão económica.
Unidade 1	A empresa. Noções básicas, cargos directivos. Estruturas. Leitura.
Unidade 2	A Empresa II. Redacção de cartas de apresentação e <i>Curriculum Vitae</i> .
Unidade 3	O Comércio. Noções básicas de comércio internacional. Leitura: Empresa Zara.
Unidade 4	A internacionalização da empresa. A decisão de exportar. Vídeo: O Departamento de Exportação. Preparação da apresentação em grupo. Apresentação de grupo: “A decisão de exportar”.
Unidade 5	Produto e Imagem. Marketing global? Publicidade e Promoção. Imagem Internacional (anúncios). Leitura.
Unidade 6	Promoção e novos mercados. Apresentações de Empresas e de produtos.
Unidade 7	Comunicações e documentos no mercado internacional. Correspondência comercial. Por telefone. Leitura. Apresentação de uma empresa. Leituras e compreensão.

Fonte: Villegas, Jaime G. (2004), “Disciplina – Español de Negocios”, Universidade Pablo de Olavide, Semestre de Outono, http://www.upo.es/general/estudiar/ensenanza_no_reglada/centro_estudios_extranjeros/doc/span376.pdf

³⁷ CASANOVA, Lourdes (2002), Foreign Affairs en Español in Otero, Jaime (2005), *Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)*, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos (ARI), Análisis N.º 42/2005, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>

³⁸ Consultar um estudo, talvez pertinente, sobre as potencialidades económicas do Español, com base num modelo econométrico: MUNICIO, Ángel M. (2001), “Econometria de la Lengua Española”, *Anuário 2001*, Centro Virtual Cervantes, Instituto Cervantes, http://cvc.cervantes.es/obref/anuario_01/municipio/

Um currículo que talvez possa apetrechar estudantes e empresários, com conhecimentos úteis, de plausível aplicação imediata no mercado de trabalho. Afinal, a vida de uma Língua alimenta-se no dia-a-dia, junto daqueles que procuram conhecê-la.

Um idioma alimentado sucessivamente pelos seus falantes (de Língua Materna ou não), tem potencialmente mais força para resistir à concorrência linguística que parece viver-se muito hoje no mercado de trabalho. Talvez mais até, se estas pessoas constituírem um universo aberto, heterogéneo, multicultural, a residir ou estudar/trabalhar num número elevado de países.

Mas uma língua de negócios que procura afirmar-se geograficamente, mesmo no seio dos Estados que a partilham como língua oficial, assumem algumas variantes, diferentes de uns países para os outros. Estes cambiantes podem ser enriquecedores e benéficos; mas talvez mais se houver um esforço no sentido de uma crescente consolidação de terminologias, que adjuvem o intercâmbio cultural, científico e económico. Neste contexto, menciona-se o papel da Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), criado em 1988 com o objectivo de:

«(...) estabelecer um canal de cooperação entre seus membros para consolidar as terminologias nos países hispanófonos e lusófonos.»³⁹

Ao que se acrescenta uma referência ao projecto CERTEL – que visa talvez harmonizar os sistemas de certificação de competências linguísticas (ver Anexo VI, pp. ix) nos países TEL (Três Espaços Linguísticos)⁴⁰, que unem esforços em torno de três espaços geolinguísticos (Lusofonia, Francofonia e Hispanofonia):

«A proposta do Instituto Cervantes prolonga e concretiza, no âmbito do espanhol, linhas de acção (...) como o projecto CERTEL lançado em 2003 pela OEI. (...) Esta iniciativa devia encontrar sua plena utilidade na relação com um dos eixos principais da política de cooperação ibero-americana em matéria de educação superior: a criação do Espaço Ibero-americano do Conhecimento. A creditação das competências linguísticas mediante certificados oficiais é, com efeito, um requisito essencial para a mobilidade académica e a transferência de saberes no espaço regional.»⁴¹

No espaço regional da América Latina consta um país de expressão oficial portuguesa. O Brasil está na mira desta visão estratégica. Aproveita-se a porta aberta, nomeadamente pelas multinacionais espanholas no seio do bloco regional Mercosul e do interesse que estas têm despertado no Brasil – no Estado e nas empresas – que com estas visam atrair investimento directo estrangeiro ou estabelecer trocas comerciais que se almejam mutuamente vantajosas; o que pode incluir a aprendizagem de Espanhol no Brasil:

«Depois dos EUA, o Brasil é seguramente o segundo mercado do espanhol como língua estrangeira. A criação do Mercosul em 1991 e a aterragem das empresas espanholas deram impulso a uma procura do espanhol. O seu ensino estendeu-se ao sector privado e

³⁹ Portal RITerm: <http://www.riterm.net/pt/presentacion.htm>

⁴⁰ Portal TEL, http://www.3el.refer.org/rubriquePT.php3?id_rubrique=5

⁴¹ VARELA, Lía e OTERO, Jaime (2005), “Hacia una política lingüística Iberoamericana”, Nuevamayoria – Portal Sociopolítico de Iberoamérica, 26 de Maio, <http://nuevamayoria.com/ES/ANALISIS/instituciones/051226.html>

promoveram-se iniciativas legislativas para introduzi-la como língua obrigatória no ensino público.»⁴²

Se bem que é preciso lembrar que a oportunidade criada no seio dos países Mercosul deve, em princípio, favorecer os dois sentidos. *Ou seja, se houver reciprocidade*, a aprendizagem de Português deverá também crescer nos países de língua oficial espanhola.

Mas a questão não se levanta apenas em função do espaço económico proporcionado pela Mercosul. Podemos invocar os esforços diplomáticos protagonizados no seio das Cimeiras Ibero-americanas, desenvolvidas desde a primeira realizada em Guadalajara (México) em 1991.

Cimeiras que tendem a louvar acontecimentos políticos criados em torno das línguas portuguesa e espanhola – como, por exemplo, na Declaração de Madrid (1992), por ocasião da II Cimeira Ibero-Americana, em que se enalteceu a criação do Instituto Camões e do Instituto Cervantes⁴³.

Neste contexto, faz talvez sentido destacar ainda alguns pontos (6, 12, 13 e 26) da Declaração Final da Cimeira da XV Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo levada a efeito em Salamanca, entre 14/15 de Outubro de 2005 (ver Anexo VII, pp. x-xi).

Recorda-se o ponto 6 b, porque talvez se preocupa em incentivar programas que troquem dívida externa por educação e outros investimentos sociais. Uma ideia talvez arrojada mas retomada no ponto 12, que adverte para a necessidade de promover um desenvolvimento com equidade e justiça social na linha da Declaração de Toledo, que talvez possa levar à adopção de um Pacto Ibero-Americano para a Educação. Invoca-se o potencial de mecanismos inovadores que permitam aliviar a dívida externa na América Latina, comprometendo-se a incentivar o maior número de credores bilaterais e multilaterais a favor da conversão da dívida em investimento social e, em especial, em educação.

O ponto 13, em princípio, preocupa-se com a vontade política de criação de um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, que promova a investigação, a inovação e o desenvolvimento, com o objectivo de alimentar a produtividade, a melhor qualidade e acesso aos bens e serviços dos povos ibero-americanos; e, talvez em sua consequência, uma acrescida competitividade internacional.

No ponto 26, destaca-se talvez a vontade política do Brasil em inserir o Espanhol como disciplina obrigatória do seu currículo escolar do ensino secundário. Enquanto é manifesta a intenção dos Estados hispanófonos de incentivar a difusão da língua portuguesa.

⁴² Otero, Jaime (2005), “Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)”, *Op. Cit.*, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>

⁴³ CIMEIRA IBERO-AMERICANA (1992), “Documento de Conclusões”, Documentos – II Cimeira Ibero-Americana, 23/24 de Julho, Madrid, pp. 9, <http://www.cumbre-iberoamericana.org/NR/rdonlyres/BFD2E006-FB07-49E2-95FF-CB6EA59237FC/354/DeclaraçãodeMadrid.pdf>

Mas se o Espanhol parece reunir vantagens competitivas, é preciso recordar que o *Português – Língua Materna* se encontra disseminado um pouco por todos os continentes, enquanto o Espanhol parece concentrar grande parte da sua influência na América Latina (através da qual tem conquistado os EUA – talvez a superpotência do mundo pós Guerra-fria – e em cujo sistema educativo parece ser a Língua Estrangeira mais ensinada), o que pode motivar uma tal “estratégia agressiva”. O Espanhol pode ser língua oficial de 21 países no mundo, mas grande parte destes concentram-se na América Latina num espaço geográfico que parece perder relevo quando comparado com o tamanho do Brasil (um só país, de língua oficial portuguesa).

«(...) os esforços oficiais investidos tanto na coesão interna da língua como na sua promoção internacional – Associação de Academias, Instituto Cervantes, Congressos da Língua – tiveram um marcado protagonismo espanhol, que não se produziu sem receios por parte de outros países hispanófonos. Não deixa de ser certo que para os sucessivos governos espanhóis, a defesa do idioma não foi apenas uma aposta comercial, ou não principalmente, mas sobretudo uma questão de interesse nacional, uma causa que “está longe de ser estética e chega a ser decididamente política” como argumentava Fernando Lázaro Carreter na abertura do Congresso de Sevilha. (...) Em qualquer caso, é claro que, político ou económico, o espanhol não é assunto exclusivo de Espanha (...)»⁴⁴

Portanto, o Espanhol pode ser uma língua de comunicação nalguns pontos específicos do continente africano (Guiné Equatorial, nas cidades espanholas de Ceuta e Manilha, que assim influenciam o norte de Marrocos); para além do interesse que discretamente vai despertando em países como a China e o Japão.

⁴⁴ Ver OTERO, Jaime (2005), “Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)”, *Op. Cit.*, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>

III. Português – Língua de Trabalho

III.1 O Poder da Língua Portuguesa

A *Lusofonia*⁴⁵ é um conceito possivelmente agregado, em geral atribuído ao conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe⁴⁶, e Timor-Leste. Pode ainda incluir-se Macau (na China); para além de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli (na Índia)⁴⁷ onde o Português é talvez uma *Língua de uso*.

Por *Diáspora Lusófona* (ou diáspora da língua portuguesa), entendem-se talvez todos os indivíduos que se expressam em Língua Portuguesa fora dos territórios em que esta é idioma oficial ou língua materna; por muito dispersos que estejam pelo mundo, e independentemente das diferenças que os possam separar. Nestes termos, são reconhecidos como membros de uma *comunidade* alargada, a que podemos talvez chamar *lusófona*.

Levamos em conta que o Português pode ser uma língua de suporte de identificação entre as comunidades lusófonas; provavelmente mais expressivas em países como a Alemanha, a África do Sul, a França, o Canadá, os Estados Unidos da América (EUA), o Luxemburgo, o México, a Venezuela e a Suíça⁴⁸. A Língua Portuguesa ainda parece ser falada de forma minoritária (não oficial) em países como Andorra, Namíbia, Japão ou até Paraguai⁴⁹.

A Língua Portuguesa pode talvez afirmar-se como *pertença de todos* os Estados, regiões autónomas e diásporas que nele se expressam, assim constituindo uma comunidade que já excede os 200 milhões de pessoas. Segundo as teorias perscrutadas no capítulo anterior, quanto mais pessoas se expressarem na Língua de Camões, mais poder à escala mundial possuirá a *Lusofonia*.

No cerne da questão está o idioma que lhes é talvez comum: a “Língua Portuguesa”, ou o “Português”, ou a “Língua de Camões” – em honra do poeta Luís de Camões, por

⁴⁵ «O conceito de Lusofonia usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.» [GOVERNO DE PORTUGAL (2005), “Lusofonia”, Portal do Governo, Lisboa <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia>]

⁴⁶ Os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe. Ora, «(...) Os PALOP adoptaram o Português como língua oficial, que é um factor de identidade nacional, de diferenciação regional e, por conseguinte, é nesse contexto que cooperamos com os esses países no âmbito específico do ensino médio e superior e no quadro da formação de docentes e da investigação sobre a Língua Portuguesa. A partir destas premissas fundamentais, celebrámos com cada uma das instituições de Ensino Superior, acordos de parcerias no sentido de reforçar a componente do ensino da Língua Portuguesa.» [COUTO, Jorge (2001), “Há uma melhoria da formação dos docentes dos PALOP”, *África Lusófona*, Agosto/Setembro, <http://www.institutocamoes.pt/icnoticias/noticias01/jcouthentrv02.htm>]

⁴⁷ Ver mais informações em WIKIPÉDIA (2005), “Língua Portuguesa”, *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*, GNU Free Documentation License, versão em Português, http://pt.wikipedia.org/wiki/l%C3%A2ngua_portuguesa

⁴⁸ INSTITUTO CAMÕES (2006), “10 Razões para Aprender Português”, Português, Língua Universal, Português Língua Estrangeira (PLE), Recursos, Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/ple/10razoes.htm>

⁴⁹ Ver mais informações em WIKIPÉDIA (2005), “Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, http://pt.wikipedia.org/wiki/l%C3%A2ngua_portuguesa

muitos considerado o mais excelso representante da cultura lusófona de todos os tempos. Ou ainda: “A última flor do Lácio” (conforme o poema de Olavo Bilac) ou “a doce língua” (segundo Miguel de Cervantes)⁵⁰.

O Português começa, plausivelmente, por ser um idioma românico – que deriva do Indo-europeu, mormente do Latim – que pode ter perdido o estatuto de *língua franca*⁵¹, mas que se mantém talvez viva enquanto forma de expressão oficial de aproximadamente 200 milhões de pessoas, compreendidos num espaço físico alargado, que se estende por mais de 10 milhões de Km², rico em sinergias linguísticas e sociais:

«(...) O Português Tendo sido uma língua de mestiçagem cultural, que assumiu a função de “língua franca” e gerou vários crioulos e papiamentos, ela foi assimilando elementos múltiplos, provenientes de outras civilizações – africanas, ameríndias, asiáticas – através de um polílogo entre os povos que aproximou, nessas outras Descobertas que foram das maneiras de ser e de viver das comunidades que através da sua prática se mesclaram intimamente.»⁵²

Actualmente, a Língua de Camões possui duas normas: o Português-Europeu e o Português Brasileiro (ou Português-do-Brasil).

O Português parece ser ainda uma “língua de trabalho” em várias organizações internacionais, para além de um idioma de acesso ao conhecimento – também através da Internet. Admitindo essa possibilidade, estamos no âmbito de uma:

«Língua de vitalidade comercial e diplomática, língua de evangelização e mediação religiosa. Língua que permanece inalterável como legado jurídico, em zonas de anterior administração portuguesa. Língua que viajou por toda a terra, deixando uma herança fonética e semântica. Língua difundida nas sete partidas do mundo em formas ancestrais, como as crenças, os costumes, os ditados, os provérbios.»⁵³

Com base nesta teoria de Calvet (2000), a Língua de Camões é talvez “supercentral”, enquanto expressão numérica e activa desta *comunidade alargada* que mantém o Português como uma *mega-língua*⁵⁴.

⁵⁰ Ver mais informações em WIKIPÉDIA (2005), “Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, http://pt.wikipedia.org/wiki/l%C3%A2ngua_portuguesa

⁵¹ «O termo língua franca se refere geralmente a língua aprendida, além dos seus falantes nativos, para o comércio internacional e outras interações mais extensas. Adquiriu este sentido por extensão (...)» do senso específico de língua franca que deriva «(...) de uma antiga língua, usada na região do Mar Mediterrâneo do século XIV (ou mesmo antes) até hoje. (...) Quando os portugueses começaram a explorar os mares da África, América, Ásia e Oceânia, eles tentaram comunicar com os nativos misturando uma versão da *língua franca* influenciada pelo português com as línguas locais.» [WIKIPÉDIA (2005), “Língua Franca”, *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*, GNU Free Documentation License, versão em Português, http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAngua_franca]

⁵² SEABRA, José A. (1998), “Por uma política Internacional e uma Diplomacia da Língua Portuguesa”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilto – Empresa Gráfica, Maia, pp. 37.

⁵³ INSTITUTO CAMÕES (2006), “10 Razões para Aprender Português”, *Op. Cit.*, <http://www.instituto-camoes.pt/ple/10razoes.htm>

⁵⁴ Falamos de uma *mega-língua*, quando o número de falantes (primeira, segunda língua) se estima superior a 100 milhões. Outras possíveis expressões lexicais: *macro-língua* (quando o número de falantes de primeira ou segunda língua supera os 10 milhões; *língua arterial* (assumindo, por isso, um papel significativo na circulação da palavra/comunicação na *geolinguística*) quando pelo menos entendida por aproximadamente 1% da população mundial total [THE LINGUASPHERE OBSERVATORY (2004), “Lexicon of Terms”, *Op. Cit.* <http://www.linguasphere.org/language.html>].

Num universo de aproximadamente seis mil e novecentas e doze línguas conhecidas, e de quatrocentos e trinta idiomas indo-europeus, a língua de Camões é talvez a *mais falada no hemisfério sul*; uma das três línguas europeias mais utilizadas (para além da inglesa e a castelhana); e consta (em posições diferentes, consoante os anos) no grupo das dez mais empregues, tanto no universo físico como no mundo virtual (Internet, jogos de computador, ...). (ver Anexo V, pp. vii-viii).

O objectivo principal deste trabalho de investigação é questionar o poder do *Português* enquanto língua de trabalho. Mas porquê investir na salvaguarda e difusão de uma língua (no caso presente, do Português)? Há autores para quem a protecção do idioma é talvez essencial para garantir a sua sobrevivência:

«Uma língua, num certo instante, ainda não existe, noutra instante depois já poderemos identificá-la, reconhecê-la, dar-lhe um nome. (...) uma língua é um órgão vivo, eminentemente adaptável. (...) Hoje, uma língua que não se defende, morre.»⁵⁵

Em contrapartida, parece haver autores mais cépticos quanto às vantagens de políticas e divulgação da Língua:

«Os países não devem ser ‘alvo’ de políticas de divulgação da língua. A nossa cultura, dada a conhecer lá fora, é que pode criar interesse pela nossa língua. À excepção dos núcleos restritos das universidades, dos filósofos, dos linguistas, que devemos apoiar, acho que é a partir da divulgação da cultura que Portugal pode marcar uma presença no mundo.»⁵⁶

Mas se a língua de Camões é um legado deixado durante séculos pelos portugueses, nos mais variados pontos do globo, tal resultou de políticas concertadas a favor da língua, ou talvez mais da adopção que os povos fizeram desta? Para autores como Couto (2001), a questão não parece oferecer grandes dúvidas:

«A importante posição que a Língua Portuguesa ocupa actualmente no panorama linguístico mundial não resulta, todavia, da concretização de um programa estratégico visando alcançar esse objectivo, uma vez que Portugal não associou ao seu processo de expansão uma política de difusão da língua, opção contrária à adoptada por outras potências europeias. O Português foi difundido espontaneamente por navegadores, guerreiros, mercadores, marinheiros (...)»⁵⁷.

Mesmo admitindo a hipótese proposta por Couto (2001), será que, actualmente, a situação é diferente? Já existe um programa estratégico, uma política de difusão da Língua Portuguesa? A Língua de Camões poderá estar a ceder terreno em relação a outras línguas, mormente ao espanhol e à língua franca do último meio século: o Inglês⁵⁸?

⁵⁵ José Saramago *apud* INSTITUTO CAMÕES (2006), “A Língua Portuguesa e a Lusofonia”, Português, Língua Universal, *Português Língua Estrangeira* (PLE), Recursos, Instituto Camões <http://www.instituto-camoes.pt/ple/linglusofonia.htm>

⁵⁶ SARMENTO, Julião (2006), “Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa”, *Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 933, ano XXVI, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte101a.htm>

⁵⁷ COUTO, Jorge (2001), “Língua Portuguesa: Perspectivas para o séc. XXI (3)”, *Instituto Camões Notícias*, Setembro, <http://www.instituto-camoes.pt/icomunicas/noticias01/linguasecxxi3.htm>

⁵⁸ Desde que Woodrow Wilson, então Presidente dos EUA, conseguiu a vitória diplomática de uma redacção do Tratado de Versalhes entre os Países Aliados e a Alemanha *em inglês* (a juntar à cópia em francês, o idioma único em que geralmente se redigiam os tratados internacionais), que a língua de Maria SOUSA GALITO

«Portugal, com o espírito paroquial que o caracteriza, nunca soube tirar partido da sua diáspora nesse campo □ língua de Negócios □ nem potenciar a enorme força económica que hoje o Brasil representa. (...) É sabido que os gestores das multinacionais que vivem em Portugal raramente dominam o português porque conseguem exercer os seus cargos sem terem de falar a nossa língua. O mesmo não se passa no Brasil (...)»⁵⁹.

Resta saber porquê. Se o Português é falado por mais de 200 milhões de pessoas, pode talvez perguntar-se a razão pela qual não é mais utilizada como língua de trabalho no seio empresarial das multinacionais – ainda para mais quando conduzem as suas actividades em solo lusófono? Ou porque não é língua oficial e/ou de trabalho em todas as organizações multilaterais em que, pelo menos, o peso da lusofonia é significativo? Porque não é língua de trabalho nas Nações Unidas, por exemplo?

Porque Portugal não sabe valer pela sua língua materna? Porque não há vontade política ou concertação suficiente entre os países da CPLP para *saber reivindicar um direito que possivelmente lhes assiste* em fóruns internacionais, a fim de obter a possibilidade de apresentar conferências e documentos e de haver traduções orais e escritas na sua língua quando tal seria útil para uma percentagem significativa dos intervenientes dessas reuniões à mais alta instância⁶⁰?

III.2 Medidas de Promoção do Português no Estrangeiro

O apoio das respectivas línguas no estrangeiro é muito certamente um vector essencial na política externa de um país como Portugal, cujo idioma oficial e materno é *universal*⁶¹. Estamos a falar provavelmente de uma *Diplomacia da Língua*, que protagonize políticas e dinamize meios especialmente vocacionados para o efeito⁶².

Os Governos de Portugal têm incorporado nos seus programas de governo a necessidade de preservar a língua portuguesa e de estimular o seu uso, no seio da

Shakespeare parece ter marcado presença gradual e constante na comunicação escrita e oral um pouco por todo o mundo.

⁵⁹ RETO, Luís (2005/06), “O português como Língua de Negócios”, *Jornal de Letras*, 21Dez/6Jan, N.º94, Suplemento do JL, N.º 919, Ano XXV, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte94e.htm>

⁶⁰ «A pretensão de impor uma língua começou a ser substituída pela busca de consenso para determinar qual, ou quais, vão ser as línguas de cada uma das organizações Internacionais em que se pretenda institucionalizar a cooperação internacional.» [BUENO, Eloy Y. (2002), “Presencia del idioma español en los organismos y en las conferencias internacionales”, *Op. Cit.*, http://www.dtil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_pt/ybanez_bueno.htm#a]

⁶¹ À Língua Portuguesa é atribuído o estatuto de idioma internacional. Para além disso, é geralmente entendido como *universal* usando, para uma tal afirmação, o critério de ser uma das quatro línguas faladas oficialmente nos vários continentes, representando uma população com mais de 200 milhões de pessoas. Um número que peca por defeito por não incluir a numerosa diáspora lusófona. Portanto, o conceito não está a ser utilizado no sentido de língua universal (passível de ser) falada por todos os habitantes do planeta, pois, à semelhança do que defendia Schleiermacher, confrontamo-nos com a «(...) inexistência ou impossibilidade de uma linguagem universal (...)» [SCHLEIERMACHER, F. (2000), *Hermenêutica, Arte e Técnica de Interpretação*, Vozes, 2ª Edição, Rio de Janeiro, pp. 15].

⁶² «Para além dos esforços na frente política, considero necessário actuar conjuntamente na produção de materiais didácticos destinados ao ensino e à aprendizagem do português e, também, na melhoria da imagem da língua Portuguesa. A política de uma língua, assumida pelos diferentes países que a falam, necessita de instrumentos eficazes para a sua difusão e para a sua aprendizagem.» [SAMPAIO, Jorge (2005), “Apresentação da Campanha da Língua Portuguesa www.jeparleportugais.com”, *Discursos da Presidência da República*, Paris, <http://www.presidencia-republica.pt/pt/main.html>]

comunidade portuguesa ou no âmbito da lusofonia em geral; inclusivamente, através de medidas que desenvolvam uma cooperação estreita com os países de língua oficial portuguesa; e medidas em prol do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE)⁶³.

Mas foi só talvez no ano de 2002, que a expressão “português como língua de trabalho” surgiu pela primeira vez – e até agora única – no léxico programático de um Governo português (ver Anexo XIII, pp. xxiii).

Medidas estaduais que são, talvez, cada vez mais complementadas pelo dinamismo da sociedade civil. São formadas organizações não-governamentais (ONG). Afinal, se as línguas parecem possuir “direitos”⁶⁴, algumas organizações não governamentais (ONGs) e instituições sem fins lucrativos fazem de porta-estandarte a sua luta a favor da preservação dos idiomas e da diversidade linguística, fundamentos da diversidade cultural⁶⁵. E autores como Isabel Faria (2001) procuram até reivindicar que prossigam esse trabalho no âmbito da salvaguarda da Língua Portuguesa pois, segundo a própria:

«(...) há que potenciar as organizações não governamentais na construção de uma frente de coesão social para a discussão e representação da Língua Portuguesa. É preciso relacionar o Português com as outras línguas do mundo. Faltam edições bilingues e multilingues que coloquem com relevância as literaturas de Língua Portuguesa, bem como outros tipos de produção escrita.»⁶⁶

Também por isso, fomentam-se as reflexões e os debates, seja no seio das Universidades, nos meios de comunicação, ou nos foros internacionais:

«(...) fórum de debate das grandes questões que levanta o futuro da língua portuguesa no mundo e que as Universidades dos países lusófonos são chamadas a dar resposta à altura dos desafios desta viragem do século, num contexto de globalização das linguagens da comunicação e da informação, decorrente das novas tecnologias em expansão e explosão constantes, que abrem

⁶³ Mais informações em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004), “O Desenvolvimento do EPE”, *Ensino Português no Estrangeiro*, Português no Mundo, DGIDC, Ministério da Educação, http://www.dgicd.min-edu.pt/portugues_estrangeiro/default.asp

⁶⁴ Os Direitos Linguísticos constam da Declaração Universal de Direitos Linguísticos visa salvaguardar o princípio de que todas as comunidades linguísticas são iguais em direitos e garantias. [UNIÃO LATINA (2001), “Declaração Universal de Direitos Linguísticos”, *Terminometro*, N.º 40, Linguística e Línguas, Versão Portuguesa, Publicações da União Latina, Janeiro, Paris, http://www.terminometro.info/ancien/b40/pt/dudl_pt.htm].

⁶⁵ Podemos talvez invocar como exemplos axiomáticos: 1) a UNESCO (dinamizadora de vários projectos como o “*Linguapax*”, lançado em 1986, que visa proteger a diversidade linguística e promover a educação plurilingue, enquanto tenta relacionar a aprendizagem das línguas com a necessidade de promover a paz), <http://www.unesco.org>; 2) a ONG *Terralingua*, criada em 1996, em defesa da preservação do património da humanidade – natural e imaterial – incluindo a defesa das línguas e da pluralidade linguística, sob o lema: “quando desaparece uma língua, desaparece para sempre” <http://cougar.ucdavis.edu/nas/terralin/>; 3) a ONG FIPLV – Federação dos Professores de Línguas Vivas, fundada em 1931, almeja contribuir para uma comunicação (compreensão, cooperação, amizade) mais salutar entre pessoas que falam idiomas diferentes, através do ensino e da aprendizagem das línguas); 4) SIL – Instituto de Linguística de Verão, que publica documentação em várias línguas menos faladas no mundo, <http://www.sil.org>; 5) o OBSERVATÓRIO DE LÍNGUAS (organização de investigação transnacional, sem fins lucrativos, que lançou em Fevereiro de 2000 a primeira edição do Relatório mundial das línguas e comunidades linguísticas), <http://www.linguasphere.org>

⁶⁶ FARIA, Isabel H. (2001), “A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas”, *Associação Internacional de Linguística do Português*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>

horizontes insuspeitados mas comportam também riscos crescentes para as identidades e alteridades culturais, de que as línguas são a expressão essencial.»⁶⁷

Tanto que, no XXV Conferência Geral da UNESCO (Paris, 1989), o *Português* passou a ser reconhecido – muito embora já constasse do capaz de idiomas oficiais – como “uma língua que pertence a civilizações e culturas múltiplas” e, conseqüentemente, “uma língua de comunicação internacional, cuja importância no mundo é crescente”. O que lhe facultou – mas não garantiu que assim continuasse para sempre, pois tal compete ao esforço conjunto de uma diplomacia concertada cultural, ou específica da língua – uma utilização crescente enquanto língua de trabalho.

Mas num mercado globalizado e altamente competitivo como o actual, as *garantias* são postas à prova. Para mais, quando parece registar-se uma forte concorrência entre as principais línguas do mundo:

«A língua portuguesa tornou-se num legado comum aos nossos povos. O processo do seu crescimento, afirmação e difusão não pode, hoje, ignorar nem esquecer os desafios da globalização, um dos quais é a tentativa de hegemonia de umas línguas em relação às outras.»⁶⁸

Nas últimas décadas, a Língua Inglesa parece levar vantagem. É talvez entendida como a língua franca do mundo dos negócios internacionais⁶⁹, mormente no ocidente. Até parece estar a substituir gradualmente a língua francesa na correspondência diplomática – que perde terreno desde o século XVII quando, por sua vez, minou a hegemonia do latim.

O que não quer dizer que o Inglês seja o único idioma de trabalho. E quiçá menos um idioma insubstituível nas instituições internacionais, nos foros diplomáticos ou nas empresas.

Há várias línguas de trabalho muito utilizadas no mundo dos negócios. O português é uma delas, bem como o árabe, o espanhol, o francês, o russo, o turco. O mandarim, uma língua cuja relevância se baseia nos números das pessoas que o utilizam mas também à projecção exterior da China além fronteiras, senhora de uma economia emergente baseada num crescimento económico significativo e na pujança da sua política externa.

No encalço do *Português de Negócios*, invoquemos alguns exemplos de medidas de Português no Estrangeiro. Em França, desenvolveram-se talvez diligências a favor do prestígio internacional do Português, que podem ter incluído uma aposta na *imagem lusófona de marca*, encabeçada pelos seus maiores sucessos além fronteiras.

Nesse sentido, lembra-se aqui uma iniciativa conjunta da Presidência da República Portuguesa, do Instituto Camões e do Ministério da Educação a favor de um programa de promoção da língua portuguesa em França, cujo slogan era “*je parle portugais*”. E que acalentava o ensejo de reaproximar os lusófonos à sua língua materna e alimentar a curiosidade dos não lusófonos por um idioma com potencialidades de oferecer emprego

⁶⁷ SEABRA, José A. (1998), “Por uma Política Internacional e uma Diplomacia da Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, pp. 37.

⁶⁸ MAZULA, Brazão (2002), “Para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa” in CPLP, “Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, *Cadernos CPLP*, Lisboa, pp. 8.

⁶⁹ WIKIPÉDIA (2005), “Língua Franca”, *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*, GNU Free Documentation License, versão em Português, http://pt.wikipedia.org/wiki/Lingua_franca

a quem *com este* (ou *sobre este*) trabalhe. Com o objectivo de fazer passar a mensagem mais facilmente, invocaram-se exemplos de sucessos lusófonos mediáticos em França, como a Mísia, a Fátima Lopes, o Luís Figo, a Cesária Évora e a Rosa Mota⁷⁰.

Por seu lado, também parecem ter sido desenvolvidas actividades relacionadas com a promoção do Português em Espanha. No rol de possíveis diligências bilaterais, podemos relembrar os “Encontros Ágora – O debate Peninsular”, promovidos pela Junta de Estremadura espanhola em colaboração com várias entidades portuguesas. Na III Edição dos “Encontros Ágora – O Debate Peninsular” de Mérida, foi levado a efeito uma medida que pode talvez inserir-se no âmbito da diplomacia económico-cultural em que o Estado Português tomava os primeiros passos; incentivando o programa “Língua Portuguesa, Língua Estratégica”, uma iniciativa do Instituto Camões, do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), patrocinada pelo Grupo TOTTA/SCH. No discurso do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República de Portugal, foi invocado o papel do Português enquanto língua de trabalho: mormente nas relações transfronteiriças com a região da Estremadura espanhola, cuja Junta foi anfitriã do encontro bilateral:

«O interesse pela nossa língua [portuguesa] corresponde aqui a razões concretas. Falo de oportunidades de negócio e até de trabalho, do turismo, da curiosidade cultural e das próprias relações pessoais entre estremenhos e portugueses.»⁷¹

Em Timor-Leste, foi talvez levado a efeito o programa “Férias em Português”, aplicado entre os meses de Agosto e Setembro 2002, em Timor-Leste, resultou de uma iniciativa do Instituto Camões em parceria com o Instituto da Juventude (IJ) e o Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP), com o alto patrocínio do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e da Portugal Telecom.

Em contrapartida, também podem ser invocadas medidas levadas a efeito pelo Exterior, com base numa hipotética procura crescente de interessados em aprender a Língua Portuguesa em países não lusófonos.

Por exemplo, numa potência supostamente emergente do ponto de vista económico como a China, que tem registado um crescimento significativo nos últimos anos, parece defender-se um modelo de política externa com atenção redobrada sobre as economias lusófonas:

«A China está com um grande desenvolvimento económico e com olhos para a cooperação com os países em desenvolvimento da África, com o Brasil e também com Portugal, como porta de entrada na União Europeia.»⁷²

Os PALOP que estão na mira da política externa chinesa relativa a África⁷³ de 2006, que se fundamenta talvez em cinco princípios de coexistência pacífica, estabilidade e

⁷⁰ A., S. A. (2005), “França –Estrelas promovem o português”, *Correio da Manhã*, 14 de Abril, <http://coreiodamanha.pt/noticia.asp?id=156713&idselect=90&idCanal=90&p=94>

⁷¹ SAMPAIO, Jorge (2002), “Discurso do Presidente da República nos encontros ‘Ágora – O debate Peninsular’ ”, Mérida, 5 Novembro, <http://presidenciarepublica.pt/pt/cgi/noticias.pl?ver=discursos&id=873>

⁷² Rui Martins (vice-reitor da Universidade de Macau) *apud* FREITAS, Márcia (2004), “Expansão da China pode salvar língua portuguesa em Macau”, *BBC Brasil.com*, 28 Outubro, http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041028_macauportuguesmp.shtml

prosperidade: sinceridade, igualdade e benefício mútuo, solidariedade e desenvolvimento comum. Que incorpore objectivos fundamentais como a amizade, a reciprocidade, o apoio e a aprendizagem mútuos, em coordenação estrita e em prol de um desenvolvimento comum.

Nesse esforço de cooperação, a região autónoma de Macau⁷⁴ tem sido talvez utilizada como *plataforma de negócios* entre dois mercados estratégicos (chinês e lusófono). Nela foram instituídos organismos como o *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa* (criado em 2003, e no qual só não participa S. Tomé e Príncipe que não mantém relações diplomáticas com Pequim desde que se aproximou de Taiwan), que ajuda a organizar feiras internacionais⁷⁵.

A União Europeia (UE), por outro lado, já parece ter identificado o perfil estratégico de Macau. Veja-se que encomendou ao *Centro de Portugal de Estudos Estratégicos Internacionais*, a avaliação das potencialidades de Macau enquanto palco intermediário entre a China e a UE⁷⁶.

Foi da própria iniciativa da UE, a instituição do *Asia-Invest*, com o objectivo de apoiar técnica e financeiramente na interpenetração das pequenas e médias empresas europeias dos Estados Membros da UE na Ásia, ajuda a reforçar o papel das organizações intermediárias, a modernizar as técnicas e o conhecimento institucional dos empresários dos países asiáticos em vias de desenvolvimento. Na sua acção estratégica, levou a efeito o *Asia-Interprise*, no qual o *Clube de Empresários Europeus e Chineses de Macau* (criado em 1996) pode colaborar com câmaras de comércio de vários Estados Membros da UE. Desta colaboração, visa-se igualmente promover o comércio entre a China e os países lusófonos – e em cuja relação a CPLP pode talvez afirmar-se como uma força conjunta que ajude nas negociações das partes.

Neste processo parece participar igualmente a Fundação Sino-Latina de Macau (FSLM/MSLF), através da *Companhia de Desenvolvimento Cultural Macau/Hong Kong*, encarregue dos projectos no âmbito comercial:

⁷³ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2006), “China’s African Policy”, *Copyright do MNE da RPC*, 12 Janeiro, Pequim, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>

⁷⁴ De acordo com Huang Huahua (Governador da Província de Guangdong), as relações privilegiadas que a China fomenta (através de Macau) com os países CPLP, são mantidas em função de: «(...) ligações históricas e linguísticas». É preciso não esquecer que Macau e Hong-Kong – as “duas janelas de entrada na China” – pertencem à região de Guangdong (uma das nove províncias chinesas), responsável por aproximadamente um terço do comércio e um quarto do investimento realizados em toda a China. Ainda segundo Huang Huahua «Hong Kong é muito importante no sector financeiro e de exportação enquanto Macau é um centro de turismo, jogo e serviços, pelo que são duas regiões com relevância no desenvolvimento do comércio e da indústria de toda a região do Delta do Rio das Pérolas” (...).»
□HUANG Huahua *apud* Notícias Lusófonas (2005), “Governador de Guangdong visita países Lusófonos em 2006”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo N.º 12559, 7 de Dezembro, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=12559&category=CPLP> □

⁷⁵ Como é exemplo a 9ª Feira Internacional de Macau (21/24 Outubro 2004), em que 77% dos participantes que participaram no inquérito afirmaram que Macau pode servir esta função de plataforma. [FREITAS, Márcia (2004), “Expansão da China pode salvar língua portuguesa em Macau”, *Op. Cit.*, http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041028_macauportuguesmp.shtml]

⁷⁶ Portal da FSLM, “Oportunidades de Comércio”, <http://www.mslf.org.mo/3-Business/portuguese/business.htm>

«Os orientais são pragmáticos, e o Português é agora uma língua de negócios.»⁷⁷

Mas certos autores despertam-nos para as ambivalências do sistema:

«Curiosamente, essa ideia convence os políticos da China, mas não os de Macau. Tenho um exemplo: todos os anos, a Universidade de Macau promove um curso de verão de português. Em regra, esse curso tem 150 alunos. Desse total, cerca de 50% vêm da República Popular da China. De Macau, vêm apenas dois ou três.»⁷⁸

O que parece ser um facto a registar, é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China tem preferido que os seus altos funcionários frequentem cursos de língua portuguesa na região autónoma de Macau, ao invés de manter, em Pequim, as acções de formação que financiava. Por seu lado, o Instituto Milénio de Macau oferece programas bianuais em gestão comercial e gestão hospitalar, em comunicação e em ética, também como forma de aproximar a China aos países de língua latina⁷⁹.

De qualquer forma, estabelecimentos de ensino como a Universidade de Macau, a Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau, organizações como o Instituto Português do Oriente (Ipor), ou cursos potencialmente oferecidos por Serviços da Administração e Função Pública de Macau ou pelo Centro de Difusão de Língua de Macau, têm genericamente registado um interesse crescente pela língua de Camões no período em análise (2000/05)⁸⁰. Os alunos tanto são portugueses, seus descendentes e macaenses, mas também chineses de outras regiões da China. Mas será possível concluir, como Márcia Freitas (2005) que:

«A expansão económica da China e os países de língua portuguesa podem estar livrando o português da extinção em Macau (...)»^{81?}

A pergunta pode fazer sentido. Mas para autores como Rui Rocha (2002), a resposta parece estar na ponta da língua:

«O Português é como, tal qual na física quântica, aquela pequena diferença que pode fazer toda a diferença de Macau dentro da China.»⁸²

⁷⁷ António Vasconcelos *apud* LÓPEZ, Ramón Pedrosa (2005), “Em Macau, o português encontra o seu espaço como língua de negócios”, *Yahoo Notícias – EFE*, 20 Julho, <http://br.news.yahoo.com/050720/40/vurn.html>

⁷⁸ Rui Rocha *apud* SALEK, Sílvia (2002), “Português está desaparecendo em Macau”, *BBC Brasil.com*, 4 Novembro, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020926_chinamacaurui.shtml

⁷⁹ Portal da FSLM, “Oportunidades de Comércio”, <http://www.mslf.org.mo/3-Business/portuguese/business.htm>

⁸⁰ «(...) as escolas de português estão lotadas. A Universidade de Macau até teve de recusar estudantes que desejavam aprender ali o idioma de Camões (...) a China deixou sob responsabilidade de Macau a intermediação comercial com outros países lusófonos, entre eles Brasil e Moçambique, que possui importantes interesses energéticos. (...) Uma peculiaridade que mantém o idioma português vivo em Macau é o facto de os modelos de seu sistema jurídico estarem escritos na língua de Camões, por isso as salas de centros de ensino de português estão cheias de futuros magistrados.» [LÓPEZ, Ramón Pedrosa (2005), “Em Macau, o português encontra o seu espaço como língua de negócios”, *Op. Cit.*, <http://br.news.yahoo.com/050720/40/vurn.html>]

⁸¹ FREITAS, Márcia (2004), “Expansão da China pode salvar língua portuguesa em Macau”, *Op. Cit.*, http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041028_macauportuguesmp.shtml

⁸² Rui Rocha *apud* SALEK, Sílvia (2002), “Português está desaparecendo em Macau”, *Op. Cit.*, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020926_chinamacaurui.shtml

Mas enquanto a China se aproxima talvez dos PALOP e, no geral, dos países lusófonos piscando o olho à União Europeia, este bloco regional parece incluir os lusófonos em carteira de investimentos; e os próprios países lusófonos estão talvez a unir esforços, no sentido de promover a língua de Camões que talvez lhes pertença e lhes seja comum.

Portanto, em contexto da União Europeia, o Tratado de Roma parece incluir uma noção de ajuda ao desenvolvimento, parâmetro que pode ter sido empregue no sentido de estimular uma maior cooperação económica entre a União Europeia e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Um esforço para o qual Portugal pode ter contribuído, aproveitando o seu estatuto de Estado-Membro da União Europeia (que possui desde 1986) para interceder qual ponte entre a Europa e a África lusófona, aproveitando a língua portuguesa que partilha com estes países africanos, qual mais valia nas negociações e no estabelecimento de parcerias estratégicas.

«A interdependência entre os dois continentes exige uma maior solidariedade da Comunidade Europeia, condicionada ao esforço próprio por parte dos países africanos. (...) Em suma, isto significa a necessidade de um esforço, determinado e persistente, por parte dos agentes locais do desenvolvimento, devidamente acompanhado por um apoio voluntarioso dos seus parceiros exteriores.»⁸³

Em contrapartida, os países lusófonos pode estar a levar avante uma acção concertada que, pelo menos, já garantiu a assinatura da Declaração de S. Luís do Maranhão (ver Anexo XII, pp. xix-xxii) e a constituição, no ano de 1996, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (ver II.2.1.1, pp. 51-57).

Mas entretanto, passaram dez anos desde 1996. A realidade global ou vivida no terreno, será que registou uma mudança positiva, ascendente?

«É evidente que sabemos que as línguas não se impõem só por decreto, mas também que elas se diluem e se perdem no laxismo, na subserviência linguística, no fatalismo. Se as línguas são como as pessoas, nascem, crescem, vivem e também podem morrer, temos de entender o processo de crescimento e desenvolvimento da nossa [portuguesa], enquanto instrumento de comunicação e cooperação que se encontra representado em oito países em quatro continentes e com mais de 200 milhões de falantes.»⁸⁴

Um potencial instrumento de trabalho, portanto, à disposição de uma população total que pode já ultrapassar os 200 milhões de indivíduos, uma soma quiçá acrescidas pela diáspora lusófona, um pouco dispersa pelo mundo; e pelos não lusófonos que, entretanto, aprenderam a expressar-se na língua de Camões.

Num contexto como este, a protecção de uma língua que pertence a uma comunidade tão alargada, implica talvez o estímulo de um mercado gerador de sinergias políticas e económicas.

Uma língua como a Portuguesa pode inclusive conferir uma oportunidade no âmbito da informação, do conhecimento, da Internet e dos meios de comunicação à disposição dos

⁸³ BRAZ, José (1993), “Cooperação Económica Europa/África”, 3º Encontro de Lisboa entre as delegações de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à Assembleia Anual do FMI/BM, Banco de Portugal/Ministério das Finanças, 21 e 22 de Setembro, Lisboa, pp. 51-52.

⁸⁴ MAZULA, Brazão (2002), “Para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, pp. 8.

seus falantes. Numa sociedade globalizada como a do século XXI, o mercado não funciona sem informação. E a própria informação é um mercado que supostamente gera milhões:

«A língua portuguesa (...) É um meio insubstituível de acesso ao conhecimento e reforço da identidade através do exercício de uma cidadania plena⁸⁵ e para a ampliação da intervenção dos nossos países num mundo globalizado. Este património – que a todos pertence – é simultaneamente um privilégio e uma grande responsabilidade.»⁸⁶

Mas também podemos falar de mercadorias, de comércio e de investimento entre os agentes individuais e colectivos que se expressam em Língua Portuguesa abrindo-se, assim, outra janela de oportunidades no mercado com plausíveis externalidades positivas:

«Quando se destacam manifestações que encerram parâmetros de qualidade para se afirmarem como produto cultural e económico sujeito como tal às leis da concorrência mercantil, está-se a reconhecer nelas talento e sentido de evolução social (...) E uma cultura inteligente e rendosa ajuda a impulsionar a economia! (...)»⁸⁷

Neste sentido, a cultura pode talvez arrebatara a economia, mormente se a identidade e a diferença qualitativa de uma parte (lusofonia) souber crescer em relevância perante o todo (o mundo). O que não deixa de ser uma forma de *poder*. Afinal, segundo Covane (2005):

«A cultura e a arte são factores de desenvolvimento económico e social, edificados num espaço de solidariedade e fraternidade com objectivos e programas concretos.»⁸⁸

O que pode implicar uma aposta na língua enquanto *mais valia* no mercado mundial:

«(...) a aposta na cultura é também uma aposta no crescimento económico, dado que a economia do século XXI será dominada pelas indústrias culturais.»⁸⁹

A língua Portuguesa poderá, assim aliada à economia, ser um factor diferenciador no xadrez mundial, se almejar a *mais-valia* capaz de ajudar a fortalecer os mercados lusófonos, enquanto palcos estratégicos a considerar pelos outros Estados e

⁸⁵ A questão da cidadania plena é controversa, pois de acordo com o Dicionário Temático da Lusofonia (2005): «A Cidadania Lusófona (CL) não é ainda, no presente, uma realidade, mas (...) a CL nunca poderá ser uma verdadeira “cidadania”, no sentido tradicional e mais rigoroso do termo, com o qual se designa o vínculo jurídico que liga um indivíduo a um Estado e se lhe confere um *status* caracterizado pela titularidade de um conjunto de direitos fundamentais e, em particular, de direitos de participação política. A CL deverá ser, assim, apenas uma cidadania de segundo grau ou um múltiplo da cidadania (...) serão cidadãos lusófonos todos os indivíduos que possuam a cidadania de primeiro grau de qualquer um dos oito Estados que compõem a CPLP.» [PEREIRA DA SILVA, Jorge M. (2005), “Cidadania Lusófona” in Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord.), Amorim, Maria A., Garcia Marques, M. L. E Moita, Susana B., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, pp. 166]

⁸⁶ SAMPAIO, Jorge (2005), “Discurso do presidente da República Portuguesa, Op. Cit., http://www.elo-online.org/discurso%20%20pr_port_abr05.doc

⁸⁷ AMARAL Jr, José M. (2003), “África: Inserir a Cultura Popular na Economia”, *Op. Cit.*, pp 62

⁸⁸ Luís António Covane *apud* NOTÍCIAS LUSÓFONAS (2005), “«Português deve ser língua de trabalho internacional», diz Boaventura Cardoso”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo N.º 10127, Maio, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=10127&category=CPLP>

⁸⁹ INSTITUTO CAMÕES (2003), “Diplomacia Económico-Cultural em Destaque”, JL – Instituto Camões, 22 de Janeiro, N.º 56, Suplemento do JL, N.º 843, Ano XXII, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte56b.htm>

Organizações Internacionais, mas também pelos agentes não governamentais como as ONGs e as multinacionais. Conferindo, em sua consequência, acrescida relevância aos agentes que se expressam nessa língua e incentivando os não falantes a aprender o idioma a fim de *comunicar* e, assim, *negociar*.

Pode ser língua oficial e/ou de trabalho nas organizações internacionais. Para além de ser um idioma empregue em transacções comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, nos acordos de investimento directo estrangeiro; no âmbito do turismo, do intercâmbio científico-tecnológico e nas relações interpessoais quotidianas, por talvez ser uma língua aberta à mudança, à diversidade e à simbiose com outras culturas, além de apta a exprimir novos pareceres e conceitos – inclusive os que resultam dos progressos científico-tecnológicos. Razões que, a reflectirem a realidade, substanciam a utilidade de uma língua porventura rica em potencialidades, presentes e futuras.

Efectivamente, o interesse pelo uso de uma língua ajuda a cimentar a sua credibilidade na cena internacional. É a esse possível apelo que procuram corresponder uma série de iniciativas nacionais e internacionais no âmbito do ensino, algumas das quais em parceria, impulsionadas pelo governo português e por vários organismos como é o caso exemplar do Instituto Camões. Porque é dispondo de meios didácticos e pedagógicos vocacionados para a expansão do ensino da Língua Portuguesa, que é mais fácil obter resultados concordantes com os objectivos traçados, na linha das expectativas delineadas nos Planos de Actividades. Ainda assim, não nos podemos esquecer que:

«Parece, à partida, tratar-se de um dado inquestionável e mundialmente representativo, suficiente para que, a nível internacional, o estatuto de grande língua internacional lhe seja, na prática, reconhecido. Contudo, a simples afirmação de que o Português é a sexta língua mais falada no Mundo não acarreta, na prática, o estatuto devido à sua representação e visibilidade.»⁹⁰

Até porque há autores como Jorge Couto (1999), que colocam o dedo na ferida, ao recordar que, embora as estatísticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) projectem um crescimento da população da CPLP que pode atingir os 335 milhões de pessoas em 2050, e que:

«Apesar de os falantes de Português se encontrarem em franco crescimento numérico, sobretudo nos continentes americano e africano, não subestimemos o facto dos baixos índices de desenvolvimento humano que afectam a generalidade dos Países de Língua Portuguesa constituem um obstáculo de monta para a sua afirmação como língua universal de cultura e de ciência.»⁹¹

Como se não bastasse, autores como Isabel de Faria (2002) lembram que: «(...) as sociedades que falam Português não se conhecem umas às outras.»⁹². Havendo, por isso, necessidade de investir no conhecimento recíproco das várias comunidades lusófonas, diferentes entre si, com ajuda de capital humano e material qualificado, especialmente vocacionado para a tarefa; também para saber lançar parcerias e agarrar

⁹⁰ FARIA, Isabel H. (2002), “A Língua Portuguesa em 2001”, in *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, Cadernos CPLP, Lisboa, pp. 34.

⁹¹ COUTO, Jorge (1999), “A nossa Magna Língua Portuguesa”, *Fórum Novas Fronteiras*, <http://www.novasfronteiras.pt/index.php?article=99&visual=1>

⁹² FARIA, Isabel H. (2002), “A Língua Portuguesa em 2001”, *Op. Cit.*, pp. 36-37.

as melhores oportunidades de divulgação do que é produzido em língua portuguesa, enquanto põem em prática políticas que tentem impedir o alheamento da língua em relação à Sociedade da Informação, e fomentem a edição de edições bilingues e multilíngues que relacionem a língua Portuguesa com outros idiomas e, assim, fomentem a interacção interlinguística. Aproveitando, para o efeito, os foros internacionais como as Nações Unidas e o fulgor das organizações não-governamentais (ONG).

Assim, o Português pode ser entendido como uma *língua estratégica para a comunicação internacional*. Possíveis critérios para uma tal alegação: ser língua veicular do Sistema Educativo em oito Estados; língua oficial em países de quatro continentes; língua oficial e/ou de trabalho em organizações internacionais e blocos regionais (ver Anexo II, pp. iii-iv). Um ponto de partida para chegar ao potencial *valor de troca* da língua portuguesa no mercado de trabalho.

Entre os vários blocos regionais, organizações ou associações internacionais possuem o Português como língua oficial ou língua de trabalho, sabe-se que o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), vai abraçar o *Português* como língua de negócios (até então, apenas o inglês e o francês eram idiomas oficiais de trabalho). Primeiramente, para aproximar relações com Cabo Verde, país com credibilidade reconhecida internacionalmente no âmbito da gestão dos fundos disponibilizados⁹³. Mas a iniciativa pode coadjuvar, a médio e longo prazo, nas relações com os outros Países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com os quais o BAD colabora.

É idioma empregue em blocos regionais tais como a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Africana (UA); e em organismos internacionais, cujos exemplos são a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Mas o Português ainda não é língua oficial na ONU, por exemplo. Embora possa ser utilizada como idioma de trabalho nalguns dos seus organismos subsidiários e agências, e conste de sítios (sites) da Internet mormente direccionados para a imensa população brasileira. Autores como Seixas da Costa (2002) tentam explicar, de forma um pouco mais detalhada, a situação que se vive no seio das Nações Unidas:

«Como em outros fóruns, na prática, acaba por prevalecer o Inglês, com o Francês com alguma distância. (...) considerando o seu carácter não oficial, a língua portuguesa tem conseguido manter uma relativa presença no sistema da ONU, onde predomina o Português falado do Brasil. (...) No Secretariado, em Nova York, a Língua Portuguesa manifesta-se apenas ao nível do Departamento de Informação Pública, particularmente no sector da rádio (...)»⁹⁴

⁹³ VNN (2005), “BAD adopta português como língua de trabalho”, *VisãoNews.com*, 20 Abril, <http://news.visaonews.com/templates/readnews.aspx?articleid=183&zoneid=6>

⁹⁴ COSTA, Seixas da (2002), “Ponto da Situação – A Língua Portuguesa nas NU”, *Telecópia n.º 918*, Arquivos Centrais, Instituto Camões, 17 de Abril, Lisboa, pp. 2

Uma situação que talvez valesse a pena contrariar ou mesmo inverter a favor da Língua Portuguesa. Nesse sentido se destacam as palavras de Seabra (2003), nomeadamente quando defendia que:

«A utilização da língua portuguesa nas instâncias das Nações Unidas não revela apenas uma questão de prestígio. Ela é um meio essencial para a sua afirmação como língua de comunicação internacional.»⁹⁵

Poderá a Língua Portuguesa vir a estar representada, como língua oficial e/ou de trabalho, num maior número de organizações internacionais? Poderá, um tal consideração, ter impacto económico favorável nos Estados Lusófonos? Como poderá a Língua Portuguesa ser mais defendida?

Nas organizações internacionais defende-se, em regra, o monolinguísmo ou o *multilinguismo limitado*⁹⁶. No segundo caso, os idiomas oficiais e/ou de trabalho (pois nem sempre uma língua oficial consta em todos os documentos e/ou traduções levadas a efeito pela organização) são escolhidos em função da sua utilidade, do peso relativo dos seus falantes (número de cientistas, número de agentes estaduais, ...), sem esquecer uma ponderação específica para as limitações orçamentais, que mormente servem de desculpa para evitar traduções orais e escritas.

Portanto, no âmbito das organizações internacionais, o carácter da escolha das línguas de trabalho tem talvez a ver com questões geopolíticas e vive plausivelmente em função dos interesses das comunidades mais reivindicativas.

Admitindo esta hipótese, podemos talvez compreender que, preterindo o Português em função de línguas como o Inglês ou o Castelhana (Espanhol), se está a resumir o poder e a influência internacional da língua de Camões e a renegar a comunidade lusófona para um segundo plano de influência; reduzindo-lhe o prestígio que talvez mantenha – em termos relativos – de um ponto de vista numérico; limitando o reconhecimento (e talvez assim, a capacidade reivindicativa) dos seus agentes individuais ou colectivos no xadrez estratégico internacional?

Curiosamente, e para dar um exemplo nesta matéria, as estatísticas do Eurobarómetro parecem ter chegado à conclusão que no seio da União Europeia (UE) – ou seja, dentro e fora do território estritamente português, pelo que incluindo a diáspora lusófona – a

⁹⁵ SEABRA, José A. (2003), “A diplomacia da Língua na CPLP”, *Op. Cit.*, <http://slp2003.com.sapo.pt/final%20JASeabra.htm>

⁹⁶ «No modelo da ONU, desde cedo as dificuldades pressupostas, agravadas pela atitude dos EUA e das reticências dos Estados cujos idiomas não estavam entre os seis privilegiados, produziram uma reacção a favor do monolinguismo em inglês, segundo idioma das elites de muitos desses países. Contra esta corrente monolinguística em inglês se debateram, debatemo-nos, os defensores do actual regime de multilinguismo limitado que encarnam, que encarnamos, fundamentalmente a França e os países hispânicos. Frente à ameaça (...) conseguimos, com certa frequência, marcar inclusivamente novos pontos importantes no terreno normativo (...).» [BUENO, Eloy Y. (2002), “Presencia del idioma español en los organismos y en las conferencias internacionales”, *Op. Cit.* http://www.dtil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_pt/ybanez_bueno.htm#a]

percentagem de indivíduos que efectivamente utiliza a Língua Portuguesa, fica aquém dos 5% (valores de 2001)⁹⁷.

Estatísticas que parecem defraudar as expectativas, atendendo ao número de pessoas que, potencialmente, poderão pertencer a comunidades de portuguesas, de lusodescendentes ou de lusófonos em geral, no total dos Estados-Membros da UE – mormente em países como a França, o Luxemburgo, a Alemanha e a Suíça (ver Anexo I, pp. ii).

Com base neste cenário, autores como Isabel Faria (2001) chegam, inclusive, a vaticinar um futuro pouco promissor para a Língua Portuguesa, se as tendências entretanto não se alterarem significativamente:

«Na Europa comunitária, pelas últimas estatísticas levadas a cabo pelo Eurobarómetro, no âmbito do AEL 2001, o Português contabiliza apenas pouco mais de 3% do total dos cidadãos. O seu peso, a nível da UE, revela que as comunidades portuguesas e lusodescendentes residentes nos restantes países da UE não falam ou não dizem que falam a sua língua de origem, nem a exigem como disciplina escolar a que têm direito nas regiões em que habitam. Como resultado, a acreditar no que alguns teóricos têm vindo a anunciar, apesar de o Português poder ser língua de comunicação entre falantes de origem ou de ascendência portuguesa, o facto de esta língua não ser objecto de reprodução de geração para geração nem ser objecto de oferta mais ampla nos planos de estudos e de procura no ensino formal da Europa comunitária fará com que, no espaço de duas gerações, se tanto, o Português desapareça como língua viva entre os milhões de cidadãos de origem portuguesa residentes em França, na Alemanha, no Luxemburgo, por exemplo, isto para considerarmos apenas o espaço actual da UE.»⁹⁸

É de referir que as comunidades portuguesas são, regra geral, apontadas como exemplos de rápida integração no país de destino, também porque fazem questão em se expressar na língua dominante na comunidade que os acolhe. Uma vantagem temperada por uma mentalidade que visa minorar dificuldades em nome de uma oportunidade de emprego, melhor remunerado e capaz de elevar o nível de vida do agregado familiar.

Como reverso da medalha, os portugueses parecem respeitar muito menos o valor da sua língua materna, deixando de a empregar como língua de trabalho ou mesmo de comunicação entre si, e de a transmitir aos filhos com vigor e rigor. Mantendo talvez como principal objectivo, a integração no país de destino, não parecem fazer questão de salvaguardar a riqueza do seu legado linguístico ou até da sua cultura, seja por iniciativa própria, seja por ignorarem os seus direitos enquanto emigrantes.

Depois há outros factores que, por uma razão ou por outra, contribuem para uma menor utilização da língua portuguesa enquanto língua de trabalho no seio das comunidades lusófonas a viver em países terceiros⁹⁹.

⁹⁷ INTERNATIONAL RESEARCH ASSOCIATER (2001), “Eurobarómetro 54 – Europeans and Language”, *INRA Reports*, *INRA European Coordination Office*, http://europa.eu.int/comm/education/policies/lang/languages/barolang_en.pdf

⁹⁸ FARIA, Isabel H. (2001), “A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas”, *Op. Cit.*, <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>

⁹⁹ «Três aspectos são vulgarmente apontados como dificultando a opção pela aprendizagem do Português por parte destas comunidades. A ‘**diversidade**’ da oralidade e da escrita (que não pouca vezes aparece como factor impeditivo de compreensão entre as duas variedades nacionais com maior número de falantes, a portuguesa e a brasileira), a ‘**proximidade**’ (linguística e também geográfica) do Português relativamente ao Espanhol, língua de maior expansão, e que, numa perspectiva menos esclarecida, pode

Se aplicarmos este raciocínio no âmbito das organizações internacionais, e avaliarmos o carácter da escolha das línguas de trabalho, podemos talvez compreender que se pretere o português em função de línguas como o inglês ou o castelhano, se está a resumir o poder e a influência internacional da língua de Camões e a renegar a comunidade lusófona para um segundo plano de influência; reduzindo-lhe o prestígio que talvez mantenha – em termos relativos – de um ponto de vista numérico; limitando o reconhecimento (e talvez assim, a capacidade reivindicativa) dos seus agentes individuais ou colectivos no xadrez estratégico internacional?

Discutem-se, talvez superlativamente, as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, como se as diferenças entre o Castelhano de Espanha e as demais versões de castelhano nos vários países hispânicos da América Latina; para além de haver outras línguas espanholas, como o Galego, o Basco e o Catalão.

Por outro lado, é talvez possível contrariar a ideia – talvez muito em voga além fronteiras – de que aprender *Espanhol* e *Português* é quase a mesma coisa, não sendo necessário investir tempo e recursos na aprendizagem dos dois idiomas, sendo preferível apostar no Espanhol – ou, mais precisamente no *Castelhano* – uma vez que parece ser língua oficial num maior número de países e, no momento mais actual, talvez presente num maior número de organizações internacionais.

Uma forma de mudar esta mentalidade é não acreditar verdadeiramente nessa falácia. Para começar, o número de países hispânicos é superior, mas o Brasil corresponde a aproximadamente dois terços da América Latina.

É preciso ter presente que as supostas conquistas obtidas pelo Espanhol, talvez fundamentada no seu uso como língua de trabalho nas organizações internacionais, parece ser uma conquista recente. Ou seja, o *Português* pode ascender a uma posição semelhante. Mas não basta *querê-lo*, é preciso *fazê-lo* e de forma concertada, sem pejo ou pudor de defender a sua credibilidade em pé de igualdade com outras línguas provavelmente “universais” como o Inglês e o Castelhano, ou talvez regionais como o Chinês (Mandarim), o Hindu, o Árabe, o Bengali e o Russo (ver Anexo V, quadro L3, pp. viii).

Razão pela qual se recordam os esforços de organismos como o Instituto Camões que, apesar de tudo, esgrimam talvez com as suas fortes limitações orçamentais – pelo menos, quando os valores se compararam talvez com os recursos económicos à disposição do homólogo espanhol, o Instituto Cervantes. E, pelo menos em intenções, invocam-se as actividades protagonizadas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em cujos estatutos fundadores se lê que os Estados Membros:

«(...) reafirmam a sua disposição de conjugar, de forma cada vez mais criadora, todos os esforços no sentido da divulgação e da utilização da língua portuguesa no contexto das exigências dos progressos realizados no domínio da ciência e da tecnologia.»¹⁰⁰

parecer de mais fácil acesso e sucesso durante a escolarização e, finalmente, o ‘prestígio’, aparentemente inquestionado, de uma outra grande língua internacional que assegure maior sucesso, nomeadamente nos campos da comunicação e do mercado de trabalho.» [FARIA, Isabel H. (2001), “A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas”, *Op. Cit.*, <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>]

¹⁰⁰ Declaração de S. Luís do Maranhão (1 Novembro de 1989). Ver Anexo XII, pp. xix-xxii.

III.3 A Língua Portuguesa nas Universidades e nas Empresas

Chegado a este ponto, podemos talvez perguntar-nos pelas razões que possam estimular o aprofundamento da língua materna nas Universidades e nas Empresas, ou induzir ao estudo de *Português Língua Estrangeira* (PLE), mormente uma de cariz universalista como a língua portuguesa?

Pode aprender-se uma língua com intenção de enriquecer currículo, como forma de entretenimento, ou para aumentar a cultura geral¹⁰¹. Ou ainda para aprender mais sobre uma determinada cultura ou grupo de pessoas; porque se planeia ir de viagem para destinos em que essa língua seja oficial, ou porque se deseja aprender a língua do país para o qual se emigra.

No mercado, as empresas parecem dispostas a recrutar capital humano que domine mais de uma língua, ou em financiar a formação filológica dos seus funcionários¹⁰². Não apenas empresas relacionadas com a venda de mercadorias, mas também de serviços como os hospitais privados, em que pode ser importante garantir uma comunicação eficiente¹⁰³. Este interesse, aparentemente crescente, parece impulsionado pelas exigências de uma maior concorrência fruto da interpenetração dos mercados.

«Os padrões de recrutamento reflectem um mundo em mudança... conhecimentos de línguas podem conceder uma vantagem evidente no que é agora um mercado de trabalho muito competitivo. Empregadores estão a ter uma visão mais global sobre o recrutamento e o perfil do funcionário desejável está a mudar. A preferência é geralmente conferida a pessoas mais qualificadas em línguas, não apenas porque podem comunicar além fronteiras mas porque os conhecimentos de línguas tendem a andar de mão com a capacidade de adaptação e o despertar para a importância de criar empatia com os outros.»¹⁰⁴

O mercado de trabalho parece, efectivamente manifestar uma procura crescente por indivíduos qualificados com conhecimentos de línguas. Não só no âmbito do ensino, da tradução e do turismo, mas também da Banca, da Indústria, dos Seguros, do Funcionalismo Público, do Jornalismo e dos meios de comunicação em geral.

¹⁰¹ «O estudo de línguas é uma aprendizagem de empatia e de olhar como o mundo sobre outro ponto de vista.» [E. HAWKINS (1981) *apud* THE HIGHER EDUCATION ACADEMY (2005), *700 reasons for studying Languages... go on, pick one*, Centre for Languages, Linguistics and Area Studies, LLAS, UK, <http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywor did=900>]

¹⁰² «Algumas companhias estão a acentuar esforços em contratar funcionários fluentes em mais de uma língua enquanto elas se debatem com os desafios de lidar com clientes de culturas muito diferentes. (...) Companhias e instituições, desejando funcionários que trabalhem as suas qualificações em línguas estrangeiras, frequentemente os encaminham para centros de línguas.» [BUSHNELL, Davis (2004), “Demand for Multilingual Workers Growing. Trend mirrors Growth of Immigrant Communities”, *Bostonworks.com*, The Boston Globe, http://bostonworks.boston.com/globe/articles/020804_language.html]

¹⁰³ «Os hospitais estão sempre à volta com questões linguísticas por causa de pacientes e médicos estrangeiros (...) “Todos aqui querem sempre compreender os seus direitos” e para o que estão a ser tratados, disse Joan Robbio. A onde quer que estejam a providenciar serviços, os novos neste país estão ansiosos por ver as suas necessidades satisfeitas “sem uma barreira da língua”, disse □Amanda□ Carneiro (...).» [BUSHNELL, Davis (2004), “Demand for Multilingual Workers Growing. Trend mirrors Growth of Immigrant Communities”, *Op. Cit.*, http://bostonworks.boston.com/globe/articles/020804_language.html]

¹⁰⁴ THE NUFFIELD LANGUAGES INQUIRY (2000) *apud* THE HIGHER EDUCATION ACADEMY (2005), *700 reasons for studying Languages... go on, pick one*, *Op. Cit.*, <http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywor did=900>

No âmbito do ensino, os professores, quando conscientes das suas responsabilidades e capazes de ensinar a Língua de Camões em função dos universos de alunos que possuem nas suas aulas, chegam a usar métodos inovadores – ou, pelo menos, adaptáveis ao país e às comunidades em que se inserem (se são grupos homogéneos ou heterogéneos, maioritariamente lusófonos ou falantes de línguas maternas diferentes, etc.) – para atingir resultados positivos¹⁰⁵.

Um sucesso que pode traduzir-se numa relação de afectos e de ampliação de mercado (mais oportunidades e emprego ou de progressão de carreira, ou simplesmente para melhor comunicar com os colegas de trabalho).

«As naturezas multidisciplinar e *language-specific* dos programas de línguas e dos estudos correlacionados, encorajam o desenvolvimento de uma ampla gama de atributos-chave transferíveis, incluindo qualificações interpessoais e atitudes pessoais: comunicação, apresentação, interação; a habilidade de trabalhar de forma criativa e elástica com terceiros, como uma equipa; qualificações mediáticas, saber criar empatia; autoconfiança, iniciativa, adaptabilidade e flexibilidade; competência intercultural.»¹⁰⁶

Autores como Soares (2001), chegam talvez mais longe ao efectivamente contextualizar o significado das “aulas de língua”, dos “manuais de língua”, e dos “professores de língua” no mercado, ou seja, procurando estabelecer uma relação mais economicista talvez da relação entre ensino/aprendizagem face aos novos desafios e pressões da globalização económica.

Soares (2001), chega até a basear-se nas palavras de Zarate (1993) na tentativa de definir as “aulas de língua”, supostamente “locais em que a cultura local e a cultura ensinada estabelecem uma relação”, razão pela qual:

«O interesse sociológico dos instrumentos de ensino das línguas vivas, de que os manuais fazem parte, reside no facto de porem em evidência a relação que uma dada sociedade pretende oferecer como modelo do estrangeiro àqueles que educa. Os manuais de língua são muito sensíveis às flutuações das relações geopolíticas. Tornam-se verdadeiros objectos históricos, testemunhando as condições de socialização de uma determinada geração, em

¹⁰⁵ Invoquemos o exemplo de um professor, que viveu talvez na pele as dificuldades e se apercebeu das potencialidades de ensinar o Português como Língua estrangeira aos seus alunos, neste caso dos EUA: «(...) por que então estudar/ensinar Português numa Universidade Americana? (...) é que a Língua Portuguesa é uma dos idiomas mais falados no mundo (...) cheguei à conclusão que o Português a ser ministrado em Berkeley deveria ser o instrumental, ou seja, aquele que fornecesse ao estudante americano as ferramentas básicas para que ele pudesse se comunicar oralmente e também redigir fluentemente os seus textos. (...) A ineficácia do método (...) logo se verificou (...) A classe de Português 2 era heterogénea demais (...) movidos por interesses dos mais diversos (...)sem que simplesmente passasse a desprezar o instrumental (...) Passei a reflectir que talvez fosse importante que entendessem que o Português era, acima de tudo, um meio que reflectia uma cultura e, sobretudo, uma cultura variada (...) Os resultados foram surpreendentes (...)» [GOMES, Álvaro Cardoso ()“O Ensino do Português como Língua Estrangeira e o Fenómeno da Globalização”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp. 188-191]

¹⁰⁶ QUALITY ASSURANCE AGENCY FOR HIGHER EDUCATION (2002) *apud* THE HIGHER EDUCATION ACADEMY (2005), *700 reasons for studying Languages... go on, pick one, Op. Cit.*, [http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywor did=900](http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywor%20did=900)

determinado país, assim como reflectem as relações entre as diferentes partes do mundo.»¹⁰⁷

Levando em consideração o atrás exposto, faz talvez sentido avançar com uma definição de docente da globalização, supostamente voltado para os tempos modernos, consciente do seu papel no mercado linguístico e na transmissão de conhecimentos a alunos que poderão, desta forma, relacionar as plausíveis vantagens em aliar a cultura e a economia. Soares (2001), propõe o seguinte conceito:

«Numa “lógica comercial” o professor deve-se preocupar com a valorização da língua e da cultura que ensina para que não lhe faltem “clientes”; por outro lado, como um diplomata, deve assegurar um certo “status” ao país do qual se constitui o representante.»¹⁰⁸

Admitindo esta possibilidade, o professor pode desempenhar um papel importante na salvaguarda e promoção, neste caso, do *Português enquanto Língua de Trabalho* e da *Lusofonia* em geral (da tal comunidade alargada de que falámos a princípio). Ou seja, o professor de Língua Portuguesa pode ajudar a *potenciar um mercado*: 1) ao conjugar o manancial cultural, com a hipotética curiosidade natural dos alunos por povos e tradições diferentes das suas; 2) ao saber guarnecer a necessidade dos discentes entrarem (ou se manterem activos) no mercado de trabalho, com mais um instrumento de trabalho, possivelmente profícuo e “universal” e, nesse sentido, vantajoso, capaz de abrir janelas de oportunidade que, depois, cada indivíduo deverá saber maximizar em benefício próprio.

Aquiescendo perante esta ordem de ideias, faz talvez sentido ensinar/aprender a Língua de Camões nas Universidades de todo o mundo, a começar pelas mais prestigiadas. Estamos a falar de um idioma potencialmente falado por mais de 200 milhões de pessoas em quatro continentes (como língua oficial) ou em todos os continentes (se lhes juntarmos as fortes comunidades lusófonas espalhadas pelo planeta).

Uma das Universidades mais aureoladas do mundo, é talvez a Universidade de Cambridge, no Reino Unido, refere-se assim ao Português, no site da sua Faculdade de Línguas Modernas e Medievais:

«(...) uma língua como o Português, que combina a sua raridade em escolas e universidades com uma importante posição enquanto língua universal e procura mundial no mercado de trabalho, é vista como uma grande vantagem por muito empregadores. O Português foi recentemente apontado por um porta-voz do Governo como uma das línguas de projectada importância no contexto político nas próximas décadas e é uma língua de acesso às ricas culturas de Portugal, Brasil e dos outros países lusófonos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe).»¹⁰⁹

Assim é definida – pela excelsa Universidade de Cambridge, considerada recentemente como uma das três Universidades de topo do mundo – a relevância da língua portuguesa no seio académico e no mercado de trabalho. É este tipo de prestígio internacional que

¹⁰⁷ SOARES, Lúcia V. (2001), “Aula de Língua Estrangeira e Geopolítica Educativa”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp.199.

¹⁰⁸ SOARES, Lúcia V. (2001), “Aula de Língua Estrangeira e Geopolítica Educativa”, *Op. Cit.*, pp. 201.

¹⁰⁹ UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE (2005), “Studying Portuguese at University of Cambridge”, *Artigo da Faculdade de Línguas Modernas e Medievais da Universidade de Cambridge*, Cambridge, <http://www.mml.cam.ac.uk/spanish/courses/ugrad/portstart.html>

interessa a uma língua que ambiciona afirmar-se no mercado de trabalho. Porque contribui para a credibilidade e divulgação do Português no mundo.

Mas o *benefício só pode ser mútuo* e é esta mentalidade que é preciso fundamentar. É do interesse das Universidades e Escolas de Língua ensinarem o Português. Porque ganham com isso.

Por outro lado, a taxa de internacionalização dos estudantes tende a ser um factor de ponderação importante nos *rankings* das Escolas de Gestão (*Business Schools*). O domínio das línguas tende a ser um critério de escolha no emprego, sobretudo nas multinacionais. Os destinos estratégicos da acção empresarial ajuda na escolha dos candidatos. E constando o Brasil no rol de mercados emergentes com fortes potencialidades futuras, depreende-se a oportunidade que tal facto contribui para o capital humano lusófono e para a necessidade de fomentar a aprendizagem do *português* enquanto língua de trabalho.

A questão não deixa de ser política e social – com peso sobre as mentalidades dominantes no seio da comunidade – quando no Brasil os agentes estrangeiros (diplomatas, empresários, emigrantes) são incentivados a expressar-se em língua portuguesa se desejarem sucesso nas suas funções, enquanto em Portugal não se exige tal prerrogativa nas empresas, embaixadas ou congressos, parecendo aceitável qualquer língua – mormente o inglês e o espanhol – quase sendo uma falta dos portugueses quando não conseguem corresponder na língua dos estrangeiros que nos visitam ou com quem negociamos, passando a língua portuguesa para segundo plano ou, quando muito, obrigada a conviver com forte tempero de estrangeirismos.

Além fronteiras, a situação ainda pode ser mais caricata. Os estrangeiros chegam a ter dúvidas quanto à língua que se fala no Brasil. Não é talvez rara a ideia de um empresário manifestar a intenção de “aprender brasileiro” para melhor se integrar no mercado Brasileiro.

Mas a tendência de mercado de trabalho actual, pode talvez ser favorável ao idioma de Camões. As multinacionais parecem determinadas em entrar nos mercados emergentes, com elevadas taxas de crescimento económico como o Brasil e Angola. Talvez movidos pelo reconhecimento das vantagens que acabam por obter, quando tentam vender os produtos na língua do país em que actuam¹¹⁰, pois os consumidores parecem mais aptos a adquirir bens cujos rótulos entendam e a cujo marketing sejam sensíveis.

Afinal, o mercado das línguas parece estar em expansão porque as multinacionais estão interessadas em mudar uma abordagem monolingüística dos mercados (talvez levado a cabo até há alguns anos) para uma estratégia poliglota, que permita impulsionar o volume de vendas de bens e serviços, aproveitando os mercados onde, em princípio e até agora, não se conseguia chegar.

¹¹⁰ «Ser-lhe-á mais fácil ganhar o respeito do seu consumidor e conseguir desempenhar um papel controlador em negociações empresariais, se puder comunicar directamente na linguagem dele/dela.» [A. KING, A. e G. THOMAS (1999) *apud* THE HIGHER EDUCATION ACADEMY (2005), *700 reasons for studying Languages... go on, pick one, Op. Cit.* <http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywordid=900>]

O que faz disparar um mercado paralelo que é o da tradução e do ensino de línguas. Aparentemente, as empresas deste ramo de negócio, estão porventura a registar um crescimento económico exponencial, dada o aumento da procura por parte de um cabaz de alunos e de profissionais das mais variadas áreas (diplomatas, empresários, empregados por conta de outrem, curiosos, viajantes, etc.).

«(...) um diploma em línguas concede-lhe uma melhor oportunidade de encontrar um emprego que qualquer outro excepto (ainda) medicina. A empregabilidade dos graduados em línguas ultrapassa a dos graduados em informática, ciências ou até gestão, de acordo com a Agência de Estatísticas para a Educação Superior.»¹¹¹

Podemos talvez acrescentar o facto do mercado tender a oferecer uma gama de cursos de línguas especialmente vocacionada para o mercado de trabalho. Estes cursos podem ser oferecidos por algumas escolas privadas no âmbito nacional (para várias línguas, incluindo o Português Língua Segunda), ou são talvez cursos de *Português – Língua de Negócios* patrocinados no exterior por organismos como o Instituto Camões (ver Anexo VIII, pp. xii-xiii).

Por seu lado, as empresas portuguesas, mesmo as de pequena e média dimensão, poderão iniciar ou desenvolver o seu processo de internacionalização em mercados de contiguidade linguística, aproveitando a facilidade na comunicação que o domínio de um idioma comum proporciona. A própria diáspora lusófona pode contribuir para uma melhor integração deste tecido empresarial, como participar no círculo virtuoso, investindo em Portugal, usando o mesmo instrumento de trabalho: a língua de Camões.

III.4 A Língua Portuguesa e a Investigação Científica. Tecnologias da Informação

O Governo Português parece disposto a promover o *Português – Língua e Trabalho* também no âmbito da Investigação científica. Nomeadamente, quando a questão sobre a mesa tem a ver com a atribuição de bolsas de estudo:

«Portugal reforça política de atribuição de bolsas a estudantes estrangeiros. Governo cria ponte com estudantes para garantir proximidade económica com países de origem. (...) Por exemplo: Portugal poderá atribuir uma bolsa a um estudante de engenharia guineense e, simultaneamente, dar a garantia a esse mesmo estudante de que, terminada a bolsa vai ter um emprego num projecto de construção de uma ponte na Guiné que está a ser financiado pelas autoridades portuguesas, no âmbito dos projectos de investigação.»¹¹²

Neste contexto, parecem conjugar-se três vertentes – a investigação científica, a Língua Portuguesa e a Economia – as que, talvez assim, possam obter resultados mais práticos e favoráveis às várias entidades envolvidas, como o Estado (que deseja projectar o *Português língua de trabalho*) e o estudante (que visa obter um emprego), um projecto que passa pela dinamização do próprio tecido universitário (as infra-estruturas, os professores, as áreas científicas).

¹¹¹ BECKETT, Francis (2002), “Dumbing Down”, *The Guardian*, <http://education.guardian.co.uk/egweekly/story/0,5500,825611,00.html>

¹¹² SILVARES, Mónica (2006), “Portugal reforça política de atribuição de bolsas a estudantes estrangeiros”, *Diário Económico*, 24 de Janeiro, pp. 30

Outra iniciativa recente do Governo Português, em conjugação com o Grupo de *Fala e Língua Natural* da *Microsoft*, parece ter sido o lançamento do Centro de Investigação e Desenvolvimento para o tratamento computacional da Língua de Camões:

«O reconhecimento do Português como uma língua de importância estratégica para a *Microsoft*, aliado à dimensão dos mercados lusófonos, constituíram factores decisivos (...) o interesse manifestado pelo Governo Português, bem como o conhecimento sólido adquirido pelas universidades e empresas nacionais nos domínios da fala e da língua natural, nos últimos quinze anos, foram elementos essenciais para que a *Microsoft* lançasse esta iniciativa de investigação e desenvolvimento em Portugal (...) pioneira a nível mundial (...)»¹¹³

Admitindo que a investigação científica é uma das áreas com grandes potencialidades para dinamizar uma Língua – ao conferir-lhe hipoteticamente uma sobrevivência actualizada e viva, adaptada às novas exigências enquanto porta-voz dos mais recentes progressos científicos – ao fazer desta uma *língua de trabalho*, podemos talvez invocar as palavras de Vicente (1998).

«A investigação gera investigação (...) O impacto da investigação científica, se por um lado é dependente do *tempo*, por outro mostra-se função do *espaço*.»¹¹⁴

Segundo o autor, a “investigação gera investigação” e esta depende do “Tempo” e do “Espaço”. Fazendo talvez uma analogia com a Língua Portuguesa, quanto mais esta for utilizada, mais empregue será – também no mercado de trabalho. Mas a intensidade (frequência) com que é usada parece depender do período em análise (da mentalidade e das tendências dominantes) e do “Espaço” (em que plataformas é utilizada). Mas ainda segundo Vicente (1998):

«O impacto da investigação científica, se por um lado é dependente do *tempo*, por outro mostra-se função do *espaço*. (...) A quantificação de impacto científico é uma tarefa ingrata e considerada por muitos injusta e desnecessária. Será possível quantificar uma “impressão muito forte, muito profunda” (...)»¹¹⁵

O que acontece, é que podem talvez ser várias as tentativas de quantificar o impacto da investigação científica. Invoquemos um exemplo, através do levantamento do número de citações de artigos de revistas ou jornais científicos¹¹⁶ – no que nos concerne, do número de artigos escritos em Língua Portuguesa. Ou seja, recordando a lógia em cima exposta, quanto mais e melhor se publicar em Português, mais o idioma terá prestígio nos jornais e revistas científicas.

¹¹³ João Paulo Girbal *apud* MICROSOFT (2006), “Microsoft cria Centro de Investigação em Portugal”, *Comunicado de Imprensa*, Microsoft Portugal, <http://www.microsoft.com/portugal/imprensa>

¹¹⁴ VICENTE, Luís N. (1998), “O Impacto da Investigação Científica Universitária em Portugal”, Revista Colóquio/ Educação e Sociedade, Número 2, Nova Série – *Reinventar a Universidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, <http://www.mat.uc.pt/~lnv/papers/inv.html>

¹¹⁵ *Id. Ibid.*

¹¹⁶ Exemplos de bases de dados (como o) que permitem fazer um levantamento do número de artigos publicados em língua portuguesa: *Web of Science – Thomson Scientific* (<http://scientific.thomson.com/isilinks/>), o *Latindex* (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, <http://www.latindex.unam.mx/>) e o *Scielo* (Scientific Electronic Library Online, <http://www.scielo.org/index.php?lang=pt>); consultar talvez também a base de dados das publicações periódicas em língua portuguesa da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://pacweb.bn.pt/>

Neste domínio, recorda-se o acordo recente inicialmente discutido no decurso da III Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico que decorreu paralelamente ao Conselho de Ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP do Rio de Janeiro (Brasil), em Dezembro de 2003. O acordo assinado a 11 de Maio de 2004, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (UNESCO) em Paris, estipula as regras do *e-livro*, uma biblioteca virtual que confere acesso em língua portuguesa (mas também em espanhol e em inglês)¹¹⁷ a publicações de aproximadamente 150 editoras de renome internacional (mais de 20 000 títulos).

Este portal da Internet em Língua Portuguesa assume alguns objectivos principais, como a disponibilização de documentação técnica e científica para investigadores, mormente para os dos Estados Membros da CPLP; que também podem pedir para publicar os seus artigos no site. Este intercâmbio de saber visa contribuir para a minoração das barreiras à circulação de informação (de qualidade) e, em sua consequência, para a democratização do acesso ao conhecimento. Gostaria, igualmente, de adjuvar a estreitar relações Sul-Sul e Norte-Sul; e entre estudiosos e curiosos à escala global.

Não obstante, a publicação científica produzida em países lusófonos nem sempre é publicada em português; sobretudo se os autores almejam ver consagradas as suas pesquisas em revistas de renome internacional que, por regra, exigem o texto em inglês e em francês, ou mesmo em alemão e espanhol.

Os obstáculos à publicação em língua portuguesa em jornais e revistas estrangeiras, podem prender-se com o fraco reconhecimento internacional do português no âmbito científico. O que mormente se prende com factores como a *credibilidade* e o grau de aceitação externa. Em todos os sectores há rankings e neste o idioma de Camões também não parece ocupar os lugares cimeiros.

No que respeita ao reconhecimento internacional dos jornais e revistas portuguesas, tendem a partilhar contrariedades semelhantes às que Lígia Café (2002) reconhece limitar as edições brasileiras: pouco surgirem em listagens e fontes de referência internacional; para além de uma plausivelmente limitada difusão externa, irregularidade na publicação ou distribuição, incipiente normalização dos artigos científicos ou da publicação como um todo, do corpo editorial ou das *referees* (corpos de avaliação dos trabalhos seleccionados para edição).

Talvez em sua consequência, os autores sujeitam-se ou optam deliberadamente por escrever noutras línguas para que os seus artigos sejam aceites, o que não parece beneficiar a afirmação da Lusografia¹¹⁸ no contexto internacional. Aquiles Araújo Barros (1999) parece ser um dos autores que denuncia as incoerências do sistema:

¹¹⁷ <http://www.e-livro.com> (em português), <http://www.e-livro.com> (em espanhol), <http://wwwwebrary.com> (em inglês).

¹¹⁸ «A Lusografia é um neologismo híbrido (latino e grego) primo da Lusofonia. (...) é o espaço escrito da língua portuguesa. Escrito, ou seja, não falado como o de Lusofonia, ao qual não se opõe, mas do qual se distingue. (...) o conceito tornou-se mais preciso (...) Há de facto duas Lusografias: a que é obrigatória, política, administrativa, e uma outra, bem diferente, que corresponde a uma escolha.» [MASSA, Jean-Michel (2005), “Lusografia” in Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord.), Amorim, Maria A., Garcia Marques, M. L. E Moita, Susana B., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, pp. 656-657]

«Infelizmente, não é no estrangeiro que devem ser procuradas as maiores ameaças à destruição da nossa língua. (...) é esta a conclusão que me parece legítimo retirar das instruções que são dadas pelo Ministério da Ciência e da tecnologia para a elaboração dos relatórios de investigação: “Para efeitos de avaliação de peritos internacionais é necessário apresentar três exemplares do relatório em inglês. É facultativa a apresentação de exemplares em português...” É um escândalo que os nossos arquivos de investigação não sejam obrigados a ter uma versão em português de partes fundamentais da nossa actividade de investigação!»¹¹⁹

Uma opinião decididamente não partilhada por autores como Paulo Gama Mota (1999) que contrapõem directamente a favor:

«(...) da generalização do uso da língua franca [inglês] sem complexos de inferioridade (...) uma vez que não é certamente o facto das teses serem escritas em português que estas contribuem para o crescimento da importância da nossa língua no mundo.»¹²⁰

Neste contexto, Paulo Gama Mota (1999) prefere então questionar-se:

«(...) porque é que os portugueses pretendem escrever teses em inglês em vez do português se vão apresentá-las numa universidade portuguesa? (...)»¹²¹

Uma dúvida que antecede uma avaliação sobre as razões (duas fundamentais e uma “acessória”) que, para o autor, justificam a escolha da língua inglesa em detrimento do Português. Primeiro, para poupar um esforço suplementar de apresentar a tese em língua portuguesa no seu país e ter de a traduzir para outra língua, em caso de necessidade (de vir a ser apresentada em colóquios ou publicada em jornais ou revistas internacionais. Segundo, por haver cada vez mais arguidos ou co-autores das teses de mestrado e doutoramento nas universidades portuguesas. A questão suplementar prende-se, ainda segundo o autor, com a celeridade com que surgem novos termos técnico-científicos e dá muito trabalho traduzi-los para a língua de Camões.

Ou seja, encontramos um discurso oficial praticado pelos governos dos Países de Língua Oficial Portuguesa a favor de um idioma que, na realidade quotidiana das universidades e centros de investigação lusófonos – em particular, portugueses e brasileiros – parece sucessivamente preterido em nome das supostas virtudes da língua inglesa. Pelo que se compreende, se portugueses e brasileiros, ou mesmo franceses, árabes e chineses escrevem em inglês, preferindo conscientemente outra língua que não a sua (muito embora o número de pessoas que se expressem em português, francês, árabe e mandarim¹²² seja tão ou mais significativo que os que se expressam em inglês), são os próprios que reconhecem mais valor, poder ou autoridade internacional à Anglografia do que à grafia que lhes é materna. Afinal, os aqueus só entraram em Tróia

¹¹⁹ BARROS, Aquiles A. (1999), “Ciência Mata a Língua Portuguesa”, *Ciberdúvidas*, 12 de Agosto, <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias/99.html>

¹²⁰ MOTA, Paulo G. (1999), “A Ciência e a Língua Portuguesa” in *Controvérsias*, *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, 27 de Agosto, <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias/100.html>

¹²¹ *Id. Ibid.*

¹²² Mandarim (Chinês do Norte ou Putonghua) é a língua oficial da China, supostamente falada e/ou compreendida em todas as regiões do país que, actualmente, lidera a lista dos mais populosos do planeta. Outros idiomas chineses, significativos em número de falantes são os: Yue (cantonês), Min e Hakka. [THE LINGUASPHERE OBSERVATORY (2004), “What languages are most spoken in the world?”, *Op. Cit.*, <http://www.linguasphere.org/language.html>]

quando os troianos lhes abriram a porta e não durante os anos que lhes forçaram infrutivamente as muralhas.

Nesta como em todas as matérias, as opiniões dividem-se. E tendem a radicalizar-se, como se as soluções pudessem alhear-se à moderação e à salvaguarda da vantagem líquida. Nenhuma solução parece perfeita. Em princípio, uma avaliação ponderada dos prós e contras deve antecipar uma resolução equilibrada que procure salvaguardar da melhor forma possível os interesses ou prioridades em discussão na altura – porque também há uma questão de espaço e de tempo/época.

Afinal, quais são as prioridades? As de curto e médio ou de longo prazo? A divulgação dos conteúdos ou a salvaguarda da língua portuguesa? Os interesses das universidades/centros de investigação ou dos interesses nacionais? O que um privado mais deseja, nem sempre é o mais conforme ao interesse público e nem por isso tem de ser contrariado, pois pode estar no seu direito fazê-lo. E assim sucessivamente. Vive-se em Liberdade e em Democracia.

As respostas às perguntas não são evidentes e muito menos consensuais. Até porque, no caso da investigação científica, as soluções dependem muito da vontade das elites. E elites estrangeiradas tendem a defender menos a sua língua e a sua cultura, por se mostrarem defensoras de virtudes que reconhecem a outros povos mas não ao seu¹²³ (independentemente dessas virtudes existirem, poderem ser fomentadas ou apenas não serem reconhecidas como tal).

Mas as escolhas são isso mesmo, livres. Faz talvez menos sentido, dizer-se a favor da língua portuguesa, quando na grande maioria das escolhas tomadas, se contradiz a intenção. Ou seja, se o Governo Português fomenta iniciativas em prol da promoção da língua portuguesa, e as universidades portuguesas se multiplicam em congressos e publicações em idiomas alternativos – por lícito que seja – parece registar-se, pelo menos, uma forte ambivalência nesta matéria.

Aquiescendo perante o atrás exposto, admitindo-o como um retrato da realidade, então uma pergunta parece torna-se pertinente: se o Estado defende políticas públicas que vão num sentido, e o tecido científico português prossegue noutra, devemos limitar-nos a constatar o facto ou a procurar uma concertação de posições? E já agora, em que sentido?

Mais vale cada qual assumir preferências e disponibilizar-se para debater a questão com os seus pares e representantes do povo português (estaduais – porque foram eleitos para defender os interesses nacionais – mas também podem ser não estaduais, representantes da sociedade civil), num debate franco e sereno, e mais ainda produtivo, para que se ache uma solução concertada. Os objectivos são traçados e melhor alcançados em conjunto. Quando cada qual puxa a corda para seu lado é mais difícil.

¹²³ «(...) uma certidão de óbito à língua portuguesa! Infelizmente, é uma situação de atropelo que extravasa a Faculdade, traduzindo, em minha opinião, a arrogância de muitos daqueles que se consideram como uma elite deste país e que querem mostrar no estrangeiro (em nome da dignidade de Portugal) que estão muito acima da mediocridade cultural portuguesa, paulatinamente atirada para a cauda da Europa.» [BARROS, Aquiles A. (1999), “Ciência Mata a Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias/99.html>]

Remato recordando as teorias de Dixon (1997)¹²⁴ que desenvolviam o seguinte raciocínio: quando duas línguas convivem, uma com “prestígio” superior à outra e os indivíduos escolhem utilizar a primeira em detrimento da segunda em 50% ou mais do seu tempo, em uma geração ou menos aproximar-se-á dos 100%; porque o uso da língua mais frágil reduzir-se-á significativamente e em poucas gerações desaparecerá. Assim, a influência de uma língua cresce em função do uso que lhes conferem os indivíduos.

Dito de outra forma, na vida quotidiana, os indivíduos, enquanto seres sociais, necessitam comunicar entre si e fazem-no através de uma língua ou linguagem gestual, que é fruto de uma escolha. A escolha também depende da utilidade. Então, se o Português for preterido em relação ao *Inglês* por este ser mais influente, por “abrir mais portas” ou satisfazer mais necessidades (neste caso, no seio académico e científico, mas o raciocínio pode talvez aplicar-se às várias áreas da vida quotidiana) gera-se um paradoxo. Uma língua é mais poderosa se for mais empregue e se for mais empregue, é mais poderosa (ciclo vicioso).

Se o Português for uma língua falada em cinco continentes, mas for preterida sucessivamente (a começar pelos que a têm como língua materna, quer na oralidade – em congressos, palestras, no convívio entre colegas – e na escrita – nos artigos, nos jornais e revistas científicos, nos portais da Internet), perderá influência – também porque os seus próprios falantes que estão a contribuir para que o Português se torne *de facto* e *cada vez menos* prestigiado (ciclo vicioso). O poder está nas mãos das pessoas – como parece ser costume, aliás.

Para contrariar o ciclo vicioso, parece haver agentes individuais e colectivos a levar a cabo iniciativas no sentido de informatizar mais em Português, para que este idioma esteja cada vez mais presente na Internet – no Ciberespaço, fórum por excelência, que pode talvez criar vantagens consideráveis para a Língua de Camões (muita embora os seus indifereçáveis inconvenientes e dificuldades, se levarmos em conta que cada vantagem pode ter o seu reverso da medalha): 1) uma virtualidade de acesso mais ou menos democratizado, no sentido que qualquer pessoa pode navegar, desde que tenha – ou esteja num local onde haja – computadores ligados à Internet; 2) facilidade de comunicação; 3) facilidade de negociação e transacção de bens e serviços (de empresas lusófonas com empresas de países terceiros, por exemplo); 4) possível acesso a bibliografia ou traduções em português; 5) bem como dicionários bilingues mais ou menos completos.

Tejerina (2005) recorda ainda outros recursos linguísticos plausivelmente disponíveis de uma forma informatizada, inclusivamente na Internet, e que salvaguardam a preservação e a utilidade da língua, entre os quais destaco: os dicionários morfológicos, dicionários de sinónimos, dicionários sintácticos, dicionários enciclopédicos, dicionários multilingues, correctores ortográficos, correctores gramaticais, correctores estilísticos, processadores de texto, tradutores automáticos, programas que resumam os textos, conversores texto/fala e fala/texto, programas de ajuda à tradução, sistemas de busca simplificada ou avançada. Comércio electrónico, ensino de uma língua materna ou segunda língua à distância, plataformas de edição, bancos de dados terminológicos, assistentes terminológicos, gestores de informação. Direitos de utilização de todo o tipo de produtos (copyright). Para além dos sites, programas e jogos em língua portuguesa

¹²⁴ DIXON, R. M.W. (1997), *The Rise and Fall of Languages*, Cambridge University Press, Cambridge.

que permitam o entretenimento ao mesmo tempo que transmitem informação turística, histórica, cultural ou comercial.

Na actualidade, a presença de uma língua na Internet (número de sites, em qualidade e quantidade da informação transmitida, em número de navegantes que navegam em português na rede) parece ser um elemento indispensável no processo de salvaguarda e difusão da lusofonia.

As tecnologias da informação podem ajudar a estimular a interactividade e a gestão do conhecimento em língua portuguesa e, em sua consequência, a disseminar a sua relevância estratégica no âmbito dos negócios.

«A comunicação electrónica digitalizada, isto é, em linguagem binária, deu origem a uma nova funcionalidade das línguas faladas que é a de serem “redes/clientes”. (...) É a revolução económica introduzida pelo comércio electrónico na Internet que está a dar esta grande oportunidade às línguas não anglo-saxónicas. Com efeito, o comércio electrónico exige uma relação directa comercial entre o serviço e o cliente (...) A importância de cada rede depende assim do número de falantes dessa língua, potencialmente captáveis para o contacto.»¹²⁵

A publicação de artigos na Internet é apenas uma forma de publicação dos trabalhos de investigação levados a efeito por autores portugueses, de outros países lusófonos; ou de autores estrangeiros a escrever na Língua de Camões. Um passo importante também passível de contribuir para a afirmação do prestígio internacional do Português como língua de trabalho.

¹²⁵ NEVES, Artur C. (2001/2002), “O novo papel das redes linguísticas”, *Artigos APCNP cultura.norte*, Estratégia Geo-Linguística, <http://www.nortemlinha.net/www/egl.asp>

IV. Distribuição Mundial da Língua Portuguesa

IV.1 CPLP e IILP

Ponto 1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (vulgo CPLP), resultou talvez de um longo processo, que podemos talvez iniciar por ocasião do Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta assinado a 16 de Novembro de 1953 e ratificado a 4 de Janeiro de 1954¹²⁶. San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Castelo Branco propuseram, na década de sessenta do século XX, a criação de uma comunidade que permitisse uma transição pacífica para a independência na África Lusófona:

«A ideia de instituir uma comunidade afro-luso-brasileira foi advogada por alguns estadistas brasileiros como forma de facilitar a concessão de autonomia política aos territórios africanos portugueses. San Tiago Dantas e Afonso Arinos defenderam esta solução no início dos anos 60 e o Marechal Castelo Branco, ao assumir a Presidência do Brasil em 1964, sugeriu a formação gradual de uma tal comunidade, com o objectivo de resolver o problema colonial português com o apoio do Governo brasileiro.»¹²⁷

Tal não foi possível. Mas anos depois da *Revolução dos Cravos*, mais precisamente no ano de 1983, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, fez um discurso a favor de uma relação mais próxima entre os países lusófonos; através de cimeiras de Chefes de Estado ou de Governo, a cada dois anos; através de reuniões anuais de Ministros dos Negócios Estrangeiros, consultas políticas entre dirigentes políticos e reuniões anuais dos representantes desses países na Organização das Nações Unidas (ONU) ou noutras organizações internacionais; e avançar para a organização de um grupo lusófono dentro da União Interparlamentar.

Um tipo de iniciativas que pode ter contribuído para uma lenta mas gradual aproximação dos países lusófonos africanos a Portugal. Para o qual também pode ter corroborado o facto da experiência de independência os ter devotado a uma certa posição de vulnerabilidade internacional¹²⁸.

Em 1989, no decurso do I Encontro de Chefes de Estado e de Governo de sete dos países de Língua Portuguesa, organizado no Brasil, o então Presidente do Brasil José

¹²⁶ «(...) o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, enquanto era projectado, aguçou em Portugal e no Brasil o nacionalismo porque propunha uma integração sobre a qual não havia consenso (...) Já na Espanha o teor do Tratado de 1953 feriu o orgulho nacional, pois não ter acesso às suas benesses significava, em última instância, um percalço à própria afirmação espanhola no mundo hispânico, onde julgava ter privilégios assegurados.» [BRANCATO, Sandra M. (2003), “Aproximação Brasil/Portugal em 1953 : Reflexos na Espanha” in Szesz, Christiane M. et al., *Portugal-Brasil no Século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia*, EDUSC, Bauru, pp. 452]

¹²⁷ CERVO, Amado L. and CALVET DE MAGALHÃES, José (2000), *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil – 1808-2000*, Diário Moreira de Castro Alves, Instituto Camões, Lisboa, pp. 263-264.

¹²⁸ «As ex-colónias passaram por uma ampla e dolorosa experiência depois da independência. Foram colonizadas – a palavra é um pouco dura mas verdadeira – por russos, búlgaros, alemães de Leste, cubanos e exportados por muitos outros. Fizeram a experiência de que os outros não eram, afinal, melhores que os portugueses. Antes pelo contrário (...) Adquiriram de novo – e melhor que antes – confiança em nós.» [Mario Soares *apud* IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal*, Centro de Estudios de Política Exterior en el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Nuevohacer, Grupo Editor Latinoamericano, pp. 395]

Sarney propôs a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. No ano seguinte, mais exactamente no dia 16 de Dezembro, foi assinado em Lisboa e por sete países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Em 1994, foi recomendada uma cimeira de Chefes de Estado ou de Governo com o objectivo explícito de criar uma Comunidade Lusófona.

A que seria instituída a 17 de Julho de 1996 (ver Anexo XI, pp. xvii-xviii) com o nome de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O seu texto seria primeiro assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste juntar-se-ia ao grupo a 1 de Agosto de 2002, depois da sua independência. A CPLP inclui ainda a *Diáspora lusófona* espalhada pelo mundo.

A CPLP nasceu possivelmente imbuída nos valores perenes da paz, da democracia e do Estado de Direito, dos direitos humanos, do desenvolvimento e da justiça social. Afirma-se talvez qual desígnio conjunto, promovido por Estados independentes e iguais em dignidade, que partilham um idioma – a língua portuguesa – e visam satisfazer interesses comuns; promovendo relações entre os próprios e países terceiros, para que, irmanados, consigam mais do que se estivessem fora da organização.

Nesse sentido, a comunidade assenta plausivelmente em três pilares: I) a concertação político-diplomática; II) a cooperação multiforme entre os Estados-Membros; III) a promoção e difusão da língua portuguesa. É no seio do terceiro pilar que se insere o projecto do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (ver pag.33).

O que não inviabiliza a possibilidade dos diferentes Estados-Membros conferirem prioridades diferentes aos três pilares da CPLP. As que talvez se possam resumir numa proposta de Ennes Ferreira e Almas (1997), presente no Quadro 3:

Quadro 3: Países da CPLP por hierarquia das suas prioridades, segundo três critérios

Países/ Hierarquia de Prioridades	Concertação Político- Diplomática	Cooperação Técnico-Cultural	Situação do seu Desenvolvimento Económico
Angola	Terceira	Primeira	Segunda
Brasil	Segunda	Primeira	Terceira
Cabo Verde	Terceira	Segunda	Primeira
Guiné-Bissau	Terceira	Segunda	Primeira
Moçambique	Terceira	Segunda	Primeira
Portugal	Primeira	Segunda	Terceira
S. Tomé and Príncipe	Terceira	Segunda	Primeira

Fonte: ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997), “Les Contours Économiques de la CPLP”, *Lusotopie 1997. Lusotropicalisme*, Centre d’Études d’Afrique Noire, Institut d’Études politiques de Bordeaux, pp. 19, <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/ferreira%20Almas%2097.pdf>

Talvez um dos maiores desafios da CPLP, seja a gestão das expectativas e obtenção de consensos, para que o processo não termine antes de começar, por razões de ineficiência e incapacidade de obter resultados satisfatórios.

De facto, desde a sua fundação que a CPLP tem vindo a aperceber-se das potencialidades futuras mas também dos riscos nos quais o empreendimento incorre. A comunidade em questão é quiçá apelativa em função das janelas que abre aos processos de paz e à consolidação democrática¹²⁹, e à gradual recuperação económica dos PALOP:

«A CPLP é uma organização jovem, que se tem vindo a cimentar no plano internacional, e que tem contribuído não só para o intercâmbio político muito forte, mas para a geração de fluxos de investimento, de comércio, assinaláveis em termos de progressão entre os países que constituem essa área. E em crises internacionais como a Guiné-Bissau e posteriormente no caso de Timor-Leste, a CPLP mostrou a sua vitalidade no plano externo.»¹³⁰

A CPLP pode ter impulsionado melhorias no volume dos fluxos comerciais e de investimento directo estrangeiro entre Estados-Membros, mas os fluxos bilaterais totais ainda se mantêm talvez pouco significativos.

Por outro lado, as medidas promovidas no âmbito da CPLP continuam talvez moderadamente consistentes. Para Ennes Ferreira e Almas (1997), por exemplo, a questão passa por ser a seguinte:

«(...) a menos de um ano da sua criação, a CPLP está confrontada com um certo número de problemas. Uns simples e de ordem conjuntural (logística, meios financeiros e humanos), outros mais inquietantes: ainda não existe definição de projectos e programas capazes de estruturar uma acção coerente comum, nem no domínio económico, nem nos domínios técnico e cultural.»¹³¹

Por seu lado, para o ex-ministro das Finanças, Ernâni Rodrigues Lopes, a questão presente coloca-se talvez nestes termos:

«"A CPLP tem obrigação de ser uma prioridade de primeira linha no plano político" da Lusofonia, acrescentou o ex-ministro das Finanças português numa conferência proferida no âmbito do décimo aniversário da Organização das Instituições Supremas de Controlo (OISC) da CPLP, constituída pelos Tribunais de Contas dos países membros. Considerando a organização como "uma estrutura política com insuficiente capacidade organizacional e financeira", o professor defendeu "a sua indispensável articulação com a sociedade civil para se vivificar o conceito de Lusofonia". Segundo Ernâni Lopes, há uma "percepção difusa" desse conceito e uma (praticamente) inexistente identificação da CPLP" e a percepção do espaço lusófono deve começar a ser ensinada no ensino básico. Nesse sentido, defendeu que a "construção da Lusofonia representa um ganho colectivo com interesse para todos os países" que falam português. A construção da Lusofonia é "uma oportunidade de ancoragem estratégica para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, um apoio vital para a Guiné-Bissau e Timor-Leste, um catalizador para o desenvolvimento de

¹²⁹ «O espaço territorial e marítimo representado pelos países da CPLP, potenciam o controlo de grande parte das rotas do Atlântico, permitindo o posicionamento dos meios de controlo para a exploração do espaço exterior, tanto no âmbito militar (rasteio de mísseis) como civil (controlo de satélites)» [CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA (2002), "Análise geopolítica para apoio a uma estratégia de Portugal no quadro da CPLP", *Artigos CAE*, 24/05, pp. 9, http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/estrategia_nacional.pdf].

¹³⁰ GAMA, Jaime (2002), "A diplomacia portuguesa: perspectivas e prioridades" in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 24.

¹³¹ ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997), "Les Contours Économiques de la CPLP", *op. Cit.*, pp. 11.

Angola e Moçambique, um instrumento de projecção para Macau e Brasil e uma questão estratégica decisiva para Portugal", concluiu o professor.»¹³²

Nesse sentido, um projecto como a CPLP só poderá sobreviver e ter sucesso, se souber lidar com limitações orçamentais e com problemas de ordem diversa, como a descontinuidade do território que abarca¹³³, e o facto de ter um pé em três continentes.

E no que concerne à regeneração das relações entre povos e dirigentes dos vários países, levando em conta o passado histórico-cultural? Qual o saldo líquido? As vantagens suplantam as desvantagens? As dificuldades poderão ser ultrapassadas? E se sim, quando – no curto, médio ou apenas no longo prazos? O tempo o dirá. De qualquer forma, os países lusófonos podem não ter muito tempo para definir estratégias que optimizem os seus interesses comuns. Em última análise, Portugal – mais até que o Brasil ou algum dos PALOP – será responsabilizado pelos resultados conseguidos no âmbito da CPLP – sejam eles positivos ou negativos. E vários são os motivos que podem fundamentar um tal raciocínio.

De facto, Portugal parece ser o elo comum a todos os Estados-membros da CPLP e pertence à União Europeia – o Mercado regional mais desenvolvido do planeta, que possui forte poder de atracção, mormente em termos de fluxos de comércio e de IDE, para os países lusófonos que dele não fazem parte.

«O notável é que esta europeização foi em boa parte exigente porque Portugal pôde apresentar-se como ponte entre a Europa e África, e agora começa também a mostrar-se como nexa entre a União Europeia e a maior economia da Mercosul. A intermediação que realiza com África é muito mais rentável que o seu comércio bilateral, ainda que resulte mais difícil de quantificar porque costuma ficar oculta dentro das contas internas da União Europeia, que é a que aporta os capitais.»¹³⁴

Mas se a União Europeia parece assumir um papel de liderança no que toca ao investimento na América Latina¹³⁵, chegando a ultrapassar os EUA, enquanto Portugal tem vindo a beneficiar de uma oportunidade considerável no processo de aproximação entre o Brasil e a UE – que pode ou não estar a maximizar. Em relação aos países africanos, Portugal pode estar a tomar a iniciativa, aproveitando alguma descoordenação no seio da UE nesta matéria para mostrar empenho e firmeza nas suas prioridades que parece querer inserir num projecto mais global:

«Apesar de ser o maior doador internacional para o desenvolvimento em África (...) a ausência de liderança europeia a este nível tem contribuído para a descoordenação internacional que é hoje reconhecida como um dos factores para o nível relativamente

¹³² MAPUTO.CO.MZ (2005), "A CPLP é boa ideia, mas pouco eficaz – Ernãni Lopes", *Maputo.com.mz*, Artigo N.º 6249, <http://www.maputo.co.mz/article/articleview/6249>

¹³³ «São Tomé e Príncipe adere a esta comunidade consciente do grande desafio que ela representa: a procura da integração na descontinuidade. Não é necessário ser céptico, mas apenas assisado e realista, para verdadeiramente levar em conta e medir as dificuldades que nos colocam este empreendimento.» [Armando Vaz *cit. in* ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997), "Les Contours Économiques de la CPLP", *op. Cit.*, pp. 24]

¹³⁴ IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal*, *Op. Cit.*, pp. 415.

¹³⁵ GAMA, Jaime (2002), "A União Europeia, o Mercosul e os seus parceiros regionais" in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 305-306.

baixo de sucesso na cooperação para o seu desenvolvimento. Por isso mesmo, e pela primeira vez, a Presidência portuguesa realizou um Conselho de Desenvolvimento Informal dedicado ao tema “Segurança, Democracia e Desenvolvimento em África”, do qual resultaram importantes orientações para o reforço de uma estratégia global europeia para o desenvolvimento em articulação com a Política Externa e de Segurança Comum.»¹³⁶

Tanto que os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP se reuniram a 17/18 de Julho de 2003, em Coimbra, para aproveitar a maré de empenho – do novo governo brasileiro, a presidência de Moçambique na União Africana, e a presença de Angola como membro não permanente no Conselho de Segurança da ONU – para promover iniciativas conjuntas que se julgavam capazes de projectar os Estados-membros.

Exemplos de medidas nesse sentido: a criação de um mecanismo em que a embaixada do país que presidisse à CPLP coordenasse as missões diplomáticas dos oito países envolvidos, sempre com vista a incentivar acções de promoção conjuntas. E apostar fortemente numa diplomacia económica que possa valer por interesses mútuos – o segundo pilar da CPLP.

A ideia basilar ao projecto, parece aspirar a um triângulo estratégico entre a União Europeia, a Mercosul e a Convenção de Lomé. Procura talvez maximizar benefícios de incluir, num mesmo projecto, países de vários continentes, cujas economias podem ser talvez melhor projectadas no Mercado mundial através de iniciativas conjuntas¹³⁷.

Para além disso, a CPLP permite talvez estabelecer *relações em rede* com outras organizações regionais: a União Europeia (por intermédio de Portugal), a Mercosul (através do Brasil), a Commonwealth, por intermédio de Moçambique; a Southern African Development Community (SADC), por Angola e Moçambique; a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), através de Cabo Verde e Guiné Bissau; e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEDEAC), por intermédio de São Tomé e Príncipe.

A CPLP parece possuir ainda um lugar de observador na Assembleia Geral das Nações Unidas. Muito embora, segundo Seixas da Costa (2002), o aparente privilégio não esteja a ser suficientemente valorizado e maximizado pelos seus beneficiários:

«(...) cabe aqui referir a falta de presença regular de representantes da CPLP no lugar de observador que lhe é destinado na Assembleia Geral. Esta situação não abona à projecção, quer da própria CPLP, quer da Língua Portuguesa. Uma situação que contrasta com a presença permanente de representantes da Commonwealth ou da Organisation de La Francophonie nos lugares que lhes são destinados.»¹³⁸

¹³⁶ GAMA, Jaime (2002), “Europa-África: perspectivas de relacionamento” in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 294.

¹³⁷ «Portugal tinha um interesse natural; os países africanos também, porque não estavam em situação de negar-se a qualquer possibilidade de ampliar os seus minguados intercâmbios comerciais ou de romper com o seu isolamento. (...) Muito mais duvidoso era o interesse do Brasil, que começava a recuperar-se da “década perdida” dos anos 80 e se orientava a reforçar as suas relações com a Mercosul e com os países emergentes da Ásia.» [IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal*, *Op. Cit.*, pp. 394]

¹³⁸ COSTA, Seixas da (2002), “Ponto da Situação – A Língua Portuguesa nas NU”, *Op. Cit.*, pp. 3.

A que poderá dever-se esta situação? Que razões poderão estar na base de alguma inércia da CPLP? Ou da sua hipotética hesitação em se projectar internacionalmente de uma forma mais intensa e concertada? Poderá a escassez de recursos servir de justificação para todas as deficiências verificadas?

Talvez por isso, há autores que procuram colmatar feridas talvez não inteiramente saradas, com discursos a que chamaria talvez “pró-ativos contra plausíveis complexos de culpa ou de vitimização. Nesse sentido, leiam-se as palavras de Cravinho (2005):

«Hoje já não há lugar – de parte a parte – para os complexos históricos. (...) Nos anos que se seguiram à revolução do 25 de Abril, houve quem pensasse e escrevesse que África representava o nosso passado e a Europa o nosso futuro. Há vários anos que estamos em condições de desmentir essa previsão. Efectivamente, o nosso relacionamento com África constitui hoje um dos três pilares fundamentais da nossa política externa, a par do pilar europeu; e cada vez mais se torna claro que o nosso relacionamento africano comporta uma importante mais-valia para os outros dois pilares da nossa política externa.»¹³⁹

Tanto que os representantes máximos da diplomacia portuguesa, têm vindo talvez a adoptar uma postura consonante à de Jaime Gama que, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, parecia defender que:

«África tem o direito de esperar da comunidade internacional mais do que palavras sucessivamente repetidas de diagnóstico dos males e promessas reiteradas de ajuda, que muitas vezes tardam em se concretizar ou a produzir os efeitos desejados. (...) Portugal há muito que elegeu África como uma das prioridades da sua política externa. (...) Portugal só pode regozijar-se pelo conjunto de iniciativas (...) que recolocam África, como sempre defendemos, no centro da agenda internacional.»¹⁴⁰

E como o projecto da CPLP não morreu entretanto – muito embora os vaticínios em contrário – os Estados-membros prosseguem os seus trabalhos, tentando definir planos de acção estratégicos. Para além do que algumas medidas de curto e de médio prazo costumam ser necessárias para alcançar os objectivos de longo prazo já definidos mas morosos de obter.

Admite-se ainda que a CPLP seja um projecto que se pensa *sui generis*, no âmbito internacional. É possível que tanto a Commonwealth, como a Francofonia, como a Comunidade das Nações Ibero-americanas parecem ter sido, respectivamente, concepções arquitectadas e desenvolvidas respectivamente pela Grã-Bretanha, pela França e pela Espanha. A CPLP parece ter sido da iniciativa do Brasil, depois impulsionada também por Portugal, e uma ideia desenvolvida e promovida entre os PALOP. Um projecto ao qual, mais tarde, aderiu Timor-Leste. Neste sentido, a CPLP poderá não ter sido encabeçada por um país mas dinamizada por todos os seus Estados-Membros. E ainda parece sobreviver em função dessa vontade conjunta.

¹³⁹ CRAVINHO, João G. (2005), “Portugal e África, aos 30 anos de idade”, *Revista Única*, Jornal Expresso, 10/06, pp. 134.

¹⁴⁰ GAMA, Jaime (2002), “Oceanos de paz, religiões e culturas em diálogo” in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 296.

Com o objectivo de estimular a sua operacionalidade em contexto internacional, a CPLP tem promovido iniciativas também no âmbito da promoção da Língua Portuguesa, aproveitando o facto dos vários países envolvidos a terem mantido como idioma oficial. Afinal, pós a independência do Brasil¹⁴¹ e, mais de um século depois, dos PALOP¹⁴², a Língua de Camões manteve-se oficial *por escolha dos próprios*.

Uma qualidade intrínseca que poderá ser a força da CPLP, se os países irmanados souberem organizar-se em mais do que ideias, e investirem progressivamente em medidas concretas que ajudem a demarcar terreno.

O problema é que, até o facto de os interligar um idioma comum, não parece garantido. É preciso levar em consideração as diferenças – por vezes significativas – entre a versão original e o vocabulário predominante nos demais países lusófonos; por no espaço lusófono conviverem, no âmbito das relações interpessoais, alguns idiomas e dialectos locais. Além da pressão que línguas francas como o inglês, o espanhol e o francês exercem sobre a língua portuguesa; seja, imiscuindo-se no vocabulário quotidiano, seja afirmando-se como alternativas (consideradas) poderosas passíveis de ser utilizadas nas relações comerciais.

Porventura com tal em consideração, Portugal decidiu tomar algumas medidas concretas; protagonizando – sem que para tal fosse obrigado, ao contrário do que defendem autores como Iñiguez (1999)¹⁴³ – compromissos linguísticos, com outros países lusófonos; incluindo vocábulos, não só brasileiros, mas constantes nos PALOP, que os emigrantes introduziam no quotidiano dos portugueses. Á semelhança do que M. Cohen (1996) declara:

«A CPLP devia poder criar as condições de melhor exprimir um ar cultural bem vivo muito embora a sua heterogeneidade: a fragilidade económica desses países vectores, que tendem a marginalizá-la, não deviam fazer esquecer que a língua portuguesa é a terceira língua europeia mais falada no mundo, depois do inglês e do espanhol, antes do francês. O verdadeiro interesse da CPLP está no longo prazo e não nas trocas imediatas.»¹⁴⁴

Os portugueses têm investido ao nível da regulação da emigração lusófona. Como reconhece Iñiguez (1999):

¹⁴¹ «Como uma superabundância de testemunhos o demonstra – Azara, António Vieira – a língua franca do Brasil central foi durante séculos o tupi (...) A afirmação do português foi consumada com o fim das bandeiras e com a febre do ouro, em 1850.» [IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal, Op. Cit.*, pp. 408].

¹⁴² «A debilidade dos vínculos estabelecidos entre Portugal e as suas ex-colónias durante os primeiros anos da independência, as desprolixidades do processo de descolonização e os erros de apreciação quanto a caracterizar correctamente quem podiam ser os verdadeiros aliados para uma associação Portugal-África (...) impediram o reforço do uso do idioma português. (...) foram os dirigentes dos antigos movimentos da CONCP, transformados em chefes de Estado dos PALOP, quem mais impulsionou o uso do português.» [IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal, Op. Cit.*, pp. 410].

¹⁴³ «(...) em Lisboa – ao contrário de todas as outras metrópoles coloniais europeias – realizou, por razões óbvias de dimensões comparativas, inúmeras concessões [linguísticas] aos usos brasileiros.» [IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal, Op. Cit.*, pp. 409]

¹⁴⁴ COHEN, Michael (1996), “Enfin la Communauté?”, *Lusotopie*, “L’oppression Paternaliste au Brésil”, op. Cit., pp. 12.

«(...) em política o importante é ser, existir (...) Desde esse entendimento político, Portugal não duvidou em duplicar as suas contribuições de recursos financeiros e humanos para a CPLP. Quando a meados de 1998 diferentes órgãos da imprensa europeia, incluindo a portuguesa, já apregoavam que a nova Comunidade era um cadáver, tiveram de publicar algo em que se informava que, finalmente, se havia levantado uma trégua na longa luta faccionária na Guiné-Bissau, e que a CPLP era a que tinha realizado essa mediação transcendente e exigente. Na realidade, os portugueses é que a fizeram, mas preferiam aparecer sob a forma de uma das identidades que tinham inventado para entrar no século XXI.»¹⁴⁵

Se em política o “importante é ser, existir”, admite-se que a instituição respire em consonância com a importância das relações institucionais entre os países que a constituem, alimentadas pelo benefício mútuo de se partilhar uma língua comum.

É possível que, o futuro da CPLP esteja nas pessoas e na sua vontade de quererem participar numa “comunidade alargada”, de uma *Lusofonia* institucionalizada, com colunas consolidadas ao nível institucional, com uma voz em plataformas internacionais, capaz de reivindicar a seu favor – obtendo, talvez assim, efeitos positivos com impacto económico.

Ponto 2. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) foi proposto pela primeira vez a 1 de Novembro de 1989 em S. Luís do Maranhão, no Brasil (ver Anexo XII, pp. xix-xxii), sete anos antes da criação oficial da CPLP em Julho de 1996. Entramos no âmbito do terceiro pilar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que parece reportar-se à promoção e à difusão da Língua Portuguesa.

Entre os dias 14 e 16 de Dezembro de 1990, é possível que se tenha realizado em Lisboa uma Reunião Intergovernamental sobre política da Língua Portuguesa em que participaram Ministros da Cultura e da Educação de sete países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe), a fim de discutir o *Acordo Relativo ao IILP*, sobre a promoção, a defesa, o enriquecimento do idioma comum como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico; e se convencionava que a Presidência do IILP perseveraria por um ano e rotativamente exercida por cada um dos Estados Membros por ordem alfabética.

Entretanto, a 12 de Outubro de 1990 já se havia talvez discutido, em Lisboa, o teor do *Projecto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa*, cujo acordo alcançado entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1994. Embora este só tenha sido ratificado por Portugal e por Cabo Verde. O que despertou a necessidade da assinatura do *Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, mais tarde, a 17 de Julho de 1998. (ver Anexo X, pp. xvi)

Depois de 1 Janeiro de 1993 ter servido como data limite para a unificação e a normalização da terminologia científica e tecnológica do *Português*, medida a favor do processo de harmonização conceptual entre os Estados Membros da CPLP que

¹⁴⁵ IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal*, Op. Cit., pp. 418-419.

comparticipam financeiramente no IILP, o período entre os finais de 1996/97 foi vivido intensamente em reuniões¹⁴⁶ para dinamização e fortalecimento do IILP.

Até que foi simbolicamente lançada primeira pedra para a construção da sede definitiva do IILP, a 17 de Junho de 1998 na cidade da Praia, em Cabo Verde, aquando da II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

«Caminhamos, assim, para o cumprimento do terceiro pilar da CPLP que, com o IILP, se torna cada vez mais efectiva no desempenho do grande papel da difusão e promoção da Língua Portuguesa, não só no espaço geográfico, mas no mundo, através dos meios de comunicação, inclusive da Internet, graças a acções concertadas dos Estados Membros e do Secretariado Executivo.»¹⁴⁷

Um esforço de concertação que prosseguiria em Brasília, entre 5 e 6 de Novembro de 1998, na II Conferência de Ministros da Educação da CPLP. Atendendo às possíveis dificuldades orçamentais e estruturais (ainda rígida) do IILP, a Conferência concluiu a necessidade de melhorar o processo de articulação entre o Secretariado Executivo da CPLP e o IILP, de providenciar uma resolução para as instalações provisórias do IILP, de nomear o pessoal de apoio e de apresentar uma proposta de financiamento das suas actividades.

A 16 de Março de 1999, realizou-se a XV Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente (CCP), que aprovou uma proposta de orçamento para levar a efeito os objectivos delineados no ano anterior. E através do Ofício n.º 94/GMECJD/99, de 8 de Setembro de 1999, é nomeado o Director Executivo do IILP.

A 12 de Maio de 2000, no decurso da XXXV Reunião Ordinária do CCP realizada em Lisboa, foram redefinidas as responsabilidades do Secretariado Executivo quanto à edificação do IILP. Pelo que foi assinado um Contracto de Projecto para a construção da sede do IILP em Cabo Verde, sob a orientação do arquitecto português Siza Vieira.

Com a I Reunião Preparatória do IILP, realizado a 18/19 de Janeiro de 2001, iniciar-se-iam uma série de Seminários do IILP que, durante o ano de 2001, se preocuparam em garantir, num primeiro momento, as condições para o funcionamento (organização, financiamento e orçamento) efectivo do IILP. E, num segundo momento, a abertura da discussão à sociedade civil, através de “Oficinas de Trabalho”; permitindo a auscultação dos vários sectores das sociedades dos Estados Membros da CPLP sobre os objectivos do IILP, relacionados com a promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa

Daqui resultou um Plano de Actividades do IILP baseado em três desafios fundamentais: 1) a questão relativa à língua portuguesa e à diversidade do universo dos falantes nas literaturas dos países da CPLP; 2) a questão da promoção, difusão e

¹⁴⁶ Entre as quais, a Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (26 de Setembro de 1996), a 7ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente (21 de Março de 1997), a Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em Salvador da Baía (17 de Julho de 1997), a Reunião do Secretariado Executivo da CPLP (4 de Outubro de 1997), I Conferência dos Ministros da Educação e da Cultura da CPLP (24/25 de Novembro de 1997).

¹⁴⁷ PEREIRA, Dulce M. (2002), “Apresentação” in Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, *Cadernos CPLP*, Lisboa, pp. 2

enriquecimento da língua portuguesa; 3) e o balanço entre a língua portuguesa e as línguas nacionais na escolarização.

Nessa medida, o IILP parece defender programas que assumam a Língua Portuguesa sem medos nem constrangimentos do passado, pois o projecto conjunto da CPLP e do IILP precisa ter bem clara a noção de que:

«A Lusofonia não é, nem poderá ser, um arremedo de reconversão de hegemonias; é o risco – a eliminar – do erro de visão de deslocar a visão comunitária de conjunto para um banal exercício de um poderio individual. A Lusofonia não é, nem poderá ser, um alimentador de recalcaamentos e/ou de fricções político-ideológicas; é o risco – a eliminar – de instrumentalização do conceito ao desenvolvimento de forças que busquem a destruição do próprio conceito.»¹⁴⁸

Levam-se em consideração valores como a diversidade cultural e multilinguística – em certos casos o bilinguismo funcional e o *Português* como língua segunda – quando mais se coadunam com a realidade lusófona no seu todo que se distribui por vários países em quatro continentes. Argumenta-se a favor de uma lógica de complementaridade e não de exclusão, pelo que urge:

«(...) pensar juntos a *língua portuguesa e as línguas locais*, consciente de que, em muitos casos, a língua portuguesa é uma língua segunda. Penso ser este um dos desafios do IILP. Assim, a língua portuguesa, no contexto cultural dos nossos países, será ela própria “a fonte da relatividade”, postulando, ou melhor, imprimindo “uma relação de complementaridade” na medida em que ela pode ajudar a promover a convivência e o desenvolvimento linguísticos, não se conflituando com as identidades culturais locais.»¹⁴⁹

Não obstante os esforços conjuntos levados a efeito até à data, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tem sido limitado, na sua actuação, por constricções do foro financeiro¹⁵⁰. Ainda assim, procura aplicar medidas com vista a promover e divulgar a língua portuguesa – pois é uma organização internacional que, entre outros objectivos, se parece valer da cultura para conferir força acrescida às negociações internacionais e assim impulsionar o desenvolvimento económico dos seus Estados Membros.

Neste processo de afirmação internacional do Português – e da afirmação do idioma enquanto língua de trabalho – louvam-se talvez as medidas e iniciativas protagonizadas pela CPLP e através do IILP:

«O fortalecimento das relações entre os nossos países e a concertação de ideias e posições contribuirão para uma maior visibilidade da nossa comunidade na arena internacional.»¹⁵¹

¹⁴⁸ LOPES, Ernâni R. (2005), “Nos 30 anos das Independências, 30 teses sobre a Lusofonia”, *Publicações Círculo de Reflexão Lusófona*, Lisboa, pp. 6-12.

¹⁴⁹ MAZULA, Brazão (2002), “Para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, *Op. Cit.*, pp. 9.

¹⁵⁰ «O IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa – que, para a sua implementação, obedeceu a critérios ligados à própria natureza do projecto, aos condicionalismos técnicos e à definição dos interesses do conjunto dos países da CPLP, tem apresentado morosidade na efectivação, o que vem sendo compensado pela segurança na sua implementação.» [PEREIRA, Dulce M. (2002), “Apresentação”, *Op. Cit.*, pp. 2]

¹⁵¹ CARDOSO, Boaventura (2005), «Português deve ser língua de trabalho internacional», diz Boaventura Cardoso”, *Notícias Lusófonas*, Artigo N.º 10127, Maio, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=10127&catogory=CPLP>

A conjugação de esforços no âmbito do IILP pode resultar, inclusive se a CPLP se conseguir projectar no xadrez internacional¹⁵². O seu prestígio – possivelmente ainda embrionário ou, pelo menos, a dar os primeiros passos num caminho de potencialidades – já parece despertar o interesse em países terceiros que entretanto solicitaram a adesão à comunidade ou pediram o estatuto de observador. Essa parece ter sido a ideia transmitida por ocasião da Conferência da Lusofonia, que decorreu a 23 de Novembro de 2005 na Assembleia da República Portuguesa¹⁵³.

Um prestígio internacional para o qual também pode contribuir a relação estratégica entre a União Europeia (à qual Portugal pertence) e os países lusófonos – uma relação já alvo de análise anteriormente. De qualquer forma, a Comissão Europeia (UE) dirigida pelo Dr. José Manuel Durão Barroso, talvez tenha procurado delinear políticas de cooperação com o Brasil. E com vários dos países africanos – o que, supostamente, marca “uma nova era” e uma “nova parceria entre os dois continentes”¹⁵⁴. Portugal poderá talvez assegurar um papel de ponte entre a União Europeia (de que é Estado-Membro) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Ao passo que no seio da CPLP e através do IILP, se incentiva talvez ao uso da Língua de Camões independentemente da sua versão (de Portugal, do Brasil, de Angola, de Moçambique, de Cabo-verde, de S. Tomé e Príncipe, da Guiné-Bissau ou de Timor-

¹⁵² «A criação da CPLP em 1996, concretização de uma velha aspiração, resultou de um acto de vontade política dos sete países fundadores, a que se juntou depois Timor-Leste (...) Tendemos, por vezes, a subestimar essa decisão estratégica que se traduziu, na prática, na criação de um novo espaço geopolítico.» [SAMPAIO, Jorge (2005), “Discurso do presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, por ocasião da visita à sede do Secretariado executivo da CPLP”, *Discursos do Presidente*, 18 de Abril, Lisboa, http://www.elo-online.org/discurso%20%20pr_port_abr05.doc] O antigo Presidente-poeta do Senegal, Léopold Sedar Senghor tinha sido uma das várias personalidades africanas que, antes de 1974, chegaram a propor a criação de uma Comunidade de povos lusófonos. Mas os trâmites da História não permitiriam a efectivação antecipada de uma tal realidade por, pelos vistos, então não corresponder a uma vontade conjunta e concertada dos governos em causa.

¹⁵³ No discurso de 23/11/2005 do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros – lido por ocasião da Conferência da Lusofonia: “O papel estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro”, levada a efeito na Assembleia da República – relembrou-se a ideia da CPLP ter proporcionado a “criação de um novo espaço geopolítico”, recapitularam-se as três prioridades “claramente definidas” da política externa do XVII governo constitucional em que é ministeriável, entre as quais, a lusofonia; confirmaram-se os pedidos de adesão ou de estatuto de observador, realizados pelo Senegal, Guiné Equatorial, Marrocos, Andorra, Macau e Filipinas; e foi anunciada a: «(...) aprovação das propostas de revisão do Estatuto de Observador que abre sobre certas condições, a participação nos trabalhos da CPLP a países, regiões autónomas e organizações internacionais que partilhem os valores e interesses da lusofonia, mas também a entidades da sociedade civil, a quem será atribuído o estatuto de Observador Consultivo.» [FREITAS DO AMARAL, Diogo (2005), “Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros na Conferência da Lusofonia: ‘O Papel Estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro’, na Assembleia da República”, 23 de Novembro, *Intervenções do Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Portal do Governo, Lisboa, http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MNE/Comunicacao/Intervencoes/20051123_MENE_Int_Papel_CPLP.htm]

¹⁵⁴ «A Europa acaba de demonstrar claramente que deseja modificar a maneira como negocia, trabalha e coopera com África. A nossa relação baseia-se num diálogo político estável entre iguais (...) o objectivo não é substituir os países, mas sim reforçar as suas capacidades e a boa governação. (...) converter esta estratégia em projectos concretos para aumentar a estabilidade, promover o crescimento económico e reduzir a pobreza.» [Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária *apud* NOTÍCIAS LUSÓFONAS (2005), “EU adapta nova estratégia para o desenvolvimento em África”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo, 12 Dezembro, <http://noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=12598&catogory=CPLP>]

Leste). Seriam talvez obtidos resultados mais efectivos – também para efeitos da sua tradução em documentos oficiais – se pudesse entrar em vigor o mais recente Acordo Ortográfico de 1990 (ver Anexo X, pp. xvi); o que não foi possível até à data, atendendo a que nem todos os Estados (apenas o fizeram os parlamentos de Portugal, do Brasil e de Cabo Verde) que o assinaram o revogaram quando assim era exigido:

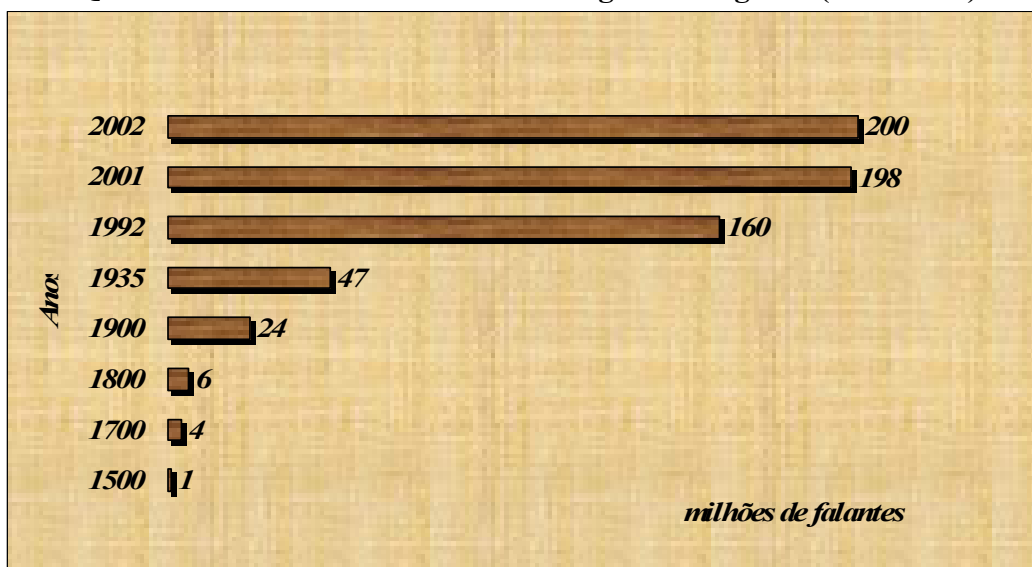
«Respeitando a diversidade do Português, que é aliás a sua grande riqueza, impõe-se fazer um esforço no sentido de uma aproximação das suas formas, sim, mas em domínios ligados ao seu uso contemporâneo, como é o caso da terminologia científica e técnica ou dos neologismos decorrentes de novos modos de vida e de convivência internacional, sem prejuízo da salvaguarda das especificidades de cada variante (...)»¹⁵⁵

Assim, e no âmbito das relações entre os Estados Membros da CPLP, parece apostar-se na concertação político-diplomática, em palcos neutros como os oferecidos pelas organizações internacionais (ONU, OTAN, UE, Mercosul,...), nas reuniões ministeriais anuais, e nas Cimeiras de Estado e de Governo. E em utilizar o capital (humano, social, económico) já acumulado, em prol do futuro da CPLP e do IILP, e do prestígio internacional da língua portuguesa.

IV.2 Estatísticas da Línguas

O Português é um dos dez idiomas mais falados no mundo, além de língua oficial de oito países dispersos por quatro continentes. Mas como estimar aproximadamente o número de pessoas que possuem o Português como língua materna? Vejamos uma primeira projecção, sobre a evolução do número de falantes de Português desde os primeiros tempos das descobertas (1500) até ao ano de 2002:

Quadro 4: Número de Falantes de Língua Portuguesa (1500-2002)



Fonte: Baseado nos dados do Portal do Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>

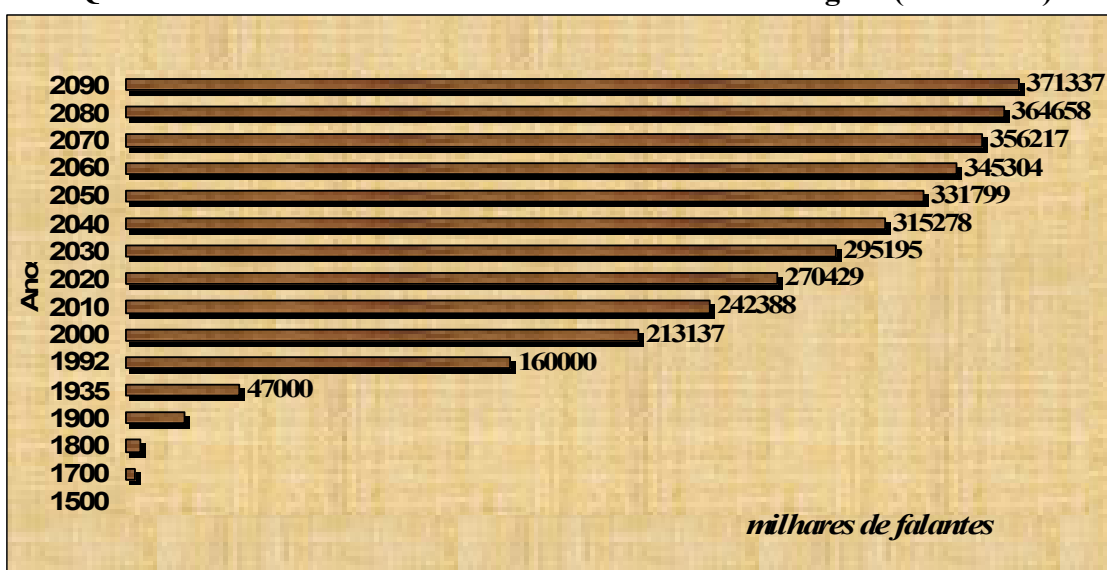
¹⁵⁵ Seabra, José A. (2003), “A diplomacia da Língua na CPLP”, *Artigos do II Colóquio Anual Internacional da Lusofonia SLP (norte)*, 7/8 Novembro, Bragança, <http://slp2003.com.sapo.pt/final%20JASeabra.htm>

Tendo em consideração o ponto de partida proposto pelo Observatório da Língua Portuguesa, prossigamos com três hipóteses de estimativas, com base nos totais populacionais do Banco Mundial para os oito países de língua oficial portuguesa.

Para uma estimativa simples, com base nos totais populacionais, calcula-se o número de falantes através da soma do número total de habitantes dos países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste.

No Anexo III (pp. v) mais precisamente nos quadros TP1, podem ser analisadas com mais pormenor as estimativas para o período compreendido entre 1500 e 2090, que são resumidas no gráfico seguinte:

Quadro 5: Estimativa do Número de Falantes de Português (1500-2090)



Fontes: Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main>; Banco Mundial, “World Development Indicators Database”, <http://devdata.worldbank.org/data-query/>; Banco Mundial, <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/HNPDemographic/total.xls>

Os resultados apresentados no quadro 5, podem talvez ser corroborados e complementados pela linha de argumentação de autores como Couto (2001), nomeadamente quando ele defende que:

«A análise da estimativa do número de falantes das oito principais línguas europeias – do século XVI a finais do século XX – revela que o Português apenas começou a ganhar proeminência na última centúria. Até 1900, a Língua Portuguesa situou-se quase sempre em oitavo lugar, com excepção de 1700 em que alcançou a 7ª posição (4 milhões). Somente em 1935 o idioma de Camões inicia um processo sustentado de crescimento, ascendendo à sexta posição (47 milhões) e ultrapassando definitivamente o Polaco e o Italiano. Em 1992, segundo as estimativas dos demógrafos Jean-Claude Chasteland e Jean-Claude Chesnais, o Português sobe à quarta posição, com 160 milhões de falantes (...) até 2050 chegamos à conclusão de que o nosso idioma encontra as maiores potencialidades de crescimento, enquanto língua de comunicação internacional, na África Austral e na América do Sul.»¹⁵⁶

¹⁵⁶ COUTO, Jorge (2001), “Língua Portuguesa: Perspectivas para o séc. XXI (3)”, *Op. Cit.*, <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias01/linguasec XXI3.htm>

Admitindo esta possibilidade, aguardam-se ventos favoráveis à consolidação da Língua Portuguesa à escala global. Mas os números precisam talvez ser contextualizados. Afinal, é preciso levar em consideração que nem todos os habitantes de um país lusófono possuem o Português como língua materna.

Para uma estimativa com base nos grupos populacionais, com o *Português* como língua materna, primeiro determina-se a população total de cada país lusófono. Posteriormente, calcula-se uma estimativa dos falantes de língua portuguesa, admitindo como plausíveis os seguintes valores aproximados: Angola: 40% da população possui o Português como língua materna¹⁵⁷; Brasil: 320 000 ameríndios e 1000 000 de emigrantes não possuem (ainda) o Português como língua materna¹⁵⁸; Cabo Verde: 40% da população tem o Português como língua materna¹⁵⁹; Guiné-Bissau: 5% da população possui o Português como língua materna¹⁶⁰; Moçambique: 6,5% população tem o Português como língua materna¹⁶¹; Portugal: 300 000 emigrantes não possuem o Português como língua materna¹⁶²; S. Tomé e Príncipe: 20% da população tem o Português como língua materna¹⁶³; Timor-Leste: 8% da população tem o Português como língua materna¹⁶⁴;

No Anexo IV (pp. vi) mais precisamente nos quadros TP2 podem ser analisados com mais pormenor as estimativas para o período compreendido entre 2000 e 2090, que são resumidas no gráfico seguinte:

¹⁵⁷ A percentagem corresponde a uma avaliação aproximada apontada por académicos angolanos, que não deixam de recordar a dificuldade de verificação estatística num país de massivas deslocações e migrações internas, resultantes do conflito que deflagrou durante três décadas em território nacional. Fontes: Portal do Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>; Universidade de Helsínquia, “Português – Língua Global”, Artigos do Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Humanidades, Helsínquia, http://www.helsinki.fi/romaanisetkielet/lingua_portuguesa.htm

¹⁵⁸ Resultados com base no Censo Demográfico de 2000, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), “Censo Demográfico 2000”, *Artigos IBGE*, Brasília, <http://www.ibge.gov.br>;

¹⁵⁹ Portal do Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>

¹⁶⁰ *Id. Ibid.*

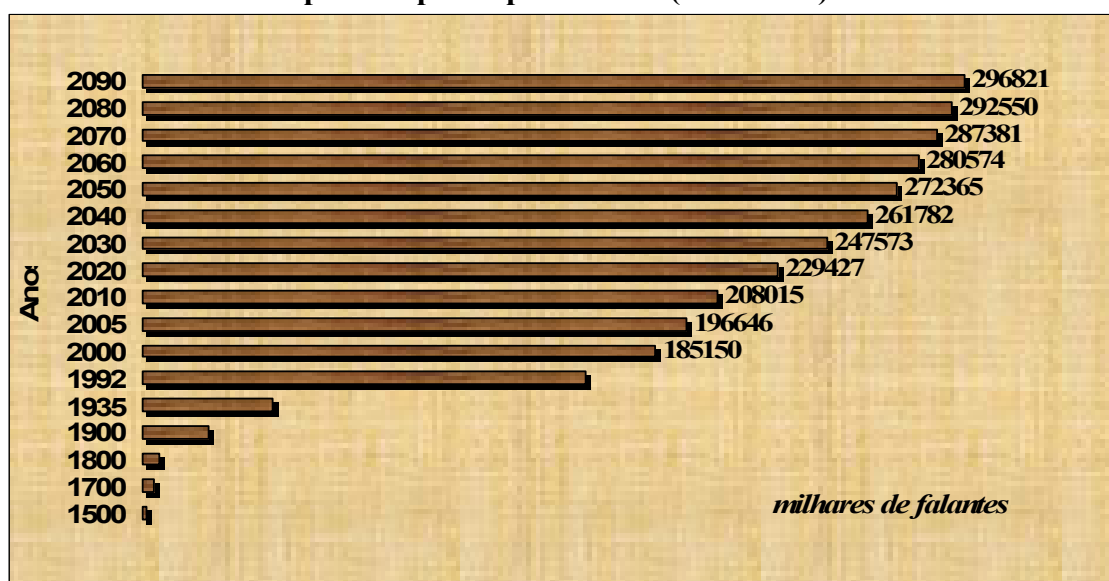
¹⁶¹ De acordo com dados do Censo Moçambique 1997. Fonte: Portal do Observatório de Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>

¹⁶² Com base na proposta do Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Humanidades da Universidade de Helsínquia – http://www.helsinki.fi/romaanisetkielet/lingua_portuguesa.htm. O serviço de Estrangeiros e fronteiras para 2001 havia calculado um total de 219215 emigrantes [MALHEIROS, Jorge (2002), “Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration”, Artigos do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa in Migration Information Source, Migration Policy Institute (MIP), December, <http://www.migrationinformation.org/Profiles/print.cfm?ID=77>], pelo que foi optado pelo valor de 300 000 como valor aproximado, tendo em conta uma margem de erro para incorporar (pelo menos parte) da população emigrante ilegal. A proposta do OLP era um total aproximado de 400 000 emigrantes – Portal do OBSERVATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>

¹⁶³ PORTAL DO OBSERVATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?Mmod=page&pg=87>

¹⁶⁴ *Id. Ibid.*

Quadro 6: Estimativa do Número de Falantes de Português, por Grupos Populacionais (1500-2090)



Fontes: 1) 2000/04: Banco Mundial, world Development Indicators Database, <http://devdata.worldbank.org/data-query/> 2) 2005/2090: Banco Mundial, <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/HNPDemographic/total.xls> Baseado na avaliação do Observatório da Língua Portuguesa, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main>

Admitindo as estimativas propostas, é possível que o argumento de Couto (2001) atrás exposto não seja necessariamente contrariado. A expansão da Língua Portuguesa ainda parece constar das previsões espelhadas no quadro 6, muito embora o número de milhares de falantes pareça ter diminuído um pouco.

Estas são as duas propostas de cálculo do número de falantes de Língua Portuguesa, mas admite-se que haja talvez outros, que se aproximem mais da realidade. Ou seja, foram apresentados dois modelos de análise, mas poderiam ter ser propostos arquétipos alternativos. Para efeitos alusivos, apontam-se duas hipóteses: uma análise que pudesse incluir os indivíduos que, vivendo em países lusófonos mas não tendo o Português como língua materna, ainda assim, neste se expressassem. Podia-se ainda tentar uma avaliação mais específica por grupos, que incluísse o número de emigrantes portugueses ou lusófonos em geral, a habitar em países não lusófonos.

V. Conclusão

A língua parece ser um dos elementos culturais mais fortemente relacionados com uma determinada identidade colectiva, mesmo quando é alimentada por mais de uma cultura. A união entre as *suas gentes* pode talvez formar uma *comunidade alargada*. Também em sua função, admite-se que um idioma possa afirmar-se como um instrumento de poder. Mormente se levarmos em consideração que uma língua muito utilizada – inclusivamente em foros internacionais – pareça ter mais *influência* enquanto cria *mercado*. O que, em princípio, gera um círculo virtuoso a favor dos seus falantes.

Neste contexto recorda-se a teoria de Calvet (2002), segundo o qual, as línguas são talvez estudadas como em ecologia se observam os organismos que tendem a organizar-se em comunidades biológicas. Nesse modelo gravitacional, há um pivot do sistema (o *Inglês*, por ser considerado “hipercentral”), o qual parece viver em concorrência com outras línguas (talvez mais com as “supercentrais”). Supostamente, o sistema não descarta a hipótese de, mediante as convulsões próprias das épocas históricas, o Inglês poder ser destronado por outro idioma (um dos “supercentrais”?) no futuro. Quem sabe se pelo Português (?), com mais de 200 milhões de falantes à escala global.

Segundo Calvet (2000), declarações politicamente correctas a favor da igualdade real entre as línguas, reduzem-se talvez a “falsas evidências”, levando em consideração que os idiomas são “profundamente diferentes” em “valor”, “funções” e “representações”. Sendo, assim, foi talvez avaliada a “diferença” do Português, a sua mais-valia.

Ainda com base na teoria de Calvet (2000), admite-se que a *supercentralidade* da Língua de Camões seja reforçada pela *Lusofonia* – um conceito capaz de abraçar oito países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), incluir regiões autónomas como as de Macau (China), e Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli (Índia), para além congregar a chamada *Diáspora Lusófona*, talvez constituída por todos os indivíduos que se expressam em Língua Portuguesa fora dos territórios em que este idioma é língua oficial ou língua materna.

É possível que essa *Lusofonia* já esteja institucionalizada, de uma forma ou de outra, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao mesmo tempo que o idioma em comum é talvez “protegido” pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Dois edifícios ainda em fase de desenvolvimento, com resultados práticos talvez abaixo das expectativas.

O IILP parece ter surgido em sequência da necessidade de salvaguardar os “direitos” de um idioma (neste caso, o Português). Isto, enquanto os próprios Governos nacionais parecem levar a efeito políticas de promoção e salvaguarda das suas línguas oficiais.

Aquiesce-se perante a possibilidade da língua (neste caso, do Português) ser um factor diferenciador no xadrez mundial, ao ajudar a fortalecer os mercados lusófonos, enquanto palcos estratégicos a considerar pelos outros Estados e Organizações Internacionais, mas também por agentes não governamentais como as ONGs e as

multinacionais; motivando, em sua consequência, os não falantes a aprender o idioma com o objectivo de *comunicar* e, assim, *negociar*.

Ou seja, conclui-se talvez que uma língua pode estimular a troca de ideias, mas também gerar rendimentos ao *ter um impacto económico* junto dos seus falantes, ao dinamizar um *mercado*. Portanto, admite-se a possibilidade *da cultura instigar a economia*; do uso de uma língua de trabalho ajudar a alimentar, directa ou indirectamente, sinergias políticas e económicas, num contexto de promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, no seio das comunidades que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas.

Aliás, com base nas teorias de Baudrillard (1970) e Tejerina (2005), podemos talvez fazer uma analogia entre uma língua de trabalho e outro objecto de troca/consumo, conferindo-lhe um valor de uso, um valor de troca, um valor simbólico e um certo prestígio social.

Sendo que o *valor de uso* parece depender do contexto temporal e da sociedade em que o falante dessa língua se insere. O *valor de troca* baseia-se talvez nos motivos (subjectivos ou objectivos, afectivos ou pragmáticos, culturais ou profissionais) pelos quais os indivíduos interagem numa determinada língua. Enquanto o *valor simbólico* pode abranger uma interpretação subjectiva, emblemática ou conjectural da língua, na intenção consciente ou inconsciente de procurar um sentido de pertença e uma identidade relativos a grupos que a partilhem. Por fim, ao destacar-se pela diferença, a língua pode ser encarada pelos próprios ou por terceiros de forma positiva, como algo prestigiante.

Admite-se que o “estatuto internacional” de um idioma possa ser impulsionado, se o seu uso for estimulado em contexto profissional. Resumindo, o Português pode talvez ser uma língua de trabalho, sempre que permite comunicar e negociar no seio de uma população que ultrapassa os 200 milhões de pessoas, talvez acrescidos em força pela diáspora lusófona, um pouco dispersa pelo mundo, e pelos não lusófonos que, entretanto, aprenderam a expressar-se na língua de Camões.

E o Português afirma-se em ambiente de trabalho quando é empregue nas organizações internacionais, em transacções comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, em acordos de investimento directo estrangeiro, em contractos empresariais, no âmbito do turismo e do intercâmbio científico-tecnológico, nas relações interpessoais quotidianas.

Não obstante, admite-se que as pressões da globalização económica e a convivência de culturas tão diversas num mundo altamente competitivo, estejam a alimentar rivalidades; a ajudar a dar emprego aos interessados em aprender várias línguas, mas também a ameaçar a sobrevivência de idiomas mais vulneráveis e minoritários. Aquiescendo perante uma tal hipótese, é fundamental que a Língua de Camões esteja no rol de idiomas vivos, dinâmicos e mais empregues em contexto internacional.

No âmbito do mercado, onde as línguas são preferencialmente escolhidas em função da sua utilidade, o pragmatismo dos agentes económicos não parece conferir grandes oportunidades a proteccionismos ou discursos emocionais a favor de um certo idioma, ou impedir a concorrência linguística.

Conforme ditam as leis de mercado, se há procura, a oferta tende a satisfazê-la. Em princípio, quanto maior for a procura do idioma X, mais ampla será a gama de oferta de professores, tradutores e intérpretes desse idioma; bem como de sítios (sites) na Internet, ou de empresas a investir na formação dos seus funcionários nessa língua.

Até porque as empresas tendem talvez a apreciar currículos que incluam conhecimentos de várias línguas, ou mesmo de experiências de intercâmbio (estudantil, empresarial) – sobretudo multinacionais e empresas que visam internacionalizar-se. A aposta nos conhecimentos filológicos parece acompanhar o ensejo dos alunos se adaptarem, desde cedo, às novas tecnologias.

De qualquer forma, os consumidores podem preferir comunicar com profissionais que dominem a língua dos seus clientes. E é possível que a Internet esteja a conseguir conectar um número crescente de pessoas que privilegiam sítios (sites) escritos na sua língua materna. As tecnologias da informação podem também estimular a interactividade e a gestão do conhecimento em língua portuguesa e, em sua consequência, a disseminar a sua relevância estratégica no âmbito dos negócios.

Supostamente, a Língua de Camões respira vida sempre que se confronta com a realidade actual e prospectiva, quando se abre à mudança, à diversidade e à simbiose com outras culturas, quando se apta a novos pareceres e conceitos – inclusive os que resultam dos progressos científico-tecnológicos.

Mas uma língua como a portuguesa, pode ter mais do que uma norma ou assumir variantes diferentes de uns países para os outros. Estes cambiantes podem ser altamente vantajosas para os seus povos (enriquecimento pessoal), o que não quer dizer que obviem dificuldades no processo de afirmação geopolítica da língua. Contrariedades como estas, poderão ser obviadas, se houver um esforço concertado a favor de uma crescente consolidação de terminologias, que adjuvem o intercâmbio político, cultural, científico e económico.

O problema é que essa concertação pode ser mais forte em “universos” linguísticos como o francófono e o hispânico que, respectivamente a favor das Línguas Francesa e Espanhola (castelhano), aliam políticas proteccionistas a uma *atitude competitiva* de divulgação cultural e empresarial, com vista a lutar pelos mercados onde, supostamente, há uma hegemonia da Língua Inglesa. Frentes mais unidas, podem ser mais competitivas ou mais facilmente conquistar ou manter quotas de mercado. Enfim, não necessariamente, se admitirmos que a Língua Francesa está a respirar dificuldades muito embora as políticas da linguísticas supostamente aplicadas por países como a França, que se traduzem talvez em medidas concretas de proteccionismo.

Resultados mais favoráveis parecem estar a ser obtidos a favor do Espanhol; também com a ajuda de organismos como o Instituto Cervantes, que tem protagonizado uma série de medidas com vista à preservação e proliferação do Castelhana, enquanto dinamiza uma rede de cientistas que investigam sobre a questão linguística – inclusivamente no âmbito do seu impacto económico. Um esforço que encontra talvez paralelo em Portugal, no seio do Instituto Camões, muito embora a sua congénere portuguesa pareça dispor de menos meios financeiros para gerir, em função de uma área geográfica porventura mais ampla.

Pondera-se talvez na hipótese das instituições portuguesas nem sempre disporem de recursos financeiros para levar a efeito Políticas da Língua que correspondam às necessidades de mercado, aos apelos dos interessados. Ou seja, que sejam capazes de conferir uma verdadeira dinâmica de concorrência num mercado competitivo como é o das línguas – mais do que no âmbito estritamente cultural – que praticamente *digladiam* entre si por algum tipo de protagonismo em ambiente profissional. Assim sendo, a grande vencedora, actualmente à escala global, parece ser a Língua Inglesa, a passo seguida por idiomas ditos “universais” como o Espanhol (Castelhano), e “regionais” como o Chinês (Mandarim), o Hindu e o Árabe que, no seu geral, correspondem a áreas do globo simultaneamente muito populosas – como a América do Centro e do Sul, a China, a Índia – simultaneamente com economias emergentes ou com um fortíssimo sector exportador (recursos energéticos no caso do Médio Oriente).

Se levarmos em conta o atrás exposto, podemos talvez afirmar que as línguas têm poder para criar um mercado. Ou seja, um idioma de negócios pode ter impacto económico favorável aos seus falantes. Mas não é garantido que assim seja, se nos sentarmos à sombra da bananeira. Quais são, então, as chaves do sucesso? Em economia são duas: a *confiança* e o *empreendedorismo*, com base na lei da oferta e da procura. Mas se à procura, porque não a satisfaz a oferta? Porque não há confiança nem empreendedorismo?

O Estado pode auxiliar no processo, com Políticas da Língua concertadas, que traduzam uma gestão eficiente dos meios e dos objectivos, de forma a contrabalançar uma plausível não abundância de recursos – financeiros e humanos. Depois, em princípio, os recursos multiplicam-se em ciclo virtuoso, tal como se consomem em ciclo vicioso.

Portanto, admite-se que o Português seja uma Língua de Trabalho, com potencialidades à escala global. Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico que esse instrumento, tão à sua disposição, lhes pode oferecer. Ajudaria que a consciência fosse menos individual e mais colectiva pois, neste contexto quanto noutros, a união faz a força, estimulando exponencialmente os benefícios a favor de cada um.

VI. BIBLIOGRAFIA

Fontes Citadas:

- A., S. A. (2005), “França –Estrelas promovem o português”, *Correio da Manhã*, 14 Abril, <http://coreiodamanha.pt/noticia.asp?id=156713&idselect=90&idCanal=90&p=94>
- AMARAL Jr., José M. (2003), “África: Inserir a Cultura Popular na Economia”, *África Hoje*, Novembro, pp. 62-63.
- B., M. (1994), “Enjeux Économiques de la Valorisation de la Langue Française et du pluri-linguisme”, *Langue-Francaise.Org*, Dossiers, Articles, Mars, http://www.langue-francaise.org/Articles_Dossiers/Enjeux_economique.php
- BARROS, Aquiles A. (1999), “Ciência Mata a Língua Portuguesa”, *Ciberdúvidas*, 12 de Agosto, <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias/99.html>
- BAUDRILLARD, Jean (1991), *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa.
- BECKETT, Francis (2002), “Dumbing Down”, *The Guardian*, <http://education.guardian.co.uk/egweekly/story/0,5500,825611,00.html>
- BOURDIEU, Pierre (2004), “Lo que significa hablar?”, *Artigos IPN – Instituto Pedagógico Nacional*, Colombia-Sur América, http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/42_06ens.pdf
- BRANCATO, Sandra M. (2003), “Aproximação Brasil/Portugal em 1953 : Reflexos na Espanha” in Szesz, Christiane M. et al., *Portugal-Brasil no Século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia*, EDUSC, Bauru, pp. 443-453.
- BRAZ, José (1993), “Cooperação Económica Europa/África”, *3º Encontro de Lisboa entre as delegações de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à Assembleia Anual do FMI/BM*, Banco de Portugal/Ministério das Finanças, 21 e 22 de Setembro, Lisboa, pp. 51-61.
- BUENO, Eloy Y. (2002), “Presencia del idioma español en los organismos y en las conferencias internacionales”, *Artículos del Congreso Internacional sobre Lenguas Neolatinas en la Comunicación Especializada*, El Colegio de México, 28/29 de Noviembre, DTIL – Direcção Terminologia e Indústrias da Língua, http://www.dtil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_pt/ybanez_bueno.htm#a
- BUSHNELL, Davis (2004), “Demand for Multilingual Workers Growing. Trend mirrors Growth of Immigrant Communities”, *Bostonworks.com*, The Boston Globe, http://bostonworks.boston.com/globe/articles/020804_language.html
- CALVET, Louis-J. (1999), *Pour une Écologie des Langues du Monde*, Plon, Paris.
- CALVET, Loius-J. (2002), “ ‘Mondialisation, Langues et Politiques Linguistiques’. Le Versant Linguistique de la Mondialisation”, *Université Senghor – Opérateur Direct de La Francophonie*, Organisation Internationale de La Francophonie, <http://www.usenghor-francophonie.org/international/conf/2002/calvet.pdf>
- CARDOSO, Boaventura (2005), “«Português deve ser língua de trabalho internacional», diz Boaventura Cardoso”, *Notícias Lusófonas*, Artigo n.º 10127, Maio, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=10127&category=CP LP>
- CARLINER, G. (1980), “Wages, earnings and fours of first, second and third generation American males”, *Economic Inquiry*, pp. 87-112.
- CASANOVA, Lourdes (2002), *Foreign Affairs en Español in Otero, Jaime (2005), Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)*, *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos (ARI)*, Análisis N.º 42/2005, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>

- CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA (2002), “Análise geopolítica para apoio a uma estratégia de Portugal no quadro da CPLP”, *Artigos CAE*, 24 de Maio, http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/estrategia_nacional.pdf
- CENTRO VIRTUAL CERVANTES (2001), “Congreso de Valladolid”, *Publicaciones del Instituto Cervantes*, <http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/>
- CERVO, Amado L. e CALVET DE MAGALHÃES, José (2000), *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil – 1808-2000*, Diário Moreira de Castro Alves, Instituto Camões, Lisboa.
- CHANDA, Tirthankar (2005), “There is a need for French in French-speaking countries”, *Label France*, n.º 57, I quarter, http://www.diplomatie.gouv.fr/label_france/57/gb/20.html
- CIMEIRA IBERO-AMERICANA (1992), “Documento de Conclusões”, *Documentos – II Cimeira Ibero-Americana*, 23/24 de Julho, Madrid, <http://www.cumbre-iberoamericana.org/NR/rdonlyres/BFD2E006-FB07-49E2-95FF-CB6EA59237FC/354/DeclaracaodeMadrid.pdf>
- CONNELL, Tim J. (2002), “Languages & Employability – A Question of Careers”, *The National Centre for Languages*, CILT Papers, June 5th, version 1 H, <http://www.cilt.org.uk/research/statistics/labourmarket/connell2002.pdf>
- COSTA, Seixas da (2002), “Ponto da Situação – A Língua Portuguesa nas NU”, *Telecópia n.º 918*, Arquivos Centrais, Instituto Camões, 17 de Abril, Lisboa, pp. 1-3.
- COUTO, Jorge (1999), “A nossa Magna Língua Portuguesa”, *Fórum Novas Fronteiras*, <http://www.novasfronteiras.pt/index.php?article=99&visual=1>
- COUTO, Jorge (2001), “Há uma melhoria da formação dos docentes dos PALOP”, *África Lusófona*, Agosto/Setembro, <http://www.institutocamoes.pt/icnoticias/noticias01/jcouthentrv02.htm>
- COUTO, Jorge (2001), “Língua Portuguesa: Perspectivas para o séc. XXI (3)”, *Instituto Camões Notícias*, Setembro, <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias01/linguasecxxi3.htm>
- CRAVINHO, João G. (2005), “Portugal e África, aos 30 anos de idade”, *Revista Única*, Jornal Expresso, 10 de Junho, pp. 134.
- DALMAZZONE, Silvana (1999), “Economics of Language: A Network Externalities Approach” in BRETON, Albert, *New Canadian Perspectives – Exploring the Economics of Language*, Department of Canadian Heritage, Canada, http://www.pch.gc.ca/progs/lo-ol/perspectives/english/explorer/page_03.html
- DIXON, R. M. (1997), *The Rise and Fall of Languages*, Cambridge University Press, Cambridge.
- DUMONT, Jean-C. e LEMAÎTRE, Georges (2005), “Counting Immigrants and Expatriates in OECD Countries”, *OECD Social Employment and Migration Working Papers*, N.º 25, Junho, <http://hermia.sourceoecd.org/vl=3021368/cl=40/nw=1/rpsv/cgi-bin/wppdf?file=5lgmzv68bvc.pdf>
- ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997), “Les Contours Économiques de la CPLP”, *Lusotopie 1997. Lusotropicalisme*, Centre d’Études d’Afrique Noire, Institut d’Études politiques de Bordeaux, pp. 11-34, <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/ferreira%20Almas%2097.pdf>
- FARIA, Isabel H. (2001), “A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas”, *Associação Internacional de Linguística do Português*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>
- FARIA, Isabel H. (2002), “A Língua Portuguesa em 2001”, in *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, Cadernos CPLP, Lisboa, pp. 34-37.

- FONDA, Daren (2001), “Selling in Tongues – Translation services are booming because global consumers want to buy in their native language”, *Time.com*, 26 Novembro, <http://www.time.com/time/global/november/cover.htm>
- FREITAS, Márcia (2004), “Expansão da China pode salvar língua portuguesa em Macau”, *BBC Brasil.com*, 28 de Outubro, http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041028_macauportuguesmp.shtml
- FREITAS DO AMARAL, Diogo (2005), “Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros na Conferência da Lusofonia: ‘O Papel Estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro’, na Assembleia da República”, , *Intervenções do MNE – Portal do governo*, 23 de Novembro Lisboa, http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MNE/Comunicacao/Intervencoes/20051123_MENE_Int_Papel_CPLP.htm
- GAMA, Jaime (2002), “A diplomacia portuguesa: perspectivas e prioridades” in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 17-28.
- GAMA, Jaime (2002), “A União Europeia, o Mercosul e os seus parceiros regionais” in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 305-308.
- GAMA, Jaime (2002), “Oceanos de paz, religiões e culturas em diálogo” in *A Política Externa Portuguesa 1999-2002 – Colectânea de Intervenções, artigos, entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*, Biblioteca Diplomática – Série C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa, pp. 295-301.
- GOMES, Álvaro Cardoso () “O Ensino do Português como Língua Estrangeira e o Fenómeno da Globalização”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp. 187-191.
- GORDON, Raymond G. (2005), “Ethnologue: Languages of the World”, SIL International Online, 15ª Edição, Dallas, http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=AO
- GOVERNO DE PORTUGAL (2005), “Lusofonia”, *Portal do Governo*, Lisboa <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia>
- IÑIGUEZ, Carlos P. (1999), *Sueños Paralelos – Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, Cultura y Política en Brasil y Portugal*, Centro de Estudios de Política Exterior en el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Nuevohacer, Grupo Editor Latinoamericano, pp. 392-419.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000), “Censo Demográfico 2000”, *Artigos IBGE*, Brasília, <http://www.ibge.gov.br>
- INSTITUTO CAMÕES (2003), “Diplomacia Económico-Cultural em Destaque”, *JL – Instituto Camões*, N.º 56, Suplemento do JL N.º 843, Ano XXII, 22 de Janeiro, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte56b.htm>
- INSTITUTO CAMÕES (2006), “A Língua Portuguesa e a Lusofonia”, Português, Língua Universal, Português Língua Estrangeira (PLE), Recursos, Instituto Camões <http://www.instituto-camoes.pt/ple/linglusofonia.htm>

- INSTITUTO CAMÕES (2006), “10 Razões para Aprender Português”, Português, Língua Universal, Português Língua Estrangeira (PLE), Recursos, Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/ple/10razoes.htm>
- INTERNATIONAL RESEARCH ASSOCIATER (2001), “Eurobarómetro 54 – Europeans and Language”, *INRA Reports*, INRA European Coordination Office, http://europa.eu.int/comm/education/policies/lang/languages/barolang_en.pdf
- INTERNET WORLD STATS (2005), “Internet Users by Language”, IWS – Usage and Population Statistics, The Internet Coaching Library, <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>
- LINGUASPHERE OBSERVATORY (2004), “What languages are in danger?”, *The Linguasphere Observatory Articles*, <http://www.linguasphere.org/language.html>
- LOPES, Ernâni R. (2005), “Nos 30 anos das Independências, 30 teses sobre a Lusofonia”, *Publicações Círculo de Reflexão Lusófona*, Lisboa, pp. 6-12.
- LÓPEZ, Ramón Pedrosa (2005), “Em Macau, o português encontra o seu espaço como língua de negócios”, *Yahoo Notícias – EFE*, 20 de Julho, <http://br.news.yahoo.com/050720/40/vurn.html>
- MALHEIROS, Jorge (2002), “Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration”, Artigos do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa in *Migration Information Source*, Migration Policy Institute (MIP), December, <http://www.migrationinformation.org/Profiles/print.cfm?ID=77>
- MAPUTO.CO.MZ (2005), “A CPLP é boa ideia, mas pouco eficaz – Ernâni Lopes”, *Maputo.com.mz*, Artigo N.º 6249, <http://www.maputo.co.mz/article/articleview/6249>
- MASSA, Jean-Michel (2005), “Lusografia” in Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord.), Amorim, Maria A., Garcia Marques, M. L. E Moita, Susana B., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, pp. 656-657
- MAZULA, Brazão (2002), “Para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa” in *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, Cadernos CPLP, Lisboa, pp. 8-9.
- MICROSOFT (2006), “Microsoft cria Centro de Investigação em Portugal”, *Comunicado de Imprensa*, Microsoft Portugal, <http://www.microsot.com/portugal/imprensa>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004), “O Desenvolvimento do EPE”, *Ensino Português no Estrangeiro*, Português no Mundo, DGIDC, Ministério da Educação, http://www.dgidec.min-edu.pt/portugues_estrangeiro/default.asp
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2006), “China’s African Policy”, *Copywright do MNE da RPC*, 12 Janeiro, Pequim, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL (1997), “Natureza” in *Decreto-Lei n.º 170/97*, Capítulo I, Artigo 1º, Diário da República, I Série – A, N.º 153, 05 de Julho, <http://www.instituto-camoes.pt/diversos/lei.htm>
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL (1997), “Objectivo e Atribuições” in *Decreto-Lei n.º 170/97*, Capítulo I, Artigo 2º, Diário da República, I Série – A, N.º 153, 05 de Julho, <http://www.instituto-camoes.pt/diversos/lei.htm>
- MOREIRA, Carlos D. (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

- MOTA, Paulo G. (1999), “A Ciência e a Língua Portuguesa” in *Controvérsias, Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, 27 de Agosto, <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias/100.html>
- MUNICIO, Ángel M. (2001), “Econometria de la Lengua Española”, *Anuário 2001*, Centro Virtual Cervantes, Instituto Cervantes, http://cvc.cervantes.es/obref/anuario_01/municio/
- NEVES, Artur C. (2001/2002), “O novo papel das redes linguísticas”, *Artigos APCNP cultura.norte*, Estratégia Geo-Linguística, <http://www.nortemlinha.net/www/egl.asp>
- NOTÍCIAS LUSÓFONAS (2005), “«Português deve ser língua de trabalho internacional», diz Boaventura Cardoso”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo N.º 10127, Maio, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=10127&category=CPLP>
- NOTÍCIAS LUSÓFONAS (2005), “Governador de Guangdong visita países Lusófonos em 2006”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo N.º 12559, 7 de Dezembro, <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=12559&category=CPLP>
- NOTÍCIAS LUSÓFONAS (2005), “EU adapta nova estratégia para o desenvolvimento em África”, *Notícias Lusófonas – CPLP*, Artigo N.º 12598, 12 de Dezembro, <http://noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=12598&category=CPLP>
- OCDE (2002), “International Mobility of the Highly Skilled”, *OCDE Publishing*, Paris http://www.oecd.org/document/2/0,2340,fr_2649_201185_29034626_1_1_1_1_00.html
- OTERO, Jaime (2005), “Los argumentos Económicos de la Lengua Española (ARI)”, *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos (ARI)*, Análisis N.º 42/2005, <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/714.asp>
- PEREIRA, Dulce M. (2002), “Apresentação” in *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, “Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, *Cadernos CPLP*, Lisboa, pp. 2
- PEREIRA DA SILVA, Jorge M. (2005), “Cidadania Lusófona” in *Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord.), Amorim, Maria A., Garcia Marques, M. L. E Moita, Susana B., Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa, pp. 166
- PIMIEN, Daniel (1998), “Hay lugar en la Internet para otras lenguas y otras culturas que no sean la estadounidense? El caso del mundo latino”, *Funredes*, Fundación Redes y Desarrollo, <http://funredes.org/funredes/html/castellano/publicaciones/infoethics98.html>
- RAMOS, Jorge L. (2006), “Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa”, *Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 933, ano XXVI, <http://www.instituto-camões.pt/encarte/encarte101a.htm>
- RETO, Luís (2005/06), “O português como Língua de Negócios”, *Jornal de Letras*, 21Dez/6Jan, N.º94, Suplemento do JL, N.º 919, Ano XXV, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte94e.htm>
- SALEK, Sílvia (2002), “Português está desaparecendo em Macau”, *BBC Brasil.com*, 4 de Novembro, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020926_chinamacaurui.shtml
- SAMPAIO, Jorge (2002), “Discurso do Presidente da República nos encontros ‘Ágora – O debate Peninsular’ ”, *Discursos da Presidência da República*, Mérida, 5 de Novembro, <http://presidenciarepublica.pt/pt/cgi/noticias.pl?ver=discursos&id=873>

- SAMPAIO, Jorge (2005), “Apresentação da Campanha da Língua Portuguesa www.jeparleportugais.com”, *Discursos da Presidência da República*, Paris, <http://www.presidenciarepublica.pt/pt/main.html>
- SARMENTO, Julião (2006), “Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa”, *Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 933, Ano XXVI, <http://www.instituto-camões.pt/encarte/encarte101a.htm>
- SCHLEIERMACHER, F. (2000), *Hermenêutica, Arte e Técnica de Interpretação*, Vozes, 2ª Edição, Rio de Janeiro.
- SEABRA, José A. (1998), “Por uma política Internacional e uma Diplomacia da Língua Portuguesa”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp. 37-42.
- SEABRA, José A. (2003), “A diplomacia da Língua na CPLP”, *Artigos do II Colóquio Anual Internacional da Lusofonia SLP (norte)*, 7/8 de Novembro, Bragança, <http://slp2003.com.sapo.pt/final%20JASeabra.htm>
- SILVARES, Mónica (2006), “Portugal reforça política de atribuição de bolsas a estudantes estrangeiros”, *Diário Económico*, 24 de Janeiro, pp. 30.
- SOARES, Lúcia V. (2001), “Aula de Língua Estrangeira e Geopolítica Educativa”, *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp. 199-203.
- TEJERINA, Benjamín (2005), “Lengua y Economía. Mercado de Intercambio de Simbólicos y Consumo de Productos Lingüísticos en Euskera”, *Noves SL. Revista de Sociolingüística*, Inverno, <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/hm05hivern/docs/tejerina.pdf>
- THE HIGHER EDUCATION ACADEMY (2005), *700 reasons for studying Languages... go on, pick one*, Centre for Languages, Linguistics and Area Studies, LLAS, UK, <http://www.lang.ltsn.ac.uk/700reasons/reasons.aspx?Keywordid=900>
- TONKIN, Humphrey (2003-2004), “Language and Society”, *American Forum for Global Education*, Occasional Papers, N.º 178, pp. 1-24, <http://www.globaled.org/issues/178F.pdf>
- UNIÃO LATINA (2001), “Declaração Universal de Direitos Linguísticos”, *Terminometro*, N.º 40, Linguística e Línguas, Versão Portuguesa, Publicações da União Latina, Janeiro, Paris, http://www.terminometro.info/ancien/b40/pt/dudl_pt.htm
- UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE (2005), “Studying Portuguese at University of Cambridge”, *Artigo da Faculdade de Línguas Modernas e Medievais da Universidade de Cambridge*, Cambridge, <http://www.mml.cam.ac.uk/spanish/courses/ugrad/portstart.html>
- UNIVERSIDADE DE HELSÍNQUIA, “Português – Língua Global”, Artigos do Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Humanidades, Helsínquia, http://www.helsinki.fi/romaanisetkielet/lingua_portuguesa.htm
- VAILLANCOURT, F. e LEFEBVRE, L. (1981), “Antécédents familiaux et revenu de travail des hommes québécois”, *L’actualité Économique*, pp. 24-38.
- VARELA, Lía e OTERO, Jaime (2005), “Hacia una política lingüística Iberoamericana”, *Nuevamayoria – Portal Sociopolítico de Iberoamérica*, 26 de Maio, <http://nuevamayoria.com/ES/ANALISIS/instituciones/051226.html>
- VICENTE, Luís N. (1998), “O Impacto da Investigação Científica Universitária em Portugal”, *Revista Colóquio/ Educação e Sociedade*, Número 2, Nova Série – *Reinventar a Universidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, <http://www.mat.uc.pt/~lnv/papers/inv.html>

- VILLEGAS, Jaime G. (2004), “Disciplina – Español de Negócios”, Universidade Pablo de Olavide, Semestre de Outono, http://www.upo.es/general/estudiar/ensennaza_no_reglada/centro_estudios_extranjeros/doc/span376.pdf
- VNN (2005), “BAD adota português como língua de trabalho”, *VisãoNews.com*, 20 de Abril, <http://news.visaonews.com/templates/readnews.aspx?articleid=183&zoneid=6>
- WIKIPÉDIA (2005), “Língua Franca”, *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*, GNU Free Documentation License, versão em Português, http://pt.wikipedia.org/wiki/Lingua_franca
- WIKIPÉDIA (2005), “Língua Portuguesa”, *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*, GNU Free Documentation License, versão em Português, http://pt.wikipedia.org/wiki/lãngua_portuguesa

Sítios (sites) citados:

- BANCO MUNDIAL, <http://devdata.worldbank.org/data-query/>, <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/HNPDemographic/total.xls>
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, <http://pacweb.bn.pt/>
- FSLM, <http://www.mslf.org.mo/3-Business/portuguese/business.htm>
- LATINEX (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, <http://www.latindex.unam.mx/>
- LINGUASPHERE, <http://www.linguasphere.org>
- OBSERVATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main>
- ONG *TERRALINGUA*, <http://cougar.ucdavis.edu/nas/terralin/>
- Publicações periódicas em língua portuguesa: <http://www.e-livro.com> (em português), <http://www.e-livro.com> (em espanhol), <http://wwwwebrary.com> (em inglês).
- RITerm: <http://www.riterm.net/pt/presentacion.htm>
- SCIELO (Scientific Electronic Library Online, <http://www.scielo.org/index.php?lang=pt>)
- SIL (Instituto de Linguística de Verão), <http://www.sil.org>
- UNESCO, <http://www.unesco.org>, <http://webworld.unesco.org/imld>
- *WEB OF SCIENCE – THOMSON SCIENTIFIC*, <http://scientific.thomson.com/isilinks/>

VII. ANEXOS

ANEXO I

Línguas Oficiais da União Europeia

A União Europeia inclui, como línguas oficiais, todos os idiomas oficiais e dialectos dos seus Estados-Membros.

Quadro LOF: Línguas da União Europeia

Língua	Proporção da população da UE falando a língua materna	Proporção da população da UE falando outros idiomas	Total proporção falando estas línguas
Alemão	24%	8%	32%
Francês	16%	12%	28%
Inglês	16%	31%	47%
Italiano	16%	2%	18%
Espanhol	11%	4%	15%
Neerlandês	6%	1%	7%
Grego	3%	0%	3%
Português	3%	0%	3%
Sueco	2%	1%	3%
Dinamarquês	1%	1%	2%
Finlandês	1%	0%	1%

Fonte: Wikipédia.org (2005), “As línguas da União Europeia”, http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_da_Uni%C3%A3o_Europeia

ANEXO II

Português como língua oficial e/ou língua de trabalho (Lista não exaustiva)¹⁶⁵

Organizações Internacionais e Regionais:

- ACP – Secretariado dos Estados Africanos, do Caribe e do Pacífico, <http://www.acpsec.org/summits/maputo/index.htm>
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento (em processo de adopção da Língua Portuguesa como língua de trabalho): <http://www.afdb.org/>.
- CEDEAO – Comunidade Económica de Estados da África Ocidental, <http://www.cedeao.org/>
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, <http://200.40.51.219/msweb/principal/contenido.asp>
- NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, <http://www.nepad.org/2005/files/home.php>
- OEA – Organização dos Estados Americanos, <http://www.oas.org/main/portuguese/>
- OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos, para a Educação, a Ciência e a Cultura, <http://www.oeibrpt.org/>
- SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias02/verdlingbg.htm>
- UA – Unidade Africana, <http://www.africa-union.org/>
- UE – União Europeia, http://europa.eu.int/index_pt.htm
- UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental, www.uemoa.int/
- UL – União Latina, http://www.unilat.org/info_pt/info.html
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Portugal: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php>

Santa Sé:

- SANTA SÉ, http://www.vatican.va/phome_po.htm

¹⁶⁵ Azevedo, Francisco D. (2006), “O Português, língua de diplomacia II”, Suplemento JL – Jornal de Letras, Arte e Ideias, N.º 923, Ano XXV, Instituto Camões, 15/28 Fevereiro, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte96i.htm>; Instituto Camões (2002), “Centro de Língua Portuguesa inaugurado em Bissau”, Suplemento do JL – Jornal de Letras, Arte e Ideias, N.º 819, ANO XXI, Instituto Camões, 20 Fevereiro, <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte44a.htm>; Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (2005), “Português no Mundo” in *Promoção e Ensino da Língua Portuguesa*, DGIDC, Ministério da Educação, http://www.dgicd.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmund.asp; Aguilar, Luís (1999), “A Língua Portuguesa na Galáxia das Línguas do Mundo e no Ciberespaço”, *Teia Portuguesa*, <http://www.teiaportuguesa.com/webquestslinguaportuguesa/nasgalaxiasdaslinguasdomundo.htm>; Luís Aguilar (2004), “Questões. 7. O Português é uma Língua de trabalho em várias organizações internacionais. Quais?” in *Língua Portuguesa – Uma Pesquisa Orientada na Rede*, *Teia Portuguesa*, <http://www.teiaportuguesa.com/webquestslinguaportuguesa/questoes.htm>; Faulstich, Enilde (2003), “Estatuto Internacional das Línguas castelhana, portuguesa e francesa”, II Seminário Interamericano sobre la Gestión de Lenguas, DTIL – Dirección Terminología e Industrias de la Lengua, Junho, http://dtil.unilat.org/segundo_seminario/faulstich.htm; Panapress (2004) “Português torna-se terceira língua de trabalho da NEPAD”, *Panapress – A perspectiva Africana*, 27 Janeiro, Praia, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por008116&dte=27/01/2004>

Algumas organizações, fundações ou institutos internacionais lusófonos:

- AULP – Associação das universidades de Língua Portuguesa, <http://www.aulp.org/principal.html>
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, <http://www.cplp.org/home.asp>
- Fundação Calouste Gulbenkian, <http://www.gulbenkian.pt/v1/home.asp>
- Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, <http://www.fund-luso-brasileira.org/html/homepage.php>
- IC – Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/>
- IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa, <http://www.iilp-cplp.cv/>
- UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, <http://www.uccla.pt/>

ANEXO III

Estimativa para o Número de Falantes de Língua Portuguesa, com base nos Totais Populacionais

Quadro TP1: 2000-2090

Países/ Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035
Lusofonia	213136,81	216293,89	219304,09	222347,12	225347,08	227844	242388	256702	270429	283287	295195	305828
Angola	12386	12747,06	13121,25	13522,11	13963,18	14458	16577	18874	21335	23899	26455	28687
Brasil	170100	172386	174485,4	176596,3	178718,4	180641	190988	200976	210256	218623	226130	232802
Cabo Verde	434,81	446,402	458,03	469,681	481,342	493	547	597	644	692	740	785
Guiné-Bissau	1367	1406,168	1446,881	1489,209	1533,223	1579	1798	2024	2258	2489	2695	2870
Moçambique	17691	18071,16	18438,33	18791,42	19129,33	19451	21084	22712	24295	25845	27368	28829
Portugal	10231	10296	10368	10444	10436	10200	10221	10192	10163	10136	10105	10050
São Tomé e Príncipe	148	151,1	154,2	157,4	160,6	164	182	201	220	238	253	269
Timor-Leste	779	790	832	877	925	858	991	1126	1258	1365	1449	1536

Países/ Anos	2040	2045	2050	2055	2060	2065	2070	2075	2080	2085	2090
Lusofonia	315278	323913	331799	338919	345304	350997	356217	360680	364658	368223	371337
Angola	30573	32480	34517	36554	38455	40163	41714	43114	44368	45449	46327
Brasil	238580	243482	247630	251188	254346	257196	259859	262013	263943	265752	267398
Cabo Verde	825	861	894	922	945	963	976	985	992	998	1003
Guiné-Bissau	3045	3230	3414	3588	3746	3892	4031	4157	4267	4359	4434
Moçambique	30387	32028	33571	34962	36160	37153	37995	38756	39417	39980	40473
Portugal	9948	9796	9628	9464	9323	9217	9152	9097	9053	9016	8996
São Tomé e Príncipe	285	300	315	328	340	351	360	368	374	379	382
Timor-Leste	1635	1736	1830	1913	1989	2062	2130	2190	2244	2290	2324

Fontes: 1) 2000/04: Banco Mundial, world Development Indicators Database, <http://devdata.worldbank.org/data-query/>

2) 2005/2090: Banco Mundial, <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/HNPDemographic/total.xls>

E baseado na avaliação do Observatório da Língua Portuguesa, <http://www.observatoriop.com/cgi-bin/main>

ANEXO IV

Estimativa com base nos grupos populacionais, com o *Português* como língua materna

Quadro TP2: 2000-2090

Paises/ Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035
Lusofonia	185050	187578	189933	192315	194638	196546	207915	218944	229327	238837	247473	255115
Angola	4954,4	5098,824	5248,5	5408,844	5585,272	5783,2	6630,8	7549,6	8534	9559,6	10582	11474,8
Brasil	168780	171066	173165,4	175276,3	177398,4	179321	189668	199656	208936	217303	224810	231482
Cabo Verde	173,92	178,56	183,21	187,87	192,54	197,20	218,80	238,80	257,60	276,80	296,00	314,00
Guiné-Bissau	68,35	70,3084	72,34405	74,46045	76,66115	78,95	89,9	101,2	112,9	124,45	134,75	143,5
Moçambique	1149,915	1174,6254	1198,4915	1221,4423	1243,4065	1264,315	1370,46	1476,28	1579,175	1679,925	1778,92	1873,885
Portugal	9831	9896	9968	10044	10036	9800	9821	9792	9763	9736	9705	9650
São Tomé e Príncipe	29,6	30,22	30,84	31,48	32,12	32,8	36,4	40,2	44	47,6	50,6	53,8
Timor-Leste	62,32	63,2	66,56	70,16	74	68,64	79,28	90,08	100,64	109,2	115,92	122,88

Paises/ Anos	2040	2045	2050	2055	2060	2065	2070	2075	2080	2085	2090
Lusofonia	261682	267337	272265	276593	280474	283988	287281	290005	292450	294702	296721
Angola	12229,2	12992	13806,8	14621,6	15382	16065,2	16685,6	17245,6	17747,2	18179,6	18530,8
Brasil	237260	242162	246310	249868	253026	255876	258539	260693	262623	264432	266078
Cabo Verde	330,00	344,40	357,60	368,80	378,00	385,20	390,40	394,00	396,80	399,20	401,20
Guiné-Bissau	152,25	161,5	170,7	179,4	187,3	194,6	201,55	207,85	213,35	217,95	221,7
Moçambique	1975,155	2081,82	2182,115	2272,53	2350,4	2414,945	2469,675	2519,14	2562,105	2598,7	2630,745
Portugal	9548	9396	9228	9064	8923	8817	8752	8697	8653	8616	8596
São Tomé e Príncipe	57	60	63	65,6	68	70,2	72	73,6	74,8	75,8	76,4
Timor-Leste	130,8	138,88	146,4	153,04	159,12	164,96	170,4	175,2	179,52	183,2	185,92

Fontes: 1) 2000/04: Banco Mundial, world Development Indicators Database, <http://devdata.worldbank.org/data-query/>

2) 2005/2090: Banco Mundial, <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/HNPDemographic/total.xls>
E baseado na avaliação do Observatório da Língua Portuguesa, <http://www.observatoriop.com/cgi-bin/main>

ANEXO V

Quadro L1: Distribuição das Línguas por Áreas Geográficas.
Número e Percentagem de Falantes de Cada Área Geográfica

Áreas	Línguas Vivas		Falantes	
	Número	%	Número	%
África	2,092	30.3	675,887,158	11.8
Américas	1,002	14.5	47,559,381	0.8
Ásia	2,269	32.8	3,489,897,147	61.0
Europa	239	3.5	1,504,393,183	26.3
Pacífico	1,310	19.0	6,124,341	0.1
Total	6,912	100.0	5,723,861,210	100.0

Fonte: Gordon, Raymond G. Jr. (2005), "Ethnologue: Languages of the World", 15th Edition, SIL International, Dallas, http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=area#1

Quadro L2: Principais Famílias da Línguas do Mundo

Famílias das Línguas	III.1. Línguas Vivas		Número de Falantes	
	Número	%	Número	%
Afro-Asiáticas	353	5.11	339,478,607	5.93
Austronesianas	1,246	18.03	311,740,132	5.45
Indo-Europeias	430	6.22	2,562,896,428	44.78
Niger-Congo	1,495	21.63	358,091,103	6.26
Sino-Tibetanas	399	5.77	1,275,531,921	22.28
Trans-Nova Guiné	561	8.12	3,359,894	0.06
Totais	4,484	64.87	4,851,098,085	84.75

Fonte: Gordon, Raymond G. Jr. (2005), "Ethnologue: Languages of the World", 15th Edition, SIL International, Dallas, http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=family

Quadro L3: Lista das 10 principais Línguas Por Fonte Estatística e Número de Falantes (milhões)

Línguas/ Fontes de Cálculo	ETH	WAM	CIA	SIL	ENC	WEB	Mediana
1 – Mandarim (Chinês)	885	874	874		836	1200	874
2 – Espanhol	332	322	339	332	332	332	332
3 – Inglês	322	309	341	322	322	322	322
4 – Hindu/Urdu	182	496	366	182	333	250	292
5 – Línguas Árabes		256		174	186	200	193
6 – Bengali	189	215	207	189	189	185	189
7 – Malaio/Indonésio		176					176
8 – Português	181	194	167	170	170	160	170
9 – Russo	145	275	160	170	170	160	165
10 – Japonês	127		125	125	125	125	125
ETH = Ethnologue (1999)							
WAM = World Almanac (2005)							
CIA = CIA Factbook (2000)							
SIL = (1998) Summer Institute for Linguistics (SIL) Ethnologue Survey [1]							
ENC = (1998) Encarta [2]							
WEB (1997) "The World's 10 Most Influential Languages" in Language Today [3]							
* É preciso levar em conta que as várias fontes podem calcular diferentemente os valores estatísticos pelo que a comparação não deve ser feita de forma directa e absoluta							
Fonte: Baseado em Wikipedia (2005), "Language Speaker Data", Wikipedia – The Free Encyclopedia Copyright, http://en.wikipedia.org/wiki/Language_speaker_data							

ANEXO VI

Sistemas de Certificação criados nos países Ibero-americanos

Quadro SC: Sistemas de Certificação dos Países Ibero-Americanos

Ano da Criação	Sistema de Certificação
1993	EPLE nueva fórmula (UNAM – México)
1995	CEB/CEI/CEA (UBA – Argentina) CELPE-Bras (MEC – Brasil)
1997	CILP (UCS – Brasil)*
1998	CLE (GCBA – Argentina)
1999	CILES (UDA – Argentina)* Sistema CAPLE (UL – Instituto Camões – Portugal)
2001	ALEX (IESLV – Argentina)
2003	CEDILLES* (UCS – Brasil)

* certificados efectuados por uma universidade privada, com o apoio de organismos de ensino público

Fonte: Varela, Lía (2003), “Armonización de los sistemas de acreditación de conocimientos de lenguas en los países de los Tres Espacios Lingüísticos”, Documento de Trabajo da Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Diciembre, <http://www.oei.es/certel.htm#B>

ANEXO VII

Declaração de Salamanca (XV Cimeira Ibero-americana, 15 de Outubro de 2005)¹⁶⁶

«1. Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-Americana de Nações, reunidos na XV Cimeira, em Salamanca, Espanha, nos dias 14 e 15 de Outubro de 2005, ratificam a totalidade da herança ibero-americana que integra os valores, princípios e acordos aprovados nas Cimeiras anteriores. Estes são mantidos na vigência plena e no compromisso face aos objectivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, na nossa adesão ao Direito Internacional, na consolidação da democracia, no desenvolvimento, na promoção e protecção universal dos direitos humanos, no fortalecimento do multilateralismo e das relações de cooperação entre todos os povos e nações, e na recusa à aplicação de medidas coercivas unilaterais contrárias ao Direito Internacional.

2. Damos as boas-vindas a Andorra, como novo membro que compartilha plenamente a identidade e os critérios de participação do Sistema das Cimeiras. Andorra será representada nas Cimeira pelo seu Chefe de Governo.

3. Decidimos estabelecer a Secretaria-Geral Ibero-Americana, como órgão permanente de apoio para a institucionalização da Conferência Ibero-Americana, e felicitamos o seu primeiro titular, Exmo. Sr. Enrique V. Iglesias. Confiamos na Secretaria-Geral para impulsionar os objectivos determinados na Convenção de Santa Cruz de la Sierra, que visam a consolidação da cooperação ibero-americana, a coesão interna e a projecção internacional da Comunidade Ibero-Americana de Nações. Apoiamos o Programa de Trabalho da SEGIB, proposto pelo seu Secretário-Geral, no qual serão incluídas as acções consensuais que lhes encomendamos nas nossas Reuniões de Trabalho.

4. Reafirmamos o compromisso da Comunidade Ibero-Americana para com o Direito Internacional e com um multilateralismo eficaz, para o qual queremos contribuir de forma relevante. Comprometemo-nos a apoiar activamente uma vasta reforma do Sistema das Nações Unidas, que, com base nos princípios de eficiência, participação, transparência, representatividade, igualdade soberana e democratização, potencie o seu papel na prevenção de ameaças, na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento económico e social. Neste sentido, manifestamos o nosso reconhecimento ao trabalho do Secretário-Geral das Nações Unidas por ocasião do 60º aniversário da Organização. (...)

6. A democracia constitui um factor de coesão do espaço ibero-americano. Consideramos que é necessário fomentar uma agenda ibero-americana que reforce a qualidade das nossas democracias e a sua capacidade de responder às expectativas dos cidadãos, quanto à protecção dos seus direitos e à satisfação das suas necessidades socioeconómicas. Nesse sentido, não há nada mais urgente que conseguir um desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios da pobreza e da desigualdade. É preciso, portanto, envidar esforços no sentido da consolidação institucional, e conceber e implementar políticas públicas de inclusão social, que se concentrem na educação e no direito ao trabalho em condições de dignidade, e num contexto de crescente produtividade para todos os cidadãos, que contribuam para a redução da mortalidade infantil e da desnutrição crónica, e que universalizem o acesso aos serviços de saúde.

Perante o atrás exposto, no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e depois de termos examinado a situação socioeconómica e política dos nossos países, solicitamos à SEGIB que dê continuidade aos seguintes acordos:

a. apoiar as diversas iniciativas que visam eliminar a fome e a pobreza;

b. impulsionar, no seio da comunidade ibero-americana, e em terceiros países, os programas de troca de dívida por educação e outros investimentos sociais;

c. estabelecer um diálogo permanente em matéria de investimentos, de expansão da base empresarial, e do acesso ao crédito e à assistência técnica;

d. concertar acções para alargar a cooperação internacional, incluindo os países de renda média, e eliminar as assimetrias do sistema financeiro e comercial internacional, assim como o peso da dívida externa;

e. ajudar os países a enfrentar as consequências das mudanças do mercado energético e, neste contexto, efectuar uma reunião de especialistas sobre fontes de energia renováveis;

f. impulsionar programas de cooperação na área da saúde, que ajudem a combater as pandemias e as doenças curáveis;

g. apoiar a consolidação da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial para, entre outros finalidades, combater melhor o tráfico de drogas, a corrupção e a delinquência transnacional organizada;

h. preparar um estudo que permita ter em conta as diferenças existentes na comunidade ibero-americana, com o objectivo de aplicar o princípio da solidariedade para a resolução das assimetrias existentes;

i. dar continuidade à iniciativa do Governo da República Bolivariana da Venezuela para o estabelecimento de um Fundo Humanitário. (...)

8. A diversidade, a dimensão e o carácter bi-regional concedem à Comunidade Ibero-Americana uma grande potencialidade como parceiro activo no cenário internacional. Estamos conscientes da necessidade de reforçar os nossos mecanismos de diálogo e concertação para poder materializar esse potencial. Consideramos que a participação efectiva dos nossos países num multilateralismo activo será uma grande contribuição para a segurança, a paz, o desenvolvimento, bem como para a defesa do Direito Internacional.

Tendo em conta o anteriormente referido, decidimos que a SEGIB:

a. dê continuidade à gestão para a integração da Conferência Ibero-Americana na organização das Nações Unidas, na qualidade de órgão observador;

b. examine as possibilidades de cooperação da Conferência Ibero-Americana com outras organizações internacionais relevantes para a projecção e consolidação do espaço ibero-americano, desenvolvendo particularmente o trabalho conjunto com os

¹⁶⁶ XV Cimeira Ibero-Americana (2005), “Declaração de Salamanca”, *Comunicados de Imprensa*, Salamanca, <http://www.cumbre-iberoamericana.org/cumbreIberoamericana/PT/Prensa/comunicadosPrensa/15-10-2005-15.htm>

restantes organismos ibero-americanos, e apresente propostas concretas nessa matéria às instâncias pertinentes da Conferência Ibero-Americana;

c. faça a gestão da vinculação formal da Conferência Ibero-Americana à iniciativa da Aliança das Civilizações;

d. apoie os processos de integração regional e sub-regional, e impulse as negociações sobre acordos com a União Europeia;

e. colabore na preparação da próxima Cimeira: União Europeia – América Latina e Caraíbas, que se realizará em Viena, em 2006;

f. apoie o processo de aproximação das posições dos países ibero-americanos nas negociações comerciais internacionais.

9. Fomos informados dos resultados do Fórum Parlamentar Ibero-Americano, que constituem uma contribuição valiosa dos representantes dos cidadãos da Ibero-América para os trabalhos da Cimeira. Este Fórum contribuirá, de forma significativa, para a consolidação da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

10. Tomamos devida nota das conclusões do Encontro Empresarial e do Encontro Cívico para dar continuidade a estes fóruns, no quadro das Cimeiras Ibero-Americanas, e destacamos a convergência nos enfoques relacionados com quatro âmbitos fundamentais: a institucionalidade como garante da governabilidade democrática e da protecção dos direitos humanos; a importância dos investimentos para o desenvolvimento, e do seu impulso no quadro da segurança jurídica e da responsabilidade ambiental e social; a necessidade de que a cooperação oficial para o desenvolvimento se vincule às estratégias de redução da pobreza e aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a realidade dos países de renda média; e a vontade de que a Comunidade Ibero-Americana apoie os processos de integração regional e sub-regional e seja um interveniente relevante nas negociações para um sistema mundial de comércio mais aberto, justo e equitativo.

Solicitamos ao Secretário-Geral Ibero-Americano que dê atenção às recomendações destes fóruns.

11. Apoiamos as conclusões das Reuniões Ministeriais e Sectoriais que integram a Conferência Ibero-Americana, nas quais foram abordados temas relacionados com a Administração Pública e a Reforma do Estado, a Habitação e Urbanismo, o Turismo, a Agricultura, a Infância e as demais Reuniões que ajudaram a tomar decisões que constam nalguns dos parágrafos seguintes.

12. Com o objectivo de aumentar os investimentos que promovam a inclusão social e de contribuir para o alívio da dívida externa na América Latina e no quadro da procura de mecanismos inovadores, comprometemo-nos a encorajar o maior número de credores bilaterais e multilaterais para a utilização do instrumento de conversão de dívida por investimento social e, em especial, em educação.

Nesta linha, comprometemo-nos a manter o exercício de debate e reflexão que conduza à adopção de um Pacto Ibero-Americano para a Educação, na linha da Declaração de Toledo, para a promoção de um desenvolvimento com equidade e justiça social.

13. Temos a intenção de avançar na criação de um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, que visa a necessária transformação do Ensino Superior, e que se articula em torno da investigação, do desenvolvimento e da inovação, condição necessária para incrementar a produtividade, oferecendo melhor qualidade e acesso aos bens e serviços para os nossos povos, assim como para a competitividade internacional da nossa região. Com esse objectivo, solicitamos à Secretaria-Geral Ibero-Americana que, em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e com o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), trabalhe para a necessária concertação político-técnica para a entrada em funcionamento desse projecto.

Neste espaço devem incluir-se acções de investigação de planos regionais e a troca de experiências em matéria de alfabetização para se conseguir o ensino primário universal. Para esse efeito, solicitamos à SEGIB que, com base nas experiências em curso na região, apresente aos Estados Membros um Plano Ibero-Americano de alfabetização, com o objectivo de poder declarar a região Ibero-Americana “território isento de analfabetismo” entre 2008 e 2015.

14. Decidimos elaborar, tendo em conta as Bases que se juntam a esta Declaração e outros aspectos pertinentes da vida cultural dos nossos países, uma Carta Cultural Ibero-Americana que, da perspectiva da diversidade das nossas expressões culturais, contribua para a consolidação do espaço ibero-americano, e para o desenvolvimento integral do ser humano e a superação da pobreza.(...)

21. Destacamos os progressos na coordenação e gestão da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes e na elaboração de um Sistema de Informação Estratégica para os Chefes de Governo, assim como as medidas adoptadas para consolidar a Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), resultantes da IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes.

22. Salientamos a importância do Regulamento que estabelece as regras para a composição, competências e funcionamento da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial, para articular e consolidar um Espaço Ibero-Americano da Justiça.

23. Reafirmamos o nosso compromisso no sentido de estabelecer as condições propícias com vista à criação de mais e melhores empregos. Assim, atribuímos ao trabalho digno, como direito humano, um lugar central na agenda ibero-americana, devido à sua importante contribuição para o desenvolvimento económico e social, e como forma de impulsionar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico, favorecendo a inclusão social, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o aumento do nível de vida das nossas populações. (...)

26. Agrada-nos que passe a constar a decisão do Brasil de incluir a língua espanhola como disciplina de oferta obrigatória no currículo escolar do ensino secundário do país. Esta medida contribuirá, de forma muito positiva, para a afirmação dos processos de integração sul-americana e latino-americana, beneficiando, deste modo, a consolidação do espaço ibero-americano. Manifestamos, igualmente, a nossa intenção de impulsionar a divulgação da língua portuguesa nos países ibero-americanos de língua espanhola.

(...)

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos subscrevem a presente Declaração, em dois textos originais nas línguas espanhola e portuguesa, ambos igualmente válidos, em Salamanca, 15 de Outubro de 2005.»

ANEXO VIII

Exemplos de Programas de Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho

Secção de Português da Universidade da Namíbia (2005)

1. *Disciplina: GPR 3311 – Comunicação de Negócios em Português (“Business Communication in Portuguese”):*

PROGRAMA:

1. Um estilo de escrita

SINTAXE

- 1.1. O texto e as suas divisões
(Partes do plano; parágrafos; períodos e orações)
- 1.2. Uso dos sinais de pontuação
- 1.3. Elementos da oração (funções sintácticas: sujeito, predicado,...)
- 1.4. Sintaxe do verbo (categorias verbais; modos, tempos e aspecto)

LEXICO

- 1.5. Formação de palavras (composição, derivação)
- 1.6. Polissemia, sinonímia e antonímia
- 1.7. Léxico fundamental e termos mais comuns na área económica (CVC/ICA)

ORTOGRAFIA

- 1.8. Palavras homófonas, homónimas, homógrafas, parónimas
- 1.9. Dúvidas do falar/escrever em português

ESTILÍSTICA COMERCIAL

2. Português administrativo (treino da escrita, Ler para apropriação de técnicas)
 - 2.1. Comunicação escrita *dentro* do próprio serviço
(Informação; Proposta; Comunicação Interna; Ordem de serviços/Parecer/Despacho; Relatório; Memorando; Acta; Convocatória)
 - 2.2. Comunicação escrita *entre* serviços ou *de* serviços *para* o público
(Ofício; Circular; Aviso; Anúncio; Edital; Comunicado)
 - 2.3. Comunicação escrita *do* público para a administração
(Requerimento; Currículo Vitae; Carta; Convite)
 - 2.4. Comunicação escrita *entre* particulares, mas a utilizar no domínio público - *Procuração*
3. Português de negócios/comercial (treino de capacidades comunicativa, Ouvir-Falar)

SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- 3.1. Comunicar telefonicamente; perfil de secretária
- 3.2. Marcar encontro
- 3.3. Almoço de negócios
- 3.4. Visita a uma empresa
- 3.5. Reunião na empresa
- 3.6. A comunicação na empresa
- 3.7. Saber vencer
- 3.8. Formalização de uma encomenda
- 3.9. Comprar pelo telefone
- 3.10. Marcação urgente de uma viagem de negócios
- 3.11. Comprar
- 3.12. Reunião do conselho de administração

Tipologia textual: Organogramas e carta comercial; anúncio-admissão de pessoal; carta de recomendação; currículo vitae; acta final; etc

BIBLIOGRAFIA

2. Disciplina GPR 3312 – Português de Negócios (Business Portuguese)

0. Introdução sobre o Português de Negócios

(Como prática de preparação técnica para o comércio e de aprofundamento dos conhecimentos da língua portuguesa para assegurar o campo dos interesses profissionais)

1. Consolidação da matéria dada no 1º semestre:

- 1.1. Carta comercial
- 1.2. Um pedido
- 1.3. Carta de candidatura
- 1.4. Anuncio
- 1.5. Resposta ao Anúncio
- 1.6. Acusar a Recepção
- 1.7. Reclamar
- 1.8. Currículo Vitae

2. Introdução a outras modalidades

- 2.1. Ofício; convite; memorando; acta; requerimento; relatório; circular; procuração; convocatória; aviso; comunicado

3. A pontuação (Revisão)

4. Análise de Textos

- 4.1. Resolver as questões dos textos analisados
- 4.2. Aprendizagem de alguns termos específicos do comércio, usados no decurso das lições a estudar e dos documentos necessários a usar.

BIBLIOGRAFIA

ANEXO IX

Segundo o Quadro BM abaixo apresentado, Portugal ocupa a 21ª posição na "fuga de cérebros" entre as nações do mundo com mais de cinco milhões de habitantes. Uma perda que não consegue ser compensada pela entrada no território de cérebros estrangeiros e tende a piorar com os anos.

Quadro BM: 30 Principais Países de Emigração Qualificada, ano 2000

All countries	Highest emigration stocks	All countries	Highest emigration rates, %	All countries	Highest selection rates, %
United Kingdom	1 441 307	Guyana	89.0	Taiwan (China)	78.0
Philippines	1 126 260	Grenada	85.1	Qatar	69.6
India	1 037 626	Jamaka	85.1	Kuwait	67.8
Mexico	922 964	St. Vincent and the Grenadines	84.5	United Arab Emirates	67.3
Germany	848 414	Haiti	83.6	Philippines	67.1
China	816 824	Trinidad and Tobago	79.3	Nigeria	65.0
Rep. of Korea	652 894	St. Kitts and Nevis	78.5	Saudi Arabia	64.6
Canada	516 471	Samoa	76.4	Japan	63.8
Vietnam	506 449	Tonga	75.2	Oman	62.7
Poland	449 059	St. Lucia	71.1	South Africa	62.6
United States	431 330	Cape Verde	67.5	Hong Kong (China)	61.9
Italy	408 287	Antigua and Barbuda	66.8	Mongolia	61.1
Cuba	332 673	Belize	65.5	India	60.5
France	312 494	Dominica	64.2	Canada	60.1
Iran	308 754	Barbados	63.5	Venezuela, R. B.	60.1
Jamaka	291 166	Gambia, The	63.3	Uzbekistan	59.5
Hong Kong (China)	290 482	Fiji	62.2	Brunei	59.3
Russia	289 090	Bahamas, The	61.3	Malaysia	59.2
Taiwan (China)	275 251	Malta	57.6	Egypt, Arab Rep. of	58.9
Japan	268 925	Mauritius	56.2	Iran, Islamic Rep. of	58.5
Netherlands	256 762	Seychelles	55.9	Liberia	58.5
Ukraine	246 218	Sierra Leone	52.5	Panama	57.7
Colombia	233 536	Suriname	47.9	Israel	57.6
Pakistan	222 372	Ghana	46.9	Singapore	57.1
Ireland	209 156	Mozambique	45.1	Myanmar	56.1
Romania	176 393	Liberia	45.0	Swaziland	56.1
Turkey	174 043	Marshall Islands	39.4	Jordan	55.6
Brazil	168 308	Lebanon	38.6	United States	55.4
South Africa	168 083	Kenya	38.4	China, Macao SAR	55.2
Peru	163 750	Micronesia, Federated States of	37.8	Palestine	55.0
All countries	Lowest selection rates	Countries with population above 5 million	Highest emigration rates, %	Countries with population above 5 million	Lowest emigration rates, %
Serbia and Montenegro	20.7%	Haiti	83.6	Egypt, Arab Rep. of	4.6
Liechtenstein	20.7%	Ghana	46.9	Sweden	4.3
Croatia	20.5%	Mozambique	45.1	Bangladesh	4.3
Gambia, The	20.4%	Kenya	38.4	Spain	4.3
Slovak Republic	20.0%	Lao PDR	37.4	India	4.3
FYR Macedonia	19.6%	Uganda	35.6	Myanmar	4.0
El Salvador	19.1%	Angola	33.0	Paraguay	3.9
Guatemala	19.0%	Somalia	32.7	China	3.8
Albania	18.4%	El Salvador	31.0	Ukraine	3.5
São Tomé and Príncipe	18.4%	Sri Lanka	29.7	France	3.4

Suriname	18.4%	Nicaragua	29.6	Venezuela, R. B.	3.4
Mozambique	17.7%	Hong Kong (China)	28.8	Belarus	3.2
Italy	17.3%	Cuba	28.7	Australia	2.7
Bosnia and Herzegovina	17.0%	Papua New Guinea	28.5	Burkina Faso	2.6
Angola	16.9%	Vietnam	27.1	Argentina	2.5
Senegal	16.7%	Rwanda	26.0	Chad	2.4
Bulgaria	16.4%	Honduras	24.4	Thailand	2.4
San Marino	16.0%	Guatemala	24.2	Libya	2.4
Cape Verde	15.2%	Afghanistan	23.3	Brazil	2.2
Tunisia	14.9%	Dominican Republic	21.6	Indonesia	2.1
Mexico	14.4%	Portugal	19.5	Azerbaijan	2.0
Guinea-Bissau	14.2%	Malawi	18.7	Georgia	1.6
Algeria	14.1%	Cambodia	18.3	Russian Federation	1.5
Tuvalu	13.8%	Senegal	17.7	Japan	1.2
Comoros	13.4%	Cameroon	17.2	Kazakhstan	1.2
Morocco	12.9%	Morocco	17.0	Saudi Arabia	0.9
Equatorial Guinea	12.4%	Zambia	16.8	Uzbekistan	0.7
Portugal	12.0%	Slovakia	16.7	Swaziland	0.5
Mali	10.9%	United Kingdom	16.7	United States	0.5
Turkey	8.8%	Mexico	15.3	Tajikistan	0.4

Source: Various statistical sources and agencies.

Fonte: Docquier, Frédéric e Marfouk, Abdeslam (2005), "International Migration by Education Attainment 1990-2000" in Matoo, Aaditya *et al.*, *International Migration, Remittances, and the brain Drain*, Publicações Banco Mundial, II Parte, Table 5.4, 21 de Outubro, pp. 175-177, http://wdsbeta.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2005/10/21/000012009_20051021094619/additional/310436360_2005092970000935.pdf

ANEXO X

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa¹⁶⁷

«Acordo Ortográfico Da Língua Portuguesa (ainda não está em vigor, porque não foi ratificado por todos os Estados Membros)

Considerando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional;

Considerando que o texto do Acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários:

A República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe acordam no seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), e vai acompanhado da respectiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Artigo 2.º

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

Artigo 3.º

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

Artigo 4.º

Os Estados signatários adoptarão as medidas que entenderem adequadas ao efectivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3.º

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente Acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos. Assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990. (...))»

¹⁶⁷ Fonte: Instituto Internacional de Língua Portuguesa (1990), “Acordo Ortográfico”, *IILP Documentos*, <http://www.iilp-cplp.cv/pdf/iilp/acordoOrtografico.pdf>

ANEXO XI

*Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*¹⁶⁸

«Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996. Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social. Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios. Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48^a, 49^a e 50^a Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

«Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;
- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;
- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

«Reafirmam que a Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;
- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

«Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:

- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;
- Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
- Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;
- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

¹⁶⁸ Centro de Análise Estratégica (2002), “Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Artigos CAE, Maputo, http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/declar_constitutiva.pdf

- Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;
- Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;
- Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;
- Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;
- Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;
- Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;
- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;
- Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;
- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;
- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
- Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;
 - Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino, da cultura e do desporto.»

ANEXO XII

Declaração de S. Luís do Maranhão

«Os Chefes de Estado [do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de S. Tomé e Príncipe e de Angola] reunidos a 1º de Novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, com a finalidade de criar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa: congratulam-se pela feliz iniciativa, que pela primeira vez reúne neste alto nível todos os países de língua oficial portuguesa e salientam o significado histórico do encontro que consolida e dinamiza os laços de fraternidade e estreita cooperação que os ligam (...) reafirmam a sua disposição de conjugar, de forma cada vez mais criadora, todos os esforços no sentido da divulgação e da utilização da língua portuguesa no contexto das exigências dos progressos realizados no domínio da ciência e da tecnologia. (...)»

«**Artigo I:** (...) a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico.»

«**Artigo II:** Definir os seguintes objectivos fundamentais, para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa:

- a) promover a defesa da Língua Portuguesa como património de todos os Países e Povos que a utilizam, como língua oficial ou materna;
- b) promover o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa mo veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico;
- c) promover o desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e Povos que utilizam a Língua Portuguesa como língua oficial ou materna;
- d) encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura.»

«**Artigo III:** Os Governos dos respectivos países, de comum acordo, e em conformidade com as normas constitucionais vigentes em cada um, definirão as regras quanto à orgânica e ao modo de funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, bem como a fixação e o estabelecimento da sua sede e a implementação dos princípios era acordados.»

Última Versão dos Estatutos do IILP (20 de Julho de 2005, Luanda)¹⁶⁹

ARTIGO 1º: (Objecto)

1 – O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é uma Instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia científica, administrativa e patrimonial.

2 – O IILP tem por objectivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fora internacionais.

3 – Na sua actuação o IILP tomará em consideração as orientações gerais de natureza política da CPLP, nomeadamente expressas pelas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros e Comité de Concertação Permanente.

ARTIGO 2º: (A Sede)

O IILP tem sede permanente na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde.

¹⁶⁹ IILP (2005), “Estatutos do IILP”, Estatutos do IILP – Conteúdo Alterado em 2005, <http://www.iilp-cplp.cv/Estatutos/Estatutos%20Alterados%20em%202005.doc>

ARTIGO 3º: (Órgãos)

- 1 – São órgãos do IILP o Conselho Científico e a Direcção Executiva.
- 2 – A gestão da Direcção Executiva é assegurada pelo Director Executivo.
- 3 – O Director Executivo é apoiado por um corpo técnico e administrativo adequado a uma estrutura de coordenação simples e flexível.

ARTIGO 4º: (Conselho Científico)

- 1 – O Conselho Científico é constituído por Representantes Governamentais e/ou pelos Coordenadores das Comissões Nacionais de cada um dos Estados membros.
- 2 – Compete ao Conselho Científico:
 - a) Eleger o seu Presidente;
 - b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
 - c) Apresentar propostas sobre as orientações do IILP;
 - d) Apreciar o Relatório, as Contas e a Proposta do Orçamento do IILP;
 - e) Apreciar e aprovar projectos e programas que lhe sejam submetidos pelas Comissões Nacionais;
 - f) Deliberar sobre as doações e contribuições do IILP;
 - g) Pronunciar-se sobre as propostas de alteração dos Estatutos que lhe sejam submetidas por um ou mais Estados membros;
 - h) Decidir sobre a participação nas actividades do IILP de entidades públicas ou privadas;
 - i) Apreciar qualquer outro assunto de interesse do IILP.
- 3 – As deliberações serão adoptadas por consenso, entre os Estados membros.
- 4 – O Conselho Científico reúne-se, em princípio, na Sede do IILP, ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente quando solicitada por dois terços dos Estados membros.
- 5 – O Conselho Científico pode autorizar a presença de convidados e observadores nas suas reuniões.

ARTIGO 5º: (Presidente do Conselho Científico)

- 1 – O Presidente do Conselho Científico é eleito de forma rotativa, para um mandato de dois anos.
- 2 – No final do primeiro mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Presidente do Conselho Científico apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos.
- 3 – Em caso de ausência, impedimento ou vacatura, o Presidente será substituído por um representante governamental do respectivo país.
- 4 – Compete ao Presidente do Conselho Científico:
 - a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Científico;
 - b) Presidir às reuniões ordinárias do Conselho Científico;
 - c) Velar pelo cumprimento e execução das deliberações do Conselho Científico;

ARTIGO 6º: (Director Executivo)

- 1 – O Director Executivo é eleito pelo Conselho de Ministros, obedecendo ao critério da rotatividade alfabética, para um mandato de dois anos, renovável uma vez.
- 2 – No final do mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Director Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos.
- 3 – Compete ao Director Executivo:
 - a) Gerir o IILP, chefiar e coordenar os seus serviços de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho Científico e as orientações do Presidente;

- b) Propor e apresentar ao Conselho Científico o Plano de Actividades, tendo por base os projectos e programas apresentados pelas Comissões Nacionais dos Estados membros;
- d) Submeter ao Comité de Concertação Permanente da CPLP as contas do exercício findo e apresentar a proposta de orçamento para o exercício seguinte acompanhado do respectivo plano de actividades;
- e) Submeter ao Conselho Científico o Relatório de Actividades;
- f) Representar o IILP junto dos Governos e Organizações Internacionais;
- g) Informar periodicamente aos órgãos da CPLP sobre as actividades desenvolvidas pelo IILP;
- h) Buscar parcerias, contribuições financeiras, doações e outros valores ou bens para a materialização dos Planos, Programas e Acções Pontuais do IILP junto de Instituições Públicas ou Privadas e Organismos Internacionais.

4 – Em caso de ausência ou impedimento até dois meses, o Director Executivo será substituído pelo seu assistente técnico mais graduado.

5 – Em caso de ausência maior ou vacatura, o Director Executivo será indicado por um representante governamental do respectivo país.

ARTIGO 7º: (Comissões Nacionais)

1 – Cada Estado membro cria uma Comissão Nacional, composta por representantes de Instituições Governamentais e privadas de sectores ligados ao campo de actuação do IILP;

2 – Compete às Comissões Nacionais:

- a) Apresentar e propor ao Conselho Científico projectos e programas, que deverão ser integrados no Plano de Actividades por esta aprovado; Apresentar e propor ao Conselho Científico projectos e programas, que deverão ser integrados no Plano de Actividades por esta aprovado;
- b) Coordenar com o Director Executivo assuntos de interesse comum e prestar-lhe apoio sempre que necessário;
- c) Assegurar a execução dos projectos e actividades que, de acordo com o Plano aprovado em Conselho Científico, sejam da competência do respectivo Estado membro.

ARTIGO 8º: (Escritórios Regionais)

1 – O IILP poderá ter escritórios regionais, com funções técnico-científicas e de assessoria, nos Estados membros, devendo a sua criação ser objecto de acordo com a Direcção Executiva do IILP, à qual ficarão vinculados, estando o tal acordo sujeito à aprovação do Comité de Concertação Permanente. Os custos integrais da sua manutenção e actividades, incluindo a cessação e/ou contratação de recursos humanos, serão da responsabilidade do estado membro anfitrião.

2 – O Estado membro anfitrião poderá indicar os recursos humanos que trabalharão no escritório, desde que custeie a sua participação integralmente, ficando o IILP isento de quaisquer responsabilidades trabalhistas referentes a esta participação.

ARTIGO 9º: (Fundos)

Os fundos do IILP serão assegurados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais ou de entidades privadas, bem como através de recursos provenientes do Fundo Especial da CPLP e por receitas próprias.

ARTIGO 10º: (Património)

O património do IILP é constituído por todos os bens móveis e imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

ARTIGO 11º: (Alterações)

1 – O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão, por escrito, ao Director Executivo uma notificação, contendo as propostas de emenda.

2 – O Director Executivo comunicará aos restantes Estados membros e ao Presidente do Conselho Científico as propostas de alteração referidas no número anterior, que as submeterá à consideração do Conselho de Ministros, para aprovação.

ARTIGO 12º: (Entrada em Vigor)

Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a notificação ao depositário do cumprimento das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

ARTIGO 13º: (Depositário)

Os textos originais dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

ANEXO XIII

Extractos de Programas de Política Externa dos Governos de Portugal, entre 2000/2005, no que concerne ao apoio da Língua Portuguesa e da lusofonia no mundo:

Programa do XIV Governo Constitucional (1999/2002)

«O projecto do Governo é, igualmente, um projecto de afirmação dos nossos valores culturais, da nossa vocação universalista e da afirmação da nossa identidade própria assente no respeito pelos outros e pela diversidade. Mas é também um projecto de união e de entendimento de todos os que usam a língua portuguesa como veículo de comunicação, uma aposta solidária no papel que tem que ser conquistado para a expressão da cultura portuguesa espalhada pelo Mundo e para todos os povos e países que fazem do português a sua língua própria.(...) É também nesse contexto que merece especial destaque o papel das múltiplas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, que constituem um elemento essencial da nossa identidade como Povo e como Nação.»

Programa do XV Governo Constitucional (2002/2004)

«(...) defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas. (...) A valorização e o aprofundamento dos estreitos laços que nos unem ao mundo lusófono passará necessariamente, para além do relacionamento bilateral com os seus membros, pela dinamização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, através da adopção de uma política de "empenhamento criativo". (...) prioridade ao apoio e o desenvolvimento de projectos nas áreas da educação e da língua, da saúde e da formação profissional, que possibilitem a criação de condições de base para o desenvolvimento. Estimular-se-ão as sinergias entre cooperação pública e privada, nomeadamente escolas, ONG's e o mundo empresarial.»

Programa do XVI Governo Constitucional (2004/2005)

«(...) defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas. (...) A valorização e o aprofundamento dos estreitos laços que nos unem ao mundo lusófono passará necessariamente, para além do contínuo estreitamento das relações bilaterais com os seus membros, pela dinamização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, através da prossecução de uma política de "empenhamento criativo".», o que incluía, «(...) a dinamização da actividade do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e a utilização do português como língua de trabalho em várias organizações internacionais. (...) Estimular-se-ão as sinergias entre cooperação pública e privada, nomeadamente escolas, ONG's e o mundo empresarial.»

Programa do XVII Governo Constitucional (2005/)

«Prosseguir com a missão fundamental que assiste à cooperação portuguesa (...) destacando-se as seguintes orientações (...) apoio à lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação (...)», para além da «Proposta de Resolução que aprova a Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, assinada em Lisboa, a 31 de Março de 2004.(...) visa instituir o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial ao qual caberá, entre outras funções, constituir um pólo de desenvolvimento de técnicas e conhecimentos em gestão empresarial e formação profissional, apoiar a integração dos esforços das instituições de desenvolvimento empresarial e formação profissional dos Estados-membros da CPLP, e fortalecer a capacidade institucional dos Estados-membros da CPLP para a elaboração e execução de programas e projectos de desenvolvimento empresarial e a permanente qualificação profissional dos seus quadros técnicos.»

Fonte: Portal do Governo, http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/